



## **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN n.º 63/2010, das DNs TCU n.º 119/2012 e n.º 121/2012, da Portaria TCU n.º 150/2012 e das orientações de controle interno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

DILMA VANA ROUSSEFF

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULHA

**MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

FERNANDO HADDAD

ALOIZIO MERCADANTE

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ELIEZES MOREIRA PACHECO

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA



## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAM**

### **CONSELHO SUPERIOR**

#### **PRESIDENTE**

REITOR JOÃO MARTINS DIAS

#### **MEMBROS**

##### **REPRESENTANTE DOS DOCENTES**

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO  
ALDENIR DE CARVALHO CAETANO  
LÍVIA DE SOUZA CAMURÇA LIMA

##### **REPRESENTANTE DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

ANA CLAÚDIA TEIXEIRA DO NASCIMENTO  
JÂNIO LÚCIO PAES ALVES  
KÁTIA SILVA MACHADO

##### **REPRESENTANTES DOS DISCENTES**

ANDERSON NUNES CEZÁRIO  
CÉSAR DOMINGOS ALBUQUERQUE  
HAYANA SOARES PINHEIRO

##### **REPRESENTANTE DOS EGRESSOS**

MÁRCIO SILVA DE LIRA  
JOÃO FERNANDES FERREIRA LIMA

##### **REPRESENTANTES DOS DIRETORES- GERAIS**

ALLEN BITENCOURT DE LIMA  
DARCÍLIA PENHA PINTO  
ELIAR BRASILINO DE SOUZA  
JORGE NUNES PEREIRA



**REPRESENTANTES SETOR COMÉRCIO E INDUSTRIA**

FLÁVIO JOSÉ ANDRADE DUTRA

GENOIR PIEROSAN

NELSON AZEDO DOS SANTOS

**REPRESENTANTE SINDICATOS DE CLASSE**

RÔMULO ROGÉRIO MARQUES DE LIMA

MARCOS CÉLIO DE SOUZA BESSA

**REPRESENTATES DO SETOR PRIMÁRIO**

AÉCIO FLÁVIO FERREIRA FILHO

MARCOS ANDERSON PINHEIRO NOGUEIRA

**REPRESENTANTE DO MEC SETEC**

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ



**COLÉGIO DE DIRIGENTES**

**PRESIDENTE**

REITOR JOÃO MARTINS DIAS

**MEMBROS**

**PRÓ-REITORES**

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

VICENTE FERREIRA DE LUCENA JÚNIOR

NELSON BATISTA DO NASCIMENTO

ANA MENA BARRETO BASTOS

SANDRA MAGNI DARWICH

**DIRETORES – GERAIS DE CAMPI**

JÚLIO CÉSAR ARAÚJO DE FREITAS

ALLEN BITENCOURT DE LIMA

JURANDY MOREIRA MACIEL AIRES DA SILVA

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

JOSÉ PINHEIRO DE CARVALHO QUEIROZ NETO

ELIAS BRASILINO DE SOUZA

DARCÍLIA PENHA PINTO

IVAMILTON DE SOUZA ARAÚJO

JAIME CAVALCANTE ALVES

JORGE NUNES PEREIRA

LEONOR FERREIRA NETA TORO

PAULO HENRIQUE ROCHA ARIDE



## **CARGOS DE DIREÇÃO DO IFAM**

### **REITOR**

JOÃO MARTINS DIAS

### **ASSESSORIA ESPECIAL**

MÁRIO GILSON SANTOS BORGES

### **CHEFE DE GABINETE DA REITORIA**

SIMONE SANTOS RODRIGUES

### **AUDITORIA INTERNA**

LUIZ HENRIQUE MARQUES PINHEIRO

### **PROCURADORIA FEDERAL**

ADELSON MONTEIRO DE ANDRADE

### **COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CORREIÇÃO**

ANTONIO CÉSAR CAVALHEIRO MOI

### **PRÓ-REITORES**

#### **PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

ANA MARIA ALVES PEREIRA

#### **PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

#### **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

NELSON BATISTA DO NASCIMENTO

#### **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

ANA MENA BARRETO BASTOS



**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

SANDRA MAGNI DARWICH

**DIRETORIAS SISTÊMICAS**

**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

JOSÉ FERNANDES CARVALHO CAVALCANTE

**DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

JOÃO LUIZ CAVALCANTE FERREIRA

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

JÂNIO LÚCIO PAES ALVES

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO**

ADANILTON RABELO DE ANDRADE

**DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

GYOVANNI AUGUSTO AGUIAR RIBEIRO

**DIRETORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

JOÃO BATISTA NETO

**DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO**

LUCIENE FÁTIMA DE OLIVEIRA LOPES

**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

DARCÍLIA PENHA PINTO

**DIRETORIA DE PROGRAMA, PROJETOS E AÇÕES EXTENSIONISTAS**

DORANEIDE DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE TAHIRA



**DIRETORES – GERAIS DOS CAMPI**

**CAMPUS MANAUS – CENTRO**

JÚLIO CÉSAR ARAÚJO DE FREITAS

**CAMPUS COARI**

JURANDY MOREIRA MACIEL AIRES DA SILVA

**CAMPUS MANAUS ZONA – LESTE**

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

**CAMPUS MANAUS – DISTRITO INDUSTRIAL**

JOSÉ PINHEIRO DE QUEIROZ NETO

**CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**

ELIAS BRASILINO DE SOUZA

**CAMPUS PARINTINS**

ALLEN BITENCOURT DE LIMA

**CAMPUS TABATINGA**

JAIMA CAVALCANTE ALVES

**CAMPUS LÁBREA**

JORGE NUNES PEREIRA

**CAMPUS MAÚES**

LEONOR FERREIRA NETA TORO

**CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO**

PAULO HENRIQUE ROCHA ÁRIDE





## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	12
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	12
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade	13
1.3 Organograma Funcional	16
1.4 Macroprocessos finalísticos	17
1.5 Macroprocessos de Apoio	18
1.6 Principais parceiros	18
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	19
2.1 Planejamento das Ações da Unidade	19
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	23
2.3 Execução do Plano de Metas ou Ações	23
2.4 Indicadores	26
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	28
3.1 Estrutura de Governança	28
3.2 Áreas de Atuação da Audin	29
3.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	30
3.4 Sistema de Correição	32
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria n.º 1.043/2007 da CGU	33
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	36
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	36
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	45
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	55
5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	55
5.2 Transferências de Recursos	56
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	61
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	61
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	72
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	86
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	86
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	87
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	89
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação TI	89
8.2 Análise Crítica	91
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	95
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	95
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	97
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	98
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	98
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	108
10.3 Declaração de bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	118



10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	119
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	120
11.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	120
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	121
12.1 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	121
12.2 Pró-Reitoria de Extensão	127
12.3 Pró-Reitoria de Ensino	131
13. INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005	134
13.1 Relação Candidatos por Vaga	135
13.2 Relação Ingressos x Alunos	136
13.3 Relação Concluintes x Alunos	136
13.4 Eficiência Acadêmica	138
13.5 Retenção Escolar	139
13.6 Docentes por Alunos	140
13.7 Titulação do Corpo Docente	141
13.8 Renda Familiar Per Capita	142
13.9 Gastos Correntes por Aluno	142
13.10 Percentual de Gastos com Pessoal	143
13.11 Percentual de Gastos com Outros Custeios	143
13.12 Percentual de Gastos com Investimentos	144
14. PROJETOS FAEPI	145
RESULTADOS E CONCLUSÕES	147



## INTRODUÇÃO

Em cumprimento aos princípios da Administração Pública e demais determinações reguladoras e normativas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM apresenta suas ações desenvolvidas durante o exercício de 2012.

O presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas está subsidiado nas determinações constantes nas legislações pertinentes, bem como nas orientações do Fórum dos Pró-Reitores de Administração e Planejamento – FORPLAN e do órgão de assessoramento do Conselho de Dirigentes dos Institutos Federais - CONIF, que dão respaldo a este documento, cujo mérito consiste no fato de ser resultado da interação com as comunidades interna e externa, numa atitude de extremo respeito ao crédito financeiro e político que esta Gestão recebe da sociedade, a genuína mantenedora do bem público.

No ano de 2012 a Instituição, além das ações nos campi de Manaus e do interior do estado que compõe a expansão fase I e II, continuou em franca atividade expansiva com a aquisição dos terrenos nos municípios de Itacoatiara, Tefé, Humaitá e Eirunepé onde serão construídos os campi referente a expansão fase III. Deu continuidade nas obras dos campi do Instituto Federal de Rondônia – IFRO e do Instituto Federal do Acre – IFAC, com muitas dificuldades. O ano também foi marcado pela realização do programa de reestruturação dos *Campi* Fase I e II, com a construção de piscinas semi-olímpica. Foi realizado também, procedimentos licitatório para reforma e construção de alojamentos do Campus São Gabriel da Cachoeira, bem como as obras do Centro de Documentação e Informação (Biblioteca) do Campus Manaus - Zona Leste e Campus Manaus Distrito Industrial.

Habitualmente, todas as ações empreendidas pela Instituição acham-se rigorosamente atreladas aos princípios constitucionais da Lei n.º 9.394/96 – das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislações que regem a Educação Profissional e Tecnológica, políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação.

Os resultados expostos a seguir refletem o esforço desta gestão e exibem a dedicação para promover Educação Profissional de qualidade no continental Estado do Amazonas.

Ressaltamos que os itens referentes às informações sobre a renúncia tributária e gestão de precatórios contidas na Decisão Normativa TCU n° 119 de 18 de janeiro de 2012, não se aplicam à natureza desta UJ. Também, informamos que não são apresentadas informações sobre suprimentos de fundo, relação de empregados terceirizados substituídos em decorrência de concurso público, ou distribuição espacial de bens imóveis de uso especial locados a terceiros, tendo em vista que não existiram ocorrências no exercício de 2012.



## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Este capítulo tem como objetivo identificar o IFAM em aspectos orçamentários e de gestão. O subitem 1.1 trata da identificação da unidade jurisdicionada, informando que este é um relatório consolidado e quais os códigos SIAFI, SIORG e Unidades Gestoras das unidades consolidadas e da unidade consolidadora.

Os subitens seguintes apresentam o IFAM em aspectos de gestão, informando a finalidade e competências institucionais (1.2), o organograma funcional (1.3), os macroprocessos finalísticos (1.4), e por fim, as instituições parceiras da gestão.

### 1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
<b>Poder:</b> Executivo				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
<b>Denominação Completa:</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas				
<b>Denominação Abreviada:</b> IFAM				
<b>Código SIORG:</b> 100910		<b>Código LOA:</b> 26403		<b>Código SIAFI:</b> 158142
<b>Situação:</b> ativa				
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal			<b>CNPJ:</b> 10.792.928/0001-00	
<b>Principal Atividade:</b> Educação Profissional de Nível Tecnológico			<b>Código CNAE:</b> 8542-2	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(092) 3621-6700	(092) 3621-6754	(092) 3621-6703
<b>Endereço Eletrônico:</b> gabinete@ifam.edu.br				
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ifam.edu.br">http://www.ifam.edu.br</a>				
<b>Endereço Postal:</b> Av. Sete de Setembro, 1975, Centro, CEP 69020-120 – Manaus / AM				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Reitoria	10.792.928/0001-00	158142	ativa	103731
Campus São Gabriel da Cachoeira	10.792.928/0011-81	158273	ativa	3917
Campus Manaus Zona Leste	10.792.928/0004-52	158444	ativa	103743
Campus Manaus Centro	10.792.928/0005-33	158445	ativa	103742
Campus Manaus Distrito Industrial	10.792.928/0006-14	158446	ativa	103744
Campus Coari	10.792.928/0008-86	158447	ativa	103745
Campus Parintins	10.792.928/0003-71	158560	ativa	103751
Campus Tabatinga	10.792.928/0009-67	158561	ativa	103750
Campus Presidente Figueiredo	10.792.928/0007-03	158562	ativa	103747
Campus Maués	10.792.928/0010-09	158563	ativa	103749
Campus Lábrea	10.792.928/0002-90	158564	ativa	103748
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei n.º 11.892 de 29/12/2008				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Resolução IFAM n.º 02 de 28/03/2011				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Sem Ocorrências				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI		Nome		
158273		Campus São Gabriel da Cachoeira		
158444		Campus Manaus Zona Leste		



158445	Campus Manaus Centro
158446	Campus Manaus Distrito Industrial
158447	Campus Coari
158560	Campus Parintins
158561	Campus Tabatinga
158562	Campus Presidente Figueiredo
158563	Campus Maués
158564	Campus Lábrea
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26403	Campus São Gabriel da Cachoeira
26403	Campus Manaus Zona Leste
26403	Campus Manaus Centro
26403	Campus Manaus Distrito Industrial
26403	Campus Coari
26403	Campus Parintins
26403	Campus Tabatinga
26403	Campus Presidente Figueiredo
26403	Campus Maués
26403	Campus Lábrea
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158273	26403
158444	26403
158445	26403
158446	26403
158447	26403
158560	26403
158561	26403
158562	26403
158563	26403
158564	26403

## 1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) instituída através da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O Decreto Nº 7.566 de 23/09/1909 criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Essas Escolas atualmente fazem parte da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, criada pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFAM foi criado nos termos do item IV, do artigo 5º da Lei Nº 11.892/2008 e o estabelecimento dos campi, conforme consta no anexo, item IV, da Portaria Nº 4, de 6 de janeiro de 2009. Conforme o Art. 6º da Lei Nº 11.892/2008, a finalidade do IFAM:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos



- setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
  - III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
  - IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
  - V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
  - VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
  - VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
  - VIII. realizar e estimular a pesquisa básica e aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
  - IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas dispõe de Estatuto aprovado pela Portaria N° 373/IFAM, de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 1 de setembro de 2009 e Regimento Geral – Resolução N° 2, CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, publicado no DOU de 14 de abril de 2011, seção 1. O IFAM, em sua atuação, observa os princípios norteadores, a seguir:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

### ***1.2.1. Dos Objetivos Estratégicos***

Os objetivos estratégicos do IFAM fazem parte de um conjunto de atividades técnicas conhecido como Planejamento Estratégico. Este tem como finalidade apontar o futuro a ser construído pela instituição, a partir de 06 (seis) objetivos:

*Objetivo 1: Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas*



O investimento nas pessoas leva à obtenção da competência necessária para lidar com os desafios que deverão ser superados. Além disso, aumenta o grau de motivação e satisfação do servidor e melhora sensivelmente o clima e o ambiente de trabalho. Pelo sistema de avaliação a ser implantado, quanto maior o desempenho, maior será a bonificação.

#### *Objetivo 2: Perspectiva Eficiência Gerencial*

O investimento nas pessoas levará, também, à eficiência gerencial. O foco desta perspectiva é maximizar os recursos do IFAM visando suprir de forma eficiente e eficaz as necessidades de recursos das atividades-fim (ensino, pesquisa, extensão e inovação). Assim, quanto mais eficiente à gestão, maior a capacidade de captação e distribuição de recursos das atividades-meio.

#### *Objetivo 3: Perspectiva Eficiência Acadêmica*

O investimento nas pessoas levará, também, à eficiência acadêmica. O foco desta perspectiva é maximizar a capacidade de ensino, pesquisa, extensão e inovação dos docentes e corpo técnico do IFAM. Uma vez que a eficiência gerencial permitirá que as atividades-meio captem e distribuam os recursos, o quadro de pessoal das atividades-fim poderão se dedicar exclusivamente às suas peculiaridades.

#### *Objetivo 4: Responsabilidade Socioambiental*

A eficiência gerencial e acadêmica, quanto permanente, permitirá a efetividade institucional. Quando isso acontecer, o IFAM poderá cumprir com a sua responsabilidade socioambiental, etapa obrigatória rumo à institucionalização no ambiente amazônico, conforme prevê sua missão.

#### *Objetivo 5: Melhoria da Imagem Institucional*

Obtido o sucesso gerencial e acadêmico e cumprida a responsabilidade socioambiental, o IFAM terá dado os passos essenciais para estruturar a imagem institucional pela qual todos nós trabalhamos. Sua manutenção, contudo, exige que determinados objetivos sejam trabalhados constantemente.

#### *Objetivo 6: Satisfação com o Governo Federal*

A melhoria da imagem institucional a partir do cumprimento de sua responsabilidade socioambiental certamente levará à satisfação com o governo federal, nosso principal patrocinador. Evidentemente que as perspectivas anteriores capacitarão o IFAM para gestão administrativa e financeira descentralizada, nos limites estabelecidos em lei, requisito essencial para autonomia institucional.



### 1.3 Organograma Funcional

A figura abaixo representa a estrutura formal da Reitoria do IFAM através do organograma institucional. Salienta-se que abaixo da Reitoria se encontram as Diretorias dos Campi os quais, por sua vez, tem seu próprio organograma, não apresentado neste Relatório.

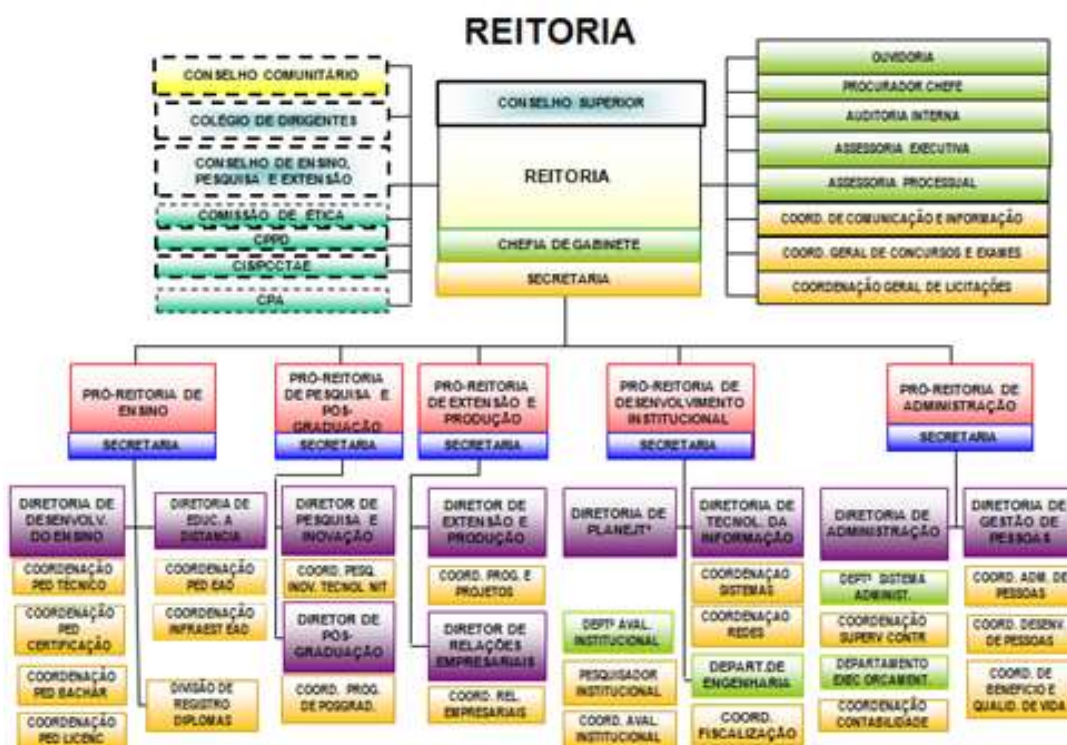


Figura 1: Organograma do IFAM

Baseando-se no contexto histórico e seus documentos de institucionalização, considera-se a Pró-Reitoria de Ensino (Proen), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PR-PPGI) e a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) como detentoras dos processos finalísticos e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) e Pró-Reitoria de Administração (Proad) detentoras dos processos de apoio. Todas atuam de forma sistêmica para o atendimento dos objetivos do IFAM, como demonstra Figura 2:



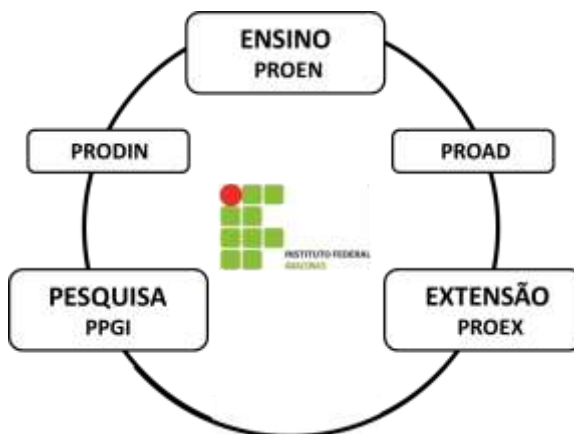


Figura 2: Responsáveis por macroprocessos no IFAM

#### 1.4 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do IFAM, são aqueles diretamente relacionados com o negócio e com a razão de existir da instituição. No quadro abaixo estão listados estes processos referentes a cada Pró-Reitoria, o público a que se destinam e os resultados esperados.

QUADRO 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

<i>Macroprocessos finalísticos</i>		
<b>PROEN</b>	<b>PPGI</b>	<b>PROEX</b>
Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas relativas ao ensino.	Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas relativas à pesquisa e à pesquisa, pós-graduação de <i>lato e stricto sensu</i> e inovação.	Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas de extensão.
Normas e procedimentos para o funcionamento do registro acadêmico nos <i>campi</i> .	Coordenação e a supervisão dos projetos e dos grupos de pesquisas.	Avaliação das atividades relativas à extensão, à integração e ao intercâmbio da instituição.
Proposta e orientação de processos de aprendizado para a educação inclusiva.	Articulação com órgãos de apoio à pesquisa.	Articular-se com o setor produtivo, com a sociedade em geral para a melhoria dos perfis de ingresso discente.
Implementação das políticas dos cursos de formação inicial e continuada.	Fomento e criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisas científicas nacionais e internacionais.	Fomento e criação de políticas de acompanhamento de egressos.
<i>Atende a:</i> Comunidade acadêmica	<i>Atende a:</i> Comunidade acadêmica	<i>Atende a:</i> Comunidade acadêmica
<b>Resultado:</b> Promover a excelência do ensino por meio da formulação de políticas educacionais de qualidade socialmente referenciadas.	<b>Resultado:</b> Promover com excelência a pesquisa, pós-graduação e inovação.	<b>Resultado:</b> Interligar o conhecimento com a prática através da prestação de serviços de extensão para as comunidades interna e externa, com qualidade e comprometimento.



## 1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio, essenciais ao funcionamento da organização para que esta possa executar os processos finalísticos, são suportados pelas Pró-Reitorias de Administração e de Desenvolvimento Institucional. O quadro abaixo apresenta os principais Macroprocessos de apoio, o público a que estão destinados e os resultados esperados deles.

QUADRO 3 – MACROPROCESSOS DE APOIO

<i>Macroprocessos de Apoio</i>	
<b>PRODIN</b>	<b>PROAD</b>
Planejamento, coordenação, avaliação e controle das políticas relativas ao desenvolvimento institucional.	Execução de políticas institucionais para garantir a execução dos planos orçamentários, financeiros e patrimoniais.
Coordenação das atividades de avaliação institucional e de controle de dados institucionais.	Administração dos espaços físicos e infraestrutura utilizada pela Reitoria.
Planejamento e coordenação de atividades de articulação sistêmica do Ifam.	Elaboração da proposta orçamentária anual do IFAM.
Gestão do ambiente e da segurança da rede e de gestão tecnológica.	Realização e conformidade da gestão contábil.
Implantação de sistemas institucionais (SUAP, Geplanes, Q-Acadêmico, etc.)	Execução da gestão de pessoas em consonância com as diretrizes legais.
Planejamento da aquisição de softwares, hardware e/ou serviços de TI.	Execução da política de capacitação de servidores.
Implantar e coordenar programas de responsabilidade ambiental.	Coordenação de programas de melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor.
<i>Atende a:</i> Gestão do Ifam	<i>Atende a:</i> Gestão do Ifam
<i>Resultado:</i> Promover o desenvolvimento institucional com responsabilidade socioambiental e inovação gerencial e tecnológica.	<i>Resultado:</i> Gerir recursos e pessoas, com eficiência e legalidade para suporte às atividades da comunidade interna e otimização da cadeia de suprimentos.

## 1.6 Principais parceiros

O Ifam, na realização de seus processos destinados à Comunidade Acadêmica, conta com parceiros externos tanto da área pública quanto privada. As parceiras com organizações públicas do IFAM são, essencialmente, com a Faepi - Fundação de Apoio ao IFAM, e o Governo Federal. Ainda, considera também seus fornecedores como parceiros, tais como o Qualidata, Microsoft, Autodesk que contribuem para a execução da parte de Tecnologia da Informação ligada ao Ensino; a Rudary, com quem o IFAM mantém contrato de manutenção das dependências de ensino, bem como dos serviços de inspeção de alunos; e as empresas construtoras empenhadas na expansão de novos Campis do IFAM.



## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

Este capítulo tem como objetivo descrever como se dá o planejamento e as ações do IFAM, explicitando as estratégias adotadas para a execução e as formas de monitoramento da execução dos planos em relação ao ano de 2012, além de evidenciar os indicadores utilizados para monitorar e avaliar a gestão.

### 2.1 Planejamento das Ações da Unidade

O Planejamento Estratégico do IFAM é um conjunto de atividades técnicas que como finalidade apontar o futuro a ser construído pela organização. Em 2012, o planejamento vigente tem abrangência de 05 (cinco) anos e compreende o período de 2012 a 2017.

O resultado do planejamento estratégico é o plano, um documento que contém, basicamente, o pensamento estratégico, o mapa de negócios e o mapa estratégico. O plano segue o pensamento estratégico composto pelos valores, missão, visão e negócio organizacional; o mapa de negócios é a descrição da cadeia de valor da organização, ou seja, como ele maximiza os recursos disponíveis para gerar melhores resultados possíveis; enquanto o mapa estratégico é o caminho lógico que será percorrido para atendimento das competências institucionais.

Em 2012, o IFAM definiu sua missão como “*Promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento da Amazônia*”; e definiu como visão “*Ser referência nacional em educação, ciência e tecnologia*”. Ainda, na elaboração do Planejamento Estratégico com seus servidores, desenhou seu mapa de negócios da seguinte maneira:

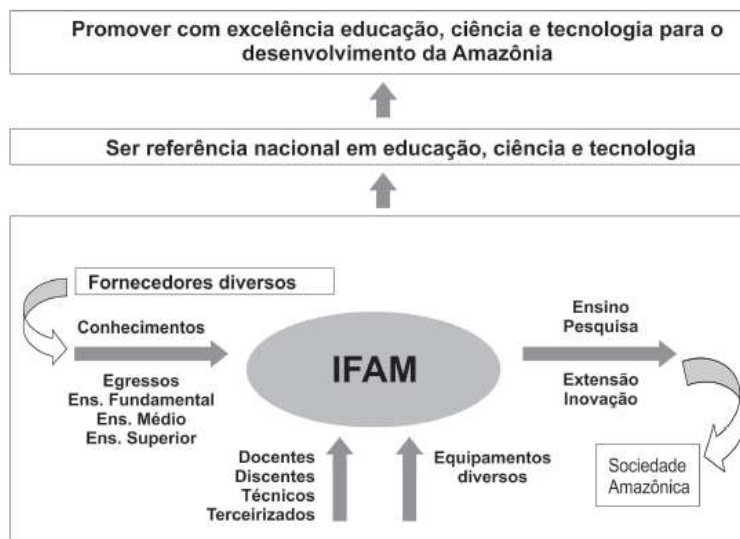


Figura 3: Mapa dos negócios do Ifam



### 2.1.1 Principais Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos gerais do IFAM definem o conjunto de atividades técnicas do Planejamento Estratégico, são eles: perspectiva de desenvolvimento de pessoas; perspectiva eficiência gerencial; perspectiva eficiência acadêmica; responsabilidade socioambiental; melhoria da imagem institucional e; satisfação com o Governo Federal. É possível observar no Mapa Estratégico do Ifam (Figura 3) que todos os objetivos devem atender à missão e visão da Instituição:

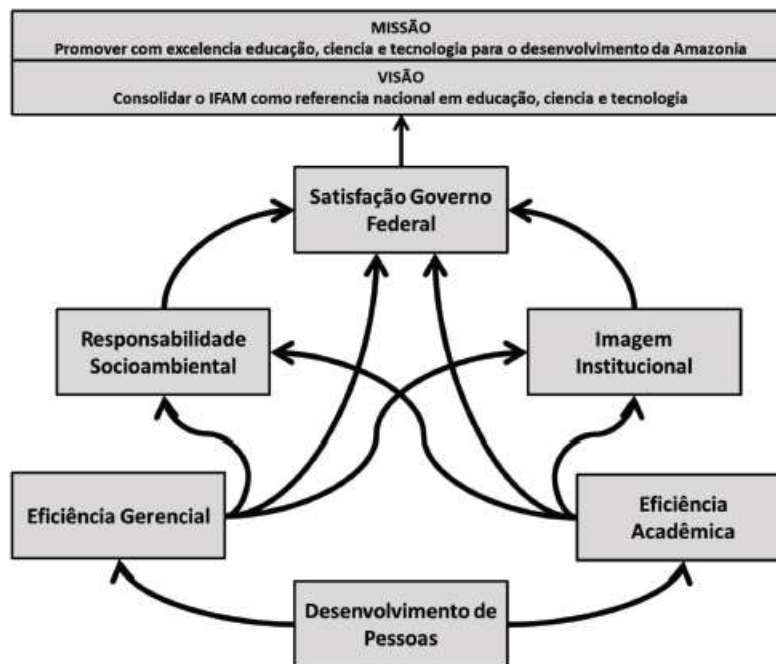


Figura 4: Mapa estratégico do Ifam

Os objetivos estratégicos facilitam o acompanhamento da execução do plano. A lógica é a seguinte: investe-se no desenvolvimento das pessoas para que o IFAM ganhe em eficiência gerencial e acadêmica; quando a eficiência se tornar efetiva, nossa instituição poderá cumprir sua responsabilidade socioambiental, o que levará, como consequência, à melhoria de sua imagem institucional; com a melhoria da imagem institucional o governo, nosso principal patrocinador, terá elevado seu grau de satisfação e, com isso, poderá aumentar o investimento no IFAM para que o círculo virtuoso recomece. Para cada objetivo, as principais ações são as seguintes:

Ações para Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas:

- Aumentar as equipes multidisciplinares de fortalecimento ao setor pedagógico;
- Aumentar a quantidade de bolsas para o servidor pesquisador;
- Aumentar a quantidade de bolsas de mestrado e doutorado;
- Criar o Plano de Mobilidade do Servidor;
- Implantar programas de melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor;
- Implantar programas de cursos de idiomas para os servidores;
- Demandar ações junto ao Governo Federal visando o retorno do auxílio localidade aos servidores;



- Fortalecer o setor de saúde dos campi;
- Aumentar a produção científica de servidores;
- Construir centro de convivência do servidor nos campi.

#### Ações para Perspectiva Eficiência Gerencial:

- Institucionalizar a ouvidoria;
- Ampliar a autonomia orçamentária dos campi do IFAM;
- Aumentar o número de Colegiados Gerenciais;
- Melhorar o sistema de internet;
- Instalar a infraestrutura física da reitoria;
- Informatizar todas as bibliotecas da instituição;
- Adquirir barco regional para funcionamento da Unidade Móvel Fluvial do IFAM;
- Reestruturar a instituição para a gestão sistêmica;
- Racionalizar os processos das atividades meio;
- Racionalizar os processos das atividades fim;
- Capacitar gerencialmente o quadro docente e funcional.

#### Ações para Perspectiva Eficiência Acadêmica:

- Fazer avaliações periódicas dos projetos pedagógicos de todos os cursos;
- Aumentar a quantidade de certificações do programa CERTIFIC;
- Implantar um Centro de Idiomas;
- Avaliar o processo educacional periodicamente;
- Institucionalizar um programa de intercâmbio internacional para docentes e discentes;
- Ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu;
- Aumentar a quantidade de eventos esportivos entre os campi;
- Aumentar o número de ações de educação nos campi;
- Aumentar o número de programas de atendimento pedagógico discente;
- Aumentar a quantidade de bolsas de iniciação científica;
- Ampliar o quantitativo de workshops de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Aumentar a quantidade de incubadoras de empresas;
- Melhorar o acompanhamento dos egressos;
- Aumentar o número de bolsas de extensão;
- Criar um programa de Apoio ao Egresso;
- Ampliar subsídios a alimentação estudantil;
- Construir novos Centros de Documentação e Informação (CDI) nos campi e consolidar os existentes.

#### Ações para Responsabilidade Socioambiental:

- Aumentar a participação da sociedade civil na Escola Cidadã;
- Aumentar a quantidade de voluntários junto aos novos campi;
- Ampliar as ações de extensão no ensino Superior;
- Criar o observatório institucional sobre educação e trabalho;
- Aumentar a quantidade de incubadoras de empresas;
- Institucionalizar o Programa de Assistência Comunitária;
- Ampliar parceria com Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA);



- Ampliar parcerias com instituições de ensino em nível nacional e internacional;
- Ampliar o número de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT);
- Ampliar e diversificar ações de Responsabilidade Social;
- Construir um complexo esportivo para o atendimento de eventos;

#### Ações para Melhoria da Imagem Institucional:

- Aumentar as equipes multidisciplinares de fortalecimento ao setor pedagógico;
- Aumentar a quantidade de bolsas de mestrado e doutorado;
- Criar o Plano de Mobilidade do Servidor;
- Implantar programas de cursos de idiomas para os servidores;
- Demandar ações junto ao Governo Federal visando o retorno do auxílio localidade aos servidores;
- Fortalecer o marketing institucional;
- Fortalecer o endomarketing institucional;
- Aumentar a produção científica de servidores;
- Construir centro de convivência do servidor nos campi;
- Criar rádio via internet.

#### Ações para Satisfação com o Governo Federal:

- Desenvolver o plano Expansão 3
- Aumentar a eficiência institucional;
- Aumentar a eficácia institucional;
- Aumentar a relação estudante x professor;
- Ampliar e diversificar a oferta de curso e vagas para a educação profissional;
- Manter as vagas para a formação de professores e licenciaturas;
- Diversificar e ampliar a oferta de cursos PROEJA;
- Aumentar os projetos de melhoria da qualidade da educação básica;
- Aumentar a quantidade de projetos de formação inicial e continuada;
- Ampliar e diversificar a oferta de cursos em EaD;
- Diversificar a forma de acesso ao ensino técnico;
- Diversificar a forma de acesso ao ensino superior;
- Incentivar estudantes com elevados desempenho a programas apoiados;
- Ampliar a quantidade de projetos de pesquisa e inovação;
- Aumentar a quantidade projetos ação social;
- Institucionalizar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- Aumentar os programas de ensino, pesquisas e extensão multicampi e interinstitucionais;
- Aumentar as adesões a programas de interesse coletivo;
- Implantar um programa de gerenciamento acadêmico com fornecimento de informações ao MEC/SETEC.



## 2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Com a elaboração do Planejamento Estratégico no exercício de 2012 e a consequente definição de novos objetivos estratégicos, definiram-se estratégias para a avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos; revisão dos macroprocessos quando necessário; adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica e imobiliária; estratégias de divulgação interna dos resultados alcançados; além de outras estratégias consideradas relevantes para o negócio do Instituto, como pode ser visualizado no quadro abaixo.

QUADRO 4 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS

<b>Atividades</b>	<b>Estratégias Adotadas</b>	<b>Para atingir os objetivos estratégicos</b>
<b>Avaliação de riscos que poderiam prejudicar ou impedir o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício</b>	Construir centro de convivência do servidor nos campi.	<i>Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas</i>
	Implantar o novo planejamento estratégico.	<i>Perspectiva Eficiência Gerencial</i>
	Avaliar o processo educacional periodicamente.	<i>Perspectiva Eficiência Acadêmica</i>
	Aumentar a participação da sociedade civil na Escola Cidadã.	<i>Responsabilidade Socioambiental</i>
	Criar o plano de mobilidade do servidor.	<i>Melhoria da Imagem Institucional</i>
	Aderir ao SIGA-EPT para transferir informações mínimas solicitadas pelo MEC/SETEC.	<i>Satisfação com o Governo Federal</i>
<b>Revisão de Macroprocessos da unidade caso necessário</b>	Criação de coordenações dentro das Pró-reitorias no intuito de solucionar problemas e atender as necessidades da Instituição.	<i>Perspectiva Eficiência Gerencial</i>
		<i>Satisfação com o Governo Federal</i>
<b>Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliário</b>	Fazer reuniões do colégio de dirigentes no intuito de reunir todas as demandas dos campi do Amazonas	<i>Perspectiva Eficiência Gerencial</i>
		<i>Perspectiva Eficiência Acadêmica</i>
		<i>Melhoria da Imagem Institucional</i>
		<i>Satisfação com o Governo Federal</i>
<b>Estratégias de divulgação interna</b>	Fazer reuniões com todas as Pró-reitorias no intuito de informar os objetivos traçados e resultados alcançados.	<i>Perspectiva Eficiência Gerencial</i>
		<i>Perspectiva Eficiência Acadêmica</i>
		<i>Melhoria da Imagem Institucional</i>
		<i>Satisfação com o Governo Federal</i>
<b>Estratégias Relevantes</b>	As estratégias tomadas durante o ano corrente são consideradas relevantes para que sejam atingidas as metas e objetivos traçados anteriormente.	<i>Perspectiva Desenvolvimento de Pessoas</i>
		<i>Perspectiva Eficiência Gerencial</i>
		<i>Perspectiva Eficiência Acadêmica</i>
		<i>Responsabilidade Socioambiental</i>
		<i>Melhoria da Imagem Institucional</i>
		<i>Satisfação com o Governo Federal</i>

## 2.3 Execução do Plano de Metas ou Ações

No quadro abaixo estão descritos os resultados alcançados pela execução das ações planejadas, explicitando em que medida das ações foram executadas e as metas alcançadas, bem como os motivos para o não atingimentos das metas estabelecidas ou a não execução da ação planejada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 5 – PLANO DE AÇÃO

<b>Objetivo</b>	<b>Ações</b>	<b>Resultado</b>	<b>Motivo da não execução</b>
Aperfeiçoar a infraestrutura de comunicação e tecnologia.	Regularizar aquisições de TI através de Documento de Oficialização de Demanda DOD	<i>Executado</i> – Documento enviado a PROAD em novembro de 2012	
	Viabilizar a participação dos servidores da área de TI em todos os Cursos oferecidos	<i>Executado</i> – Documentos enviados a todos os campi para os servidores da área de T.I.	
	Elaborar o Plano de Capacitação dos Servidores de TI		<i>Executado em 50%</i> – Devido às demandas do Campus Centro.
	Executar o Plano de Capacitação dos Servidores de TI		<i>Executado em 50%</i> – Devido às demandas do Campus Centro.
	Elaborar o Plano de redimensionamento de mão de obra até 2013		<i>Executado em 50%</i> – Devido às demandas do Campus Centro.
	Terceirizar tarefas executivas de Tecnologia da Informação		<i>Não Executada</i> – Foi enviado para a PROAD o termo de referência em novembro de 2012, mas não foi licitado.
	Disseminar na rede dos servidores de TI a ferramenta egrouphware	<i>Executada</i> – Foi disseminada na rede a ferramenta de T.I. em	
	Mapear os processos de TI		<i>Executado em 50%</i> – Devido às demandas do Campus Centro.
	Realizar os processos do domínio COBIT de Planejamento e Organização		<i>Não Executada</i> – O treinamento do COBIT será realizado somente no segundo semestre de 2013.
	Realizar os processos do domínio COBIT de Aquisição e Implementação		
	Realizar os processos do domínio COBIT de Entrega e Suporte		
Alinhar as soluções de TI com as especificações técnicas do SISP	<i>Executada</i> – Foi alinhado as soluções de T.I. com as técnicas do SISP em novembro de 2012.		
Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	Acompanhamento e apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	<i>Executada</i> – Foi realizado o acompanhamento da CPA em 2012.	
	Acompanhamento do processo de Autoavaliação Institucional	<i>Executada</i> – Foi realizado o acompanhamento do processo de avaliação institucional em outubro de 2012.	
	Proposta de normatização relativa aos processos de trabalho do IFAM	<i>Executada</i> – Foram realizadas reuniões com diretores dos Campús para normalizar processos de trabalho do IFAM.	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



Desenvolver a instituição Estrategicamente	Coordenação da implantação de novas unidades	<i>Executado</i> – Foram realizadas visitas nos municípios da Expansão III, doação de terrenos e audiências públicas em Itacoatiara, Humaitá, Tefé, Eirunepé, dado início em dezembro de 2012.	
	Realização de atividades de integração e articulação intercampi	<i>Executado</i> – São realizadas reuniões para discussão de integração entre os campi.	
	Definição e divulgação das atribuições e atividades representadas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional		<i>Executado 50%</i> – Foram definidas as atribuições da PRODIN, no entanto não foram divulgadas como deveria.
	Desenvolvimento de atividades de articulação entre as Pró-Reitorias		<i>Executado 50%</i> – Foram executadas apenas demandas de alta necessidade entre as Pró-Reitorias não sendo executadas as articulações de desenvolvimento.
	Desenvolvimento e acompanhamento de projetos elaborados de acordo com os resultados obtidos nas avaliações internas		<i>Executado 50%</i> – Houve um acompanhamento na elaboração de apenas alguns projetos.
	Implantação de um sistema para acompanhamento do Planejamento	<i>Executado</i> – Foram realizadas visitas nos campi para implantação dos sistemas de planejamento	
	Elaboração de materiais gráficos de divulgação institucional.	<i>Executado</i> – Foi elaborado diversos materiais de divulgação para os alunos do IFAM no intuito de informar seus direitos e deveres como alunos; Também foi divulgado material da PROEX sobre os projetos do governo	
	Assessorar juntamente com a Coordenação de Manutenção e Logística, as Diretorias Gerais dos Campi quanto à aquisição de materiais, equipamentos e respectiva logística	<i>Executado</i> – Foram realizados a manutenção e logística de materiais para os campi de acordo com suas respectivas execuções financeiras	
Prestar suporte administrativo as atividades desempenhadas pelos Campi no âmbito da Reitoria	<i>Executado</i> – Foram realizadas visitas e suporte administrativo por telefone no intuito de melhorar a execução dos campi		



## 2.4 Indicadores

Os indicadores são utilizados pelo Instituto para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, além de possibilitar a identificação de correções e de mudanças de rumos. Na tabela abaixo estão os indicadores de gestão utilizados pelo Instituto.

QUADRO 6 – INDICADORES

<b>Competências Institucionais</b>	<b>Dimensão do Esforço</b>			<b>Dimensão do Resultado</b>		
	<i>Economicidade</i>	<i>Excelência</i>	<i>Execução</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Efetividade</i>
I.Implementar ações visando ao constante aprimoramento do processo de captação e de atualização de dados institucionais;	2,5	2,0	2,5	2,0	2,5	2,5
II.Coletar, analisar, disponibilizar e manter atualizados os indicadores de desempenho, dados e estatísticas do IFAM;	2,0	1,5	2,0	2,5	2,5	2,5
III.Elaborar e dar ampla publicidade aos produtos que retratem e possibilitem uma análise do desenvolvimento institucional do IFAM;	2,5	2,0	2,5	2,0	2,0	2,0
IV.Coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, de forma participativa e em consonância com a política estabelecida pelos órgãos superiores;	2,5	2,0	2,5	2,5	2,5	2,5
V.Orientar e apoiar os Campi na elaboração dos seus Planos de Gestão;	2,5	2,5	2,5	2,0	2,5	2,5
VI.Orientar em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração a elaboração do orçamento dos Campi, em conformidade com o Plano de Ação/Plano Estratégico;	2,0	2,0	2,5	2,5	2,5	3,0
VII.Coordenar a execução das políticas de recursos humanos em conjunto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração;	1,5	2,0	1,5	2,5	2,0	2,0
VIII.Elaborar o Plano de Ação/Plano Estratégico de sua Pró-reitoria, de acordo com as diretrizes gerais do IFAM;	2,5	2,0	2,0	2,0	2,0	2,5
IX.Coordenar e controlar o orçamento de sua Pró-reitoria, contida no Plano de Ação/ Planejamento Estratégico	2,5	2,0	2,5	2,5	2,5	2,5
X.Apresentar na Reitoria o relatório anual das atividades desenvolvidas pela sua Pró-Reitoria;	2,0	1,5	2,0	2,0	3,0	2,0
XI.Coordenar, superintender e exercer as atividades e funções que lhe forem delegadas pela Reitoria;	1,5	2,0	1,5	1,0	2,5	1,0
XII.Representar o IFAM nos fóruns específicos e quando se fizer necessário;	1,0	1,5	1,0	1,0	1,5	1,0
XIII.Atuar na articulação da Reitoria com os Campi;	2,5	2,0	2,5	3,0	2,5	3,0
XIV.Atuar no planejamento estratégico do Instituto Federal, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos Campi;	2,5	1,5	2,5	2,5	2,5	2,5
XV.Colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os Campi, quanto aos planos de investimentos do Instituto Federal;	1,5	2,5	1,5	1,5	1,0	1,5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



XVI. Propor alternativas organizacionais, visando o constante aperfeiçoamento da gestão do Instituto Federal;	1,0	2,0	1,5	2,0	2,5	2,0
XVII. Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição;	0,5	0,5	1,0	1,5	1,0	1,5
XVIII. Zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos do Instituto Federal;	2,5	1,5	2,5	2,5	2,0	2,5
XIX. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.	2,0	2,5	2,0	2,0	2,0	2,0



### **3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

Este capítulo agrega as informações sobre a estrutura de governança e autocontrole da gestão do IFAM, explicitando os mecanismos e controles internos adotados para garantir o alcance dos objetivos planejados, a estrutura orgânica de governança e as ações relacionadas ao sistema de correição.

#### **3.1 Estrutura de Governança**

A Auditoria Interna do IFAM é um órgão de Controle Interno vinculado ao Conselho Superior do IFAM, por força do Decreto nº. 3.591/2000, cuja responsabilidade é fortalecer e assessorar a gestão, racionalizar as ações da Administração e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal - CGU e ao Tribunal de Contas da União - TCU, respeitada a legislação pertinente, bem como realizar auditagem, acompanhar as execuções orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal, emitir Pareceres Técnicos, elaborar relatórios, assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Auditoria Interna do IFAM tem como objetivo principal o assessoramento técnico ao Reitor, com sua vinculação ao Conselho Superior, tendo como missão o fortalecimento da Gestão e a prestação de apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Ainda, a realização do trabalho da Audin se concentra em outros objetivos:

- Assessorar os dirigentes no acompanhamento dos programas visando comprovar a execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- Verificar a execução do orçamento visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação;
- Verificar a legalidade dos atos de gestão e examinar os resultados quanto a economicidade, eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos e operacional;
- Orientar os Dirigentes quanto ao cumprimento às normas legais;
- Acompanhar a implementação das recomendações da CGU, expressas no Plano de Providências, bem como o acompanhamento das recomendações expedidas pelo TCU;
- Verificar adequação e eficácia dos controles administrativos;
- Verificar integridade e confiabilidade das informações e registros, da observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos e da efetiva utilização;
- Examinar a compatibilidade das metas e Programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos.



### 3.2 Áreas de Atuação da Audin

#### Controles da Gestão :

- Ação direta em verificar o cumprimento das recomendações, diligências e determinações exaradas pela Controladoria Regional/AM pelo Tribunal de Contas da União e por entidades fiscalizadoras do exercício profissional;
- Examinar e emitir parecer prévio sobre a formalização do Relatório Final/Prestação de Contas Anual;
- Verificar a execução das rotinas de trabalho de acordo com os Procedimentos Administrativos aprovados pelo Reitor/Dirigentes;
- Recomendar melhorias nos controles internos em face de falhas ou qualquer impropriedade verificada;
- Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2011 - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT do exercício de 2010.

#### Gestão Orçamentária:

- Verificar e acompanhar a execução das receitas e despesas previstas conforme o Programa/ Ação sob responsabilidade da Instituição;
- Constatar a formalização de Convênios/Contratos e parcerias com entidades públicas e privadas.

#### Gestão Financeira:

- Verificar a formalização e avaliar a conformidade dos processos de concessão, aplicação e prestação de contas de contratos de fornecedores de materiais e serviços;
- Constatar a aplicação dos recursos oriundos de Convênios.

#### Gestão Patrimonial:

- Conhecimento do patrimônio existente no IFAM;
- Verificar e analisar o Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis;
- Analisar os procedimentos de controle de movimentação dos bens móveis.

#### Gestão de Recursos Humanos:

- Examinar documentação sobre licenças, afastamentos e cessões;
- Verificar a formalização dos processos de ajuda de custo;
- Verificar a formalização processual e aplicação de recursos em processos de diárias e passagens;
- Testar a consistência dos atos de concessão de aposentadorias e pensões;
- Verificar o cumprimento da carga horária dos docentes.

#### Gestão de Suprimento de Bens / Serviços:

- Verificar eventual ocorrência de fracionamento de despesas em aquisição de bens e



serviços durante licitação;

- Verificar a formalização nos processos de licitação;
- Monitoramento das ações propostas para acompanhamento das obras contempladas com recursos do REUNI/EXPANSÃO.

Gestão Operacional:

- Aferir o quantitativo de ingressos de alunos nos níveis e modalidades da Educação Profissional;
- Acompanhar o quantitativo de alunos egressos comparados aos integrantes dos níveis e modalidades de Educação Profissional;
- Acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e do Plano da Educação Profissional e Tecnológica.

### 3.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

O quadro abaixo tem como objetivo demonstrar a percepção do IFAM, representada pelo seu nível estratégico, da qualidade do funcionamento dos controles internos e administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediências às leis e regulamento que o regem; a salvaguardas dos seus recursos; e a eficácia e eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

QUADRO 7 – AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais:					
<b>Análise Crítica:</b> <b>Escala de valores da avaliação:</b>  (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					



### 3.4 Sistema de Correição

Por determinação da Controladoria Geral da União, inicialmente foi constituída uma Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, através da Portaria nº 140-GR/IFAM, de 10 de fevereiro de 2011, publicada no DOU nº 43, de 02 de março de 2011, composta pelos seguintes servidores:

QUADRO 8 – SERVIDORES DA CORREIÇÃO

Servidor	SIAPE	Cargo	Lotação
Antonio Cezar Cavaleiro Moi	1214717	Administrador	Campus Zona Leste
Hamilton Vasconcelos Gadelha	1585925	Assist. em Adm.	Campus Centro
Helda da Silva Moreira	1693436	Psicóloga	Campus Coari
Jane Fernandes Monteiro	1105678	Tec. Ass. Educ.	Campus SGC
Rosalice Chaves Mello	1164304	Professora	Campus Manaus DI

A Unidade de Correição do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (UNICOR/IFAM) foi criada através da Portaria nº 812-GR/IFAM, de 10 de agosto de 2011, em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, consolidando-se como Unidade Seccional do IFAM, enquanto Autarquia Federal da estrutura do Ministério da Educação.

A estrutura organizacional da UNICOR/IFAM não foi formalmente definida quando da sua criação; no entanto, para fazer frente às demandas da Unidade, considerando que a mesma deveria estruturar-se para dar assistência aos 10 (dez) Campi que compõem a estrutura do IFAM, inicialmente foi proposto que a mesma deveria ser composta por 01 (um) Coordenador-Geral, conforme dispõe o art. 8º do referido Decreto, mais 02 (dois) Auxiliares, devendo estes, pelo menos, serem ocupantes de cargo de Nível Intermediário (NI). No entanto, considerando o Programa de Expansão com a construção de mais 04 (quatro) novos Campus, atualmente, além da Coordenação Geral, a Unidade necessita de mais 01 (um) Auxiliar, totalizando 03 (três) Auxiliares de Correição, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e jornada diária de 08 (oito) horas em 02 (dois) turnos regulares de 04 (quatro) horas.

Através do Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, foram aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Controladoria-Geral da União. No detalhamento da estrutura aprovada pelo referido Decreto nota-se que não houve qualquer preocupação com relação à estruturação das Unidades Seccionais, o Decreto está voltado exclusivamente para a estrutura regimental da “Controladoria-Geral da União” em nível de Governo como Órgão Central do Sistema de Correição, conforme dispõe o inciso I do art. 2º do Decreto nº 5.480/2005, mas não faz qualquer menção com relação à estruturação das Unidades Seccionais que estão, literalmente, atuando nas linhas de frente, assumindo as responsabilidades ante à elevada complexidade, enfrentando as dificuldades e se expondo aos potenciais riscos que tal atividade impõe àqueles que atuam nas Comissões.





Sendo o IFAM uma Autarquia do Poder Executivo Federal da estrutura do Ministério da Educação, a UNICOR/IFAM configura-se como UNIDADE SECCIONAL; no entanto, ainda não possui um Regimento Interno que lhe consigne uma identidade própria. Já foi solicitado ao Corregedor do Órgão Central, Benedito Orlando Nava Castro, orientação acerca da estrutura organizacional das Unidades Seccionais para fins de padronização, bem como acerca da elaboração do Regimento Interno, dentro do que preconiza o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.480/2005, acerca das competências das Unidades Seccionais, considerando que o Decreto nº 5.683/2006 não contempla a estruturação das Unidades Seccionais enquanto Unidades Jurisdicionadas da estrutura dos Ministérios, de suas Autarquias e Fundações Públicas; todavia, não obtivemos, satisfatoriamente, as orientações requeridas.

Em função disso, apresentamos sugestão no sentido da criação de Fóruns Nacionais ou Regionais, a exemplo dos Fóruns Nacionais de Auditores Internos das Instituições Vinculadas ao MEC, com o objetivo de promover a troca de experiências, bem como desenvolver treinamentos pertinentes ao exercício das atividades de Correição nas Unidades Jurisdicionadas, bem como promover estudos de casos com base na realidade vivenciada pelas Unidades Seccionais, no que concerne a situações singulares de extrema gravidade. No entanto, até a data da conclusão do presente relatório, tudo permanece como no começo, ou seja, as orientações normativas estão no papel e em meio virtual, e as orientações técnicas ficaram apenas no plano subjetivo.

Por uma questão de justiça, considero justo e oportuno reiterar o cumprimento do disposto no art. 7º do citado Decreto nº 5.480/2005, em função do elevado grau de responsabilidade, complexidade e risco a que estão expostos os integrantes da estrutura da UNICOR que, em função da insuficiência de servidores habilitados a integrarem as Comissões de Processos Disciplinares, principalmente na qualidade de Coordenador-Geral me vejo obrigado a participar de Comissões de Processos Disciplinares e em razão disso já fui vítima de agressões verbais e físicas por parte de acusados que respondem a Processos Disciplinares. Como se não bastasse, mediante representação fraudulenta forjada por um Acusado que responde a PAD por insubordinação grave em serviço e outras infrações, fui acusado injustamente de ato de improbidade administrativa pelo Ministério Público Federal, mediante Inquérito Civil Público instaurado a pedido desse Acusado. Finalizando, caso esse status quo não mude, não vejo alternativa senão pedir dispensa da Coordenação. E sob tais circunstâncias, não tenho a menor dúvida de que não haverá um substituto por razões óbvias, pois essa é uma função pela qual não há interessados.

### **3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria n.º 1.043/2007 da CGU**

Os registros e atualizações dos Processos no Sistema CGU/PAD estão sendo realizados satisfatoriamente, respeitadas as limitações impostas pela insuficiência de Recursos Humanos, considerando que até o presente momento a proposta de estrutura organizacional não foi atendida. Por outro lado, a criação da Unidade de Correição do IFAM, na qualidade de Unidade Seccional, apenas atendeu à exigência do disposto no Decreto nº 5.480/2005; no entanto, desde a sua criação não vislumbramos qualquer manifestação de apoio, supervisão ou orientação técnica do órgão a que está diretamente subordinada, conforme dispõe o § 2º do



art. 2º do citado Decreto, “in verbis”: § 2º *As unidades seccionais ficam sujeitas à orientação normativa do Órgão Central do Sistema e à supervisão técnica das respectivas unidades setoriais.* Isso quer dizer que as orientações normativas estão no papel ou em meio virtual, mas a supervisão técnica ainda está no campo da subjetividade, pois desde que assumimos esta Coordenação em 15 de agosto de 2011, nunca recebemos a visita de qualquer integrante da Unidade Setorial para a constatação da realidade e limitações com que estamos desenvolvemos nossas atividades na Unidade.

Hoje o IFAM possui 10 (dez) Campus, em breve serão 14 (quatorze). Todas as atividades relativas à condução de procedimentos apuratórios estão recaindo sobre um pequeno grupo de servidores habilitados em Curso de Formação de Membros de Comissões, ocasionando uma sobrecarga de trabalho que, fatalmente, resulta no estrangulamento da instrução de alguns processos. Essa realidade se revela na medida em que cada um desses servidores passa a fazer parte de várias Comissões, cujos trabalhos relativos à instrução estão sendo conduzidos simultaneamente, porém, mediante critério de tempo compartilhado.

Esse problema vem gradativamente se agravando, tendo em vista que a ocorrência de irregularidades, principalmente nos Campi do interior do Estado, vem sendo cada vez mais frequente, ocasionando um congestionamento de processos na Unidade de Correição. O mais impressionante é que a maioria dessas ocorrências decorre de problemas de relacionamento interpessoal entre os servidores, bem como de conflito de interesses, considerando que muitos deles colocam os interesses pessoais acima do interesse institucional. Como os Campi do interior do Estado foram criados recentemente e a maioria dos servidores ainda está em estágio probatório e nessa condição não podem participar de Comissões de Processos Disciplinares, em função do que preconiza o art. 149 da Lei nº 8.112/90. Destarte, essa multiplicidade de ocorrências têm onerado exacerbadamente os efetivos dos Campi da capital, no que concerne à composição de comissões.

Esse status quo tem gerado entraves ao andamento de alguns processos, em função da dificuldade de conciliar as atividades dos membros de cada Comissão para se reunirem e darem continuidade aos trabalhos; considerando o fato de que incorre em nulidade os atos praticados pela Comissão desfalcada de um de seus membros. A solução que vislumbramos no momento é a promoção de Cursos de Formação de Membros de Comissões de Processos Administrativos Disciplinares, com o objetivo de dar maior autonomia a esses Campi recém-criados, através do envolvimento de uma parcela significativa de servidores habilitando-os na condução dos procedimentos apuratórios, ficando somente os casos mais complexos para a designação de uma Comissão multidisciplinar da Reitoria.

Essa vasta complexidade e multiplicidade de processos atualmente gerados a partir dos novos Campi têm dificultado o registro de grande parte dos processos no CGU/PAD, considerando o fato de que essa grande parte de processos não têm passado pela Unidade de Correição, apesar de recomendações feitas nesse sentido. O controle atualmente exercido pela Unidade de Correição têm proporcionado condições de efetuarmos o acompanhamento e registro de apenas uma parte dos processos disciplinares instaurados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



Destarte, no presente exercício de 2013, uma vez saneados o déficit de Recursos Humanos referente à estrutura organizacional da UNICOR/IFAM, bem como de mobiliário e equipamentos, pretendemos um engajamento maior no que concerne à questão do controle sobre os processos gerados em todos os Campi do IFAM, a partir de um canal de comunicação mais eficiente da sede com os demais Campi, a fim de proporcionar melhor acompanhamento e apoio na condução desses processos, bem como no credenciamento dos Presidentes de Comissões para eles próprios realizarem o registro e atualização dos dados de cada processo em cada fase que os mesmos se encontrem.



## **4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Neste capítulo estão apresentados os resultados orçamentário, físicos e financeiros alcançados pela gestão relativos aos programas, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade do IFAM, no que diz respeito a Reitoria, unidade consolidadora e aos seus campi, unidades consolidadas.

A informação está estruturada em duas partes. A primeira parte relaciona as Ações do Plano Plurianual do ano de 2012 relacionadas ao Instituto, e a segunda parte demonstra e analisa o desempenho do IFAM na execução orçamentária e financeira de seus recursos.

### **4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ**

Neste subitem serão apresentados os programas do Plano Plurianual que estiveram de forma integral ou parcial, sob a responsabilidade da Reitoria e dos *Campi* do IFAM, através da identificação do programa, informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira, avaliação dos resultados dos indicadores associados, reflexos de contingenciamento sobre os resultados e os reflexos dos restos a pagar na execução dos mesmos.

Os quadros sobre programas temáticos, objetivos vinculados a programas temáticos e iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada não foram incluídos neste capítulo por não terem acontecido no exercício de 2012.

#### ***4.1.1 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ***

Este item trata de todas as Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade do IFAM, identificados nos quadros que seguem:



QUADRO 9 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20RG					
Descrição	Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei Nº 11.892/08 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.					
Iniciativa	02A0 – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.400.000,00	26.372.988,00	14.407.168,16	11.098.596,56		3.308.571,60	10.986.884,22
Metas do Exercício Para a Ação						
rdem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Expansão e reestruturação da Rede Federal da EPT	Unidade	800	795	14.422.162,00	14.407,168,16

Esta ação foi planejada para construção de 4 campi da fase de expansão iii, referente aos campi Humaitá, Eirunepé, Tefé e Itacoatiara, contudo após problemas técnicos com os processos licitatórios, não houve certame para a construção dos referido campi. Neste sentido parte desta ação foi disponibilizada para atender despesas com as obras do Instituto Federal de Rondônia e Instituto Federal do Acre, dos quais somos tutores em primeira instância, acordado juntamente com a Setec. Outra parte ficou acordado em atender despesas com o Ifam, nas despesas de equipamentos para laboratórios e obras em andamento dos campi.



QUADRO 9.1 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UI

Identificação da Ação						
Código	20RJ					
Descrição	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil.					
Iniciativa	02BQ – Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
832.878,00	1.118.766,00	217.786,34			217.786,34	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Apoio a capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais e gestores da Educação Básica	Unidade	2.903	759	1.118.776,00	217.786,34

Esta ação foi executada parcialmente pelo fato de estar sendo elaborado o plano de capacitação da Instituição, com base na competência dos servidores. Pela complexidade desta tarefa e pela falta de servidores, ainda não conseguimos finalizar o plano.



QUADRO 9.2 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UI

Identificação da Ação						
Código	2994					
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.					
Iniciativa	02A5–Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.015.843,00	5.015.843,00	4.425.441,50	4.379.615,41		45.826,09	4.264.810,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Assistência ao Educando da Educação Profissional	Unidade	10.136	8.942	5.015.843,00	4.425.441,50

A ação de assistência estudantil ao educando atendeu um quantitativo de 11.005 alunos devidamente matriculados e cursando nossos cursos tecnológicos. Foram atendidos 80% do orçamento com bolsa de estudos e 20% com despesas para atendimento com o próprio alunado, tais como: visitas técnicas, participação em eventos, etc.



QUADRO 9.3 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

<b>Identificação da Ação</b>						
Código	6358					
Descrição	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferência, etc, elaboração de materiais de capacitação que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.					
Iniciativa	02B3 – Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos(EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorde étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas á reestruturação didático-pedagógico, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
145.000,00	145.000,00	57.333,66	57.333,66			55.885,36
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	Unidade	90	32	145.000,00	57.333,66

Esta ação foi executada parcialmente pelo fato de estar sendo elaborado o plano de capacitação da Instituição, com base na competência dos servidores. Pela complexidade desta tarefa e pela falta de servidores, ainda não conseguimos finalizar o plano.





QUADRO 9.4 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	20RL					
Descrição	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Inst. Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/ reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais.					
Iniciativa	02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação-Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403 – Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
47.403.770,00	53.109.659,00	42.669.138,99	32.961.889,69		9.707.249,30	31.256.003,47
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica	Unidade	11.918	10.334	47.862.743,00	42.669.138,99

A ação 20RL foi destinada a manutenção administrativa do IFAM, foi executada em 87%, considerando as necessidades da Reitoria e os demais Campi. As alocações das despesas basearam-se em atender prioritariamente as despesas fixas e depois as discricionárias. A execução desta ação atendeu as realidades de cada unidade do IFAM, necessitando apenas de um controle maior nas ações desenvolvidas.

#### 4.1.2 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 10 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2109					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Órgão Responsável	Ministério da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
77.839.795,00	90.020.700,00	86.637.303,25	86.499.563,80		137.739,45	86.414.357,91



Em relação à execução ao programa referenciado, no exercício de 2012 a instituição executou um total de 96,3%, incluindo nesta as despesas com pessoal e encargos sociais.

#### 4.1.3 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 11 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2004.26403.0013					
Descrição	Concessão em caráter suplementar , do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado(Lei nº 8.745, de 9 de setembro de 1993.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403-Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
900.000,00	1.019.366,00	1.004.818,98	1.004.818,98			1.004.818,98
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	unidade	789	485	946.366,00	1.004.818,98

QUADRO 11.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2011.26403.0013					
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatório, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei Nº 8.745, de 9 de setembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403-Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
924.000,00	924.366,00	737.697,20	737.697,20			737.697,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Unidade	500	722	924.000,00	737.697,20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 11.2 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2010.26403.0013					
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, que tenham filhos em idade pré-escolar.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403-Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
168.000,00	183.422,00	177.167,10	177.167,10			177.167,10
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Assistência Pré-escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados	unidade	212	221	173.422,00	177.167,10

QUADRO 11.3 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2012.26403.0013					
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado ou por meio de manutenção de refeitório.					
Unidade Responsável	Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26403-Instituto Federal do Amazonas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.720.000,00	4.015.000,00	3.998.507,12	3.998.507,12			3.998.507,12
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Auxilia-Alimentação aos Servidores e Empregadores	unidade	1.020	1.119	3.720.000,00	3.998.507,12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 11.4 - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		20CW.26403.0013				
Descrição		Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos. Reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26403-Instituto Federal do Amazonas				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.848,00	80.848,00					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	unidade	449		80.848,00	

QUADRO 11.5 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4572.26403.0013				
Descrição		Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas a capacitação de pessoal.				
Unidade Responsável		Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26403-Instituto Federal do Amazonas				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
842.027,00	964.584,00	514.031,32	376.291,87		137.739,45	
						331.463,69
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	unidade	300	100	964.584,00	514.031,32

Quanto às ações ligadas diretamente a benefícios aos servidores e vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços somente duas considerações merecem ser feitas:

Ação Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos: A ação não prosperou devido ao entendimento da Diretoria de Gestão de Pessoas de que os exames



periódicos no IFAM terem a temporalidade de dois em dois anos, considerando que o último exame periódico ocorreu em 2011.

Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: Esta ação também teve o reflexo da ausência de plano de capacitação.

## 4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Este subitem trata da execução orçamentária e financeira relacionadas as ações da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012 que estiveram integral ou parcialmente da responsabilidade do IFAM, especificando função, subfunção e programa de vinculação da ação; metas e desempenhos físicos e financeiros; reflexos de contingenciamento sobre os resultados das ações; e o reflexo dos restos a pagar na execução das ações.

### 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

O quadro abaixo detalha as informações identificadoras das Unidades Orçamentárias (UO) que recebem os créditos orçamentários utilizados pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão.

QUADRO 12 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
IFAM REITORIA	26403	158142
IFAM CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	26403	158273
IFAM CAMPUS MANAUS ZONA LESTE	26403	158444
IFAM CAMPUS MANAUS CENTRO	26403	158445
IFAM CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	26403	158446
IFAM CAMPUS COARI	26403	158447
IFAM CAMPUS PARINTINS	26403	158560
IFAM CAMPUS TABATINGA	26403	158561
IFAM CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO	26403	158562
IFAM CAMPUS MAUES	26403	158563
IFAM CAMPUS LÁBREA	26403	158564

### 4.2.2 Programação de Despesas

Este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária do IFAM, que estão demonstradas em três quadros,: Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro Resumo da Programação da Despesa e da Reserva de Contingência.

#### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

O quadro referente à programação de despesas correntes esta organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica



Despesas Correntes: 1 – Pessoal e Encargos Sociais; 2 – Juros e Encargos da Dívida; 3 – Outras Despesas Correntes.

QUADRO 13 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$  
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>							
	<b>PLOA</b>							
	<b>LOA</b>		87.907.153,00	70.228.031,00			51.226.296,00	38.313.606,00
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		13.178.560,00	20.518.631,00			2.097.206,00	2.420.285,00
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>						
		<b>Reabertos</b>						
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>						
		<b>Reabertos</b>						
	<b>Créditos Cancelados</b>						-5.663.608,00	
<b>Outras Operações</b>								
<b>Total</b>		101.857.713,00	92.746.662,00			47.659.894,00	40.733.891,00	

Fonte: Siafi Gerencial

Analisando os dados informados verificamos um aumento considerável do orçamento de pessoal em virtude de novas contratações de pessoal para atender os Campi da expansão da fase II e o incentivo a qualificação de servidores do IFAM, considerando que não houve aumento de salário no período informado.

Em relação às despesas correntes notamos houve um contingenciamento de 7,4% do orçamento geral, pós aprovação da LOA 2012. Com relação aos créditos cancelados as maiores dificuldades foram em relação aos certames licitatórios cancelados no período, causando problemas na execução do orçamento.

#### 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

O quadro que trata da Programação de Despesas de Capital, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos; 5 – Inversões Financeiras; 6 – Amortização da Dívida.



QUADRO 14 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$  
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	22.273.836,00	31.567.391,00	1.000.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares	6.112.769,00	-				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	16.040.743,00				
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		350.003,00				
Outras Operações							
Total		44.427.348,00	31217.388,00	1.000.000,00			

Fonte: Siafi Gerencial

O orçamento de investimento aprovado na Lei Orçamentária Anual 2012, não sofreu grande variação em relação a 2011, contudo a diferença decorreu nos créditos extraordinários para atender as despesas com investimentos na construção das obras da expansão III, todavia, em devido aos problemas nos projetos de engenharia para construção da referidas obras, os certames licitatórios foram revogados, causando prejuízo a instituição. Houve também contratemplos em relação a despesas com obras do Acre e Rondônia, no qual somos responsáveis pela sua construção.

Com relação às inversões financeiras do exercício 2012, este crédito foi consignado para adquirir imóveis para os Campi Parintins e Tabatinga, contudo por problemas na análise de documentos comprobatórios na fase da aquisição não foram adquiridos.

#### 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

O IFAM não recebeu orçamento referente à Reserva de Contingência nos exercícios de 2011 e 2012, desta feita, o quadro abaixo demonstra o resumo da programação de despesas correntes e de capital apenas.



QUADRO 15 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		
		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO					
	PLOA					
	LOA	139.133.449,00	108.541.637,00	22.273.836,00	31.567.391,00	
CRÉDITOS	Suplementares	15.275.766,00	22.938.916,00	6.112.769,00		
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos			16.040.743,00	
	Créditos Cancelados	5.633.608,00			350.003,00	
Outras Operações						
<b>Total</b>		148.745.607,00	131.480.553,00	44.427.348,00	31.217.338,00	

Fonte: Siafi Gerencial

Após análise do orçamento 2012 verificamos uma variação de 9,82% em relação a 2011, contudo com o contingenciamento pela SPO de 7,4%, ainda foi remanejado o valor de R\$ 5.633.608,00 de custeio para capital para atender despesas com equipamentos para modernização dos laboratórios do IFAM.

#### 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

O quadro sobre a movimentação orçamentária por grupo de despesa compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidade Gestora não associada ao IFAM.

As movimentações de créditos do exercício 2012, em sua maioria são decorrentes de créditos da LOA, concedidos ou descentralizados no âmbito do IFAM, onde a Reitoria é mantenedora principal ficando responsável pela descentralização e monitoramento da execução orçamentária dos Campi. Em relação às movimentações externas são as diversas ações recebidas de programas em fase de execução, tais como: Mulheres Mil, Prolind, Curupira, Parfor, Merenda Escolar, etc.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO**  
**AMAZONAS**



QUADRO 16 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$  
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedor a		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	26403	26403	4572	488.061,43		
		26403	26403	2004	234,00		
		26403	26403	20RL			24.539.802,26
		26403	26403	2994			442.567,74
		26403	26403	6358			57.333,66
		26403	26403	20RL			8.211.249,68
		26403	26403	20RL			735.208,87
	Recebidos	26101	26403	20RH			7.419,06
		26101	26403	6380			316.228,46
		26291	26403	20RJ			328.653,88
		26298	26403	20RW			5.731.146,82
		26298	26403	8744			41.626,91
		26298	26403	8252			667.575,66
		26101	26403	6380			34.498,16
Movimentação Externa	Recebidos	26298	26403	8252			128.786,46
		24101	26403	6846			60.000,00
		24101	26403	8976			93.242,64
		53101	26403	20N8			764.560,48
		53202	26403	20NK			384.700,00
24101	26403	8976			52.453,70		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedor a		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	26101	2603	20RG	2.588.567,12		
	Recebidos	26403	26403	20RG	8.211.249,68		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: Siafi Gerencial

#### 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a execução orçamentária do IFAM estão divididas em dois conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ:
  - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
  - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
  - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.
  
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:
  - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
  - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
  - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.



A diferença entre esses dois conjuntos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

#### 4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

Os quadros a seguir destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação.

##### 4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

O quadro abaixo discrimina as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores da despesa liquidada e paga nos exercícios de 2011 e 2012.

QUADRO 17 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>35.772.441,53</b>	<b>29.943.835,28</b>	<b>34.240.724,88</b>	<b>28.178.566,90</b>
a) Convite	461.320,94	371.493,22	455.251,48	295.465,14
b) Tomada de Preços	1.426.185,53	3.088.255,94	1.423.532,10	2.719.860,19
c) Concorrência	15.867.542,93	8.181.620,97	15.745.082,71	8.157.669,30
d) Pregão	18.017.392,13	18.302.465,15	16.616.858,59	17.005.572,27
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>5.880.510,95</b>	<b>7.173.457,63</b>	<b>5.607.555,91</b>	<b>6.666.797,87</b>
g) Dispensa	5.105.364,72	6.014.177,17	4.899.265,13	5.592.955,92
h) Inexigibilidade	775.143,23	1.159.280,46	708.290,78	1.073.841,95
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
i) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>105.460.380,30</b>	<b>89.547.673,86</b>	<b>105.439.170,10</b>	<b>89.537.582,54</b>
j) Pagamento em Folha	104.303.787,92	88.387.421,85	104.303.787,92	88.387.421,85
k) Diárias	1.156.592,49	1.160.252,01	1.135.382,26	1.150.160,69
<b>5. Outros</b>	<b>7.202.671,82</b>	<b>5.306.595,23</b>	<b>7.028.663,47</b>	<b>5.298.817,09</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>154.316.004,60</b>	<b>131.971.562,00</b>	<b>152.316.114,30</b>	<b>129.681.764,40</b>

Fonte: Siafi Gerencial

##### 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

O quadro abaixo apresenta as despesas correntes por grupos e elementos de despesa dos créditos originários da Unidade Jurisdicionada do IFAM.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO**  
**AMAZONAS**



**QUADRO 18 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS**

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e Vantagens Fixas	62.642.332,78	57.327.003,03	62.642.332,78	57.327.003,03			62.601.955,07	51.897.710,52
Obrigações Patronais	12.936.447,51	11.847.645,74	12.936.447,51	11.847.645,74			12.601.955,07	11.847.645,74
Aposentadorias e Reserva Remunerada e Reforma	12.892.629,94	11.770.424,24	12.892.629,94	11.770.424,24			12.892.629,94	11.770.424,24
Demais elementos do grupo	19.737.394,22	8.318.022,44	19.737.394,22	8.309.842,44		8.180,00	19.737.394,22	8.170.704,71
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Outros Serviços de Pessoa Jurídica	9.272.822,30	11.029.904,25	7.367.554,03	8.900.941,93	1.905.268,27	2.128.962,32	6.906.407,41	8.511.695,39
Locação de Mão de Obra	11.746.102,61	9.849.229,28	11.057.503,00	8.874.980,17	688.599,61	974.249,11	10.529.945,17	8.377.487,21
Material de Consumo	3.077.754,18	3.955.117,64	2.113.880,70	2.324.591,45	963.873,48	1.630.526,19	1.889.133,13	2.292.390,08
Demais elementos do grupo	15.821.897,01	13.475.521,19	14.567.450,12	9.287.210,47	1.254.446,89	369.902,36	14.258.713,75	12.563.806,33
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4. Investimentos</b>								
Obra e Instalações – Op. Inter. Orc.	19.430.906,49	17.135.643,74	17.516.550,73	11.280.670,45	1.914.355,76	5.854.973,29	17.391.437,08	10.841.654,58
Equip. e Material Permanente – Op. Intra Orc.	8.853.060,26	13.309.099,26	2.201.421,49	4.666.005,36	6.651.638,77	8.643.093,90	1.870.043,49	3.760.701,48
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	73.512,54	166.798,00	34.522,54	166.798,00	38.990,00		34.522,54	166.798,00
Demais elementos do grupo	799,98	30.467,12	799,98	30.746,12			799,98	30.746,12
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

#### 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Os quadros a seguir destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos por movimentação, como já foi mencionado anteriormente.

##### 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 19 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>1.407.110,02</b>	<b>579.320,49</b>	<b>1.255.456,56</b>	<b>445.676,40</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços	60.996,67		60.996,67	
c) Concorrência	437.005,63	119.368,74	436.568,87	119.368,74
d) Pregão	909.107,72	459.951,75	757.891,02	326.307,66
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>1.192.285,67</b>	<b>271.005,80</b>	<b>850.038,75</b>	<b>239.931,73</b>
g) Dispensa	1.127.247,43	271.005,80	842.112,75	239.931,73
h) Inexigibilidade	7.926,00		7.926,00	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
i) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>57.112,24</b>	<b>101.711,97</b>	<b>56.173,93</b>	<b>88.981,37</b>
j) Pagamento em Folha		92.235,44		79.504,84
k) Diárias	57.112,24	9.476,53	53.173,93	9.476,53
<b>5. Outros</b>	<b>3.307.474,23</b>	<b>64.885,30</b>	<b>3.082.520,65</b>	<b>50.224,80</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>5.963.982,16</b>	<b>1.016.923,56</b>	<b>5.244.189,89</b>	<b>824.814,30</b>

Fonte: Siafi Gerencial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



#### 4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

O quadro abaixo apresenta as despesas correntes por grupos e elementos de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

QUADRO 20 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
Outros auxílios financeiros a pessoa física	2.936.858,00	0,00	2136201,2	0,00	800.656,80	0,00	2.020.284,20	0,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2646757,5	762.122,77	1682814,66	514.315,27	963.942,84	247.807,50	1.310.218,63	392.551,75
Auxílio financeiro a estudantes	1738546,83	10.432,80	1120554,33	10.432,80	617.992,50	0,00	1.011.517,75	6.568,80
Demais elementos do grupo	608.946,00	875.968,22	449.485,72	322.097,77	159.460,28	553.870,45	396.048,53	290.090,48
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>								
Equip. e Material Permanente - Op. Intraorc	903.229,12	964.451,57	38.778,46	41.232,45	864.450,66	923.219,12	27.52,99	6.758,00
Obras e Instalações - Op. Int. Orc	1.900.567,12	119.368,74	479.006,55	119.368,74	1.421.560,57		478.569,79	119.368,74
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								



2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

#### 4.2.4.2.3 Análise Crítica

Analisando os quadros de gestão da execução orçamentária-financeira do IFAM no exercício de 2012, verificamos uma variação considerável nas modalidades de licitação, considerando a independência financeira de nossos Campi. A ênfase em questão foi a diminuição das contratações diretas, onde pelos princípios da razoabilidade e dos órgãos de controle, a tendência é reduzir despesas desta maneira. A diminuição nas Dispensas e Inexigibilidade mostra a economicidade para o Instituto nesta modalidade.

Em relação as despesas com pessoal os índices foram consideráveis em decorrências de novas contratações de servidores, nisso os auxílios (creche, transporte, alimentação e saúde) aumentaram consideravelmente.

As demais despesas por elemento como locação de mão de obra e demais elementos do grupo o aumento ocorreu devido as constantes mudanças nos procedimentos de execução, em 2012 a reitoria ainda detinha um padrão macro de algumas despesas fixas dos demais Campi.

No montante os procedimentos de execução do orçamento geral foram vantajosos para administração, mesmo com o contingenciamento realizado pela SPO e relevância dos fatores da gestão dos créditos da UJ, o IFAM conseguiu atingir as metas para o bom andamento do ensino.



## 5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Este item apresenta as informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar dos exercícios anteriores, de modo a demonstrar os impactos dessas despesas financeiras no exercício em questão.

#### 5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2012.

QUADRO 21 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$  
1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	2.481.906,86	8.960,12	2.441.133,31	31.813,43
2010	43.684,33	962,67	22.498,01	20.223,65
2009	1.167.088,53	350,00	5.844,05	5.844,05
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	21.326.604,24	600.993,86	17.752.567,97	2.973.042,41
2010	1.127.411,47	687.607,79	53.757,64	386.046,04
2009	2.424.914,26	104.923,99	2.080.608,14	239.382,13

Fonte: Siafi Gerencial

#### 5.1.2 Análise Crítica

O IFAM, bem como suas unidades gestoras subordinadas tem envidado esforços para que as despesas inscritas em restos a pagar sejam pagas no prazo determinado no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Geralmente o pagamento das despesas inscritas em restos a pagar não processados interfere na programação financeira deste IFAM, no entanto não se encontrou maneira de minimizar essa interferência, a não ser, cobrando a entrega do bem e / ou prestação de serviço ao fornecedor, pois geralmente os recursos orçamentários são descentralizados no final do exercício financeiro, conseqüentemente tais despesas são inscritas em restos a pagar pois não houve tempo hábil para que o bem/ serviço fosse entregue.

Os restos a pagar não processados por mais de um exercício financeiro foram decorrentes da execução de obras relativas à implantação dos Campi vinculados ao IFAM, ao



IF-Acre e ao IF-Rondônia. Entende-se que estes restos a pagar estão de acordo com o disposto no Decreto n.º 93.872 de 23 de dezembro, em seu artigo 68 e §3, II, c).

## 5.2 Transferências de Recursos

Este subitem trata das transferências realizadas pelo IFAM no exercício de 2012, com o objetivo de demonstrar o controle que o Instituto tem sobre os recursos repassados, o cumprimento dos objetivos desses repasses e a regularidade da execução dos objetos.

### 5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O quadro abaixo contempla os valores das transferências vigentes no exercício de 2012.

QUADRO 22 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas									
CNPJ: 10.792.928/0001-00					UG/GESTÃO: 158142/26403				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	s/n	02.806.229/0001-43	539.268,55	0,00	0,00	480.317,00	2010	2013	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Coordenação de Prestação de Contas / Reitoria / IFAM									





### 5.2.2 *Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios*

O quadro seguinte contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2012, 2011 e 2010.

QUADRO 23 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas					
<b>CNPJ:</b>	10.792.928/0001-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	158442/26403					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	1	0,00	329.998,00	150.329,00
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>						

Fonte: Coordenação de Prestação de Contas / Reitoria / IFAM

Os recursos deste Termo de Cooperação foram descentralizados por meio das Notas de Crédito 2010NC000103, de 28/12/2010, no valor de R\$ 150.329,00, bem como da 2011NC000172, de 29/06/2011, no valor de R\$ 329.988,00, totalizando R\$ 480.317,00.

### 5.2.3 *Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes*

O quadro abaixo diz respeito somente aos instrumentos de transferências que ainda terão orçamento a ser repassado em 2013.



QUADRO 24 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas					
CNPJ: 10.792.928/0001-00			UG/GESTÃO: 158142 / 26403		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	539.268,55	480.317,00	58.951,55	480.317,00
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: Coordenação de Prestação de Contas / Reitoria / IFAM

#### 5.2.4 Análise Crítica

Na realização da análise crítica, é necessário levar em consideração alguns aspectos:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

O Instituto não possui situações inadimplentes, no entanto não foram descentralizados os recursos orçamentários previstos no plano de trabalho simplificado no valor de R\$ 58.951,55 pelos motivos abaixo:

1. O recurso orçamentário é destinado no pt para avaliação e orientação das dissertações dos 40 servidores;
2. Até 30/03/2013, haverá a qualificação do projeto de dissertação;
3. Até dez/2013, a defesa dos referidos projetos.

Com isso a descentralização do recurso acontecerá provavelmente no período de abril a junho de 2013.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere;

Decreto 93.872/86

Art . 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;



II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;

IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.

*Decreto 7.680/2012*

Art. 12. Os órgãos e as unidades orçamentárias do Poder Executivo constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente poderão empenhar dotações orçamentárias até 7 de dezembro de 2012.(Redação dada pelo Decreto nº 7.814, de 2012)

§ 1º A restrição prevista no **caput** não se aplica às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV à Lei nº 12.465, de 2011, e às decorrentes da abertura e reabertura de créditos extraordinários.

§ 2º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar o empenho de dotações além do prazo estabelecido no caput para o atendimento de despesas não previstas no § 1º

Informamos que o Instituto atende o disposto nos dois decretos acima citados.

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

Não houve evolução das transferências efetuadas pelo motivo de não termos descentralizados recursos orçamentários por meio de termo de cooperação, bem como outros instrumentos.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

Tendo em vista que no termo de cooperação pactuado entre o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM com a Fundação Universidade do Amazonas e a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões prevê apenas as seguintes cláusulas do objeto, da duração, das obrigações das garantias e responsabilidades, da vigência, da renúncia ou rescisão, faltando a cláusula relativa a prestação de contas, pois esta prestação de contas está ligada diretamente ao objeto do termo de cooperação que é “ capacitação a nível de mestrado profissional em engenharia de produção na área de concentração: gestão da produção”. Portanto, a prestação de contas será a defesa de dissertação de todos os servidores mestrando do referido curso até dezembro de 2013.

Diante do exposto, entende-se que a prestação de contas será de acordo com o prazo previsto na portaria interministerial MPOG/MF/CGU Nº 127, DE 29/05/2008 disposto



em seu artigo 56, capítulo VI da prestação de contas (prazo de 30 dias após o término da vigência).

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Tendo em vista que a vigência do termo de cooperação pactuado por este Instituto ainda não expirou, não cabe neste momento se falar sobre a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como sobre a disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

O termo de cooperação em questão esta sendo acompanhado pela Pró-Reitoria de Pós Graduação de Desenvolvimento Institucional - PPPGI com previsão da qualificação dos servidores até março de 2013 dos projetos, bem como a defesa dos mesmos até dezembro de 2013.

- Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

Um das metas do IFAM é qualificar os seu quadro de servidores por meio mestrado e doutorado, pois foi previsto no acordo de metas assinado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM que até o ano de 2022 terá que qualificar 40% dos seus servidores a nível de mestrado e 20% a nível de doutorado, considerando todo o seu efetivo do quadro de pessoal. Para o cumprimento da meta, necessita-se da pactuação com outros entes por meio de transferências voluntárias.



## 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Este capítulo tem como objetivo demonstrar as informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos do IFAM, de forma a possibilitar a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional na dimensão estratégica.

### 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Neste item serão apresentadas a composição da força de trabalho do Instituto, as situações que o reduzem, a distribuição dos cargos em comissões e em funções gratificadas, o perfil etário dos servidores e o perfil escolar.

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ

QUADRO 25 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		1.042	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1.042	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Dec. N.º 7.312/10	1.039	100	39
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	01	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	02	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Lei nº 8.745/93	90	49	53
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	01	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		1.133	0	0

Fonte: SIAPE



### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 26 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>08</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	08
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>16</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	16
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>30</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	6
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	7
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	9
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	8
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>6</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	5
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>3</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>63</b>

Fonte: SIAPE



### 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 27 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	Não há	72	<b>10</b>	<b>10</b>
1.1. Cargos Natureza Especial		0	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		70	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		70	10	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		01	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		01	0	0
1.2.5. Aposentados		0	06	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>Não há</b>	223	<b>06</b>	<b>09</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		221	06	09
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		2	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		295	16	19

Fonte: SIAPE

#### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 28 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	145	273	236	141	43
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2. Servidores de Carreira	<b>118</b>	<b>232</b>	<b>129</b>	<b>137</b>	<b>42</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários	27	41	17	04	01
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	50	75	108	50	12
2.1. Cargos de Natureza Especial	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	15	35	13	04
2.3. Funções Gratificadas	<b>45</b>	<b>60</b>	<b>73</b>	<b>37</b>	<b>08</b>
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>195</b>	<b>348</b>	<b>344</b>	<b>191</b>	<b>55</b>

Fonte: SIAPE



### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 29 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>	0	2	1	12	136	144	321	181	41
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	1	12	136	102	297	163	35
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	42	24	18	6
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	2	1	33	80	110	43	26
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	16	28	12	15
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	1	32	64	82	31	11
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>169</b>	<b>224</b>	<b>431</b>	<b>224</b>	<b>67</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

### 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

No quadro abaixo estão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativos ao exercício de 2012.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 30 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012										
	2011	45.883.214	375.419	5.484.130	2.540.827	89.753	942.312	171.912	0	391.263	55.878.827
	2010	37.300.343	399.565	3.924.499	2.394.230	2.394.230	501.448	410.296	0	0	47.324.700
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012										
	2011	2.505.295	0	0	0	0	0	0	0	0	2.505.295
	2010	2.714.430	0	0	0	0	0	0	0	0	2.714.430
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	3.102.778	0	0	0	0	0	0	0	0	3.102.778
	2011	3.150.623	0	0	0	0	0	0	0	0	3.150.623
	2010	3.498.147	0	0	0	0	0	0	0	0	3.498.147
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	1.347.307	0	0	0	0	0	0	0	0	1.347.307
	2011	1.293.800	0	0	0	0	0	0	0	0	1.293.800
	2010	230.511	0	0	0	0	0	0	0	0	230.511

Fonte: SIAPE



#### 6.1.4 *Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas*

A informação sobre a composição do quadro de inativos e pensionistas será prestada considerando os dois quadros a seguir: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

##### 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 31 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	173	Não há
1.1 Voluntária	156	
1.2 Compulsória	3	
1.3 Invalidez Permanente	9	
1.4 Outras	0	
<b>2. Proporcional</b>	38	Não há
2.1 Voluntária	34	
2.2 Compulsória	4	
2.3 Invalidez Permanente	0	
2.4 Outras	0	
<b>3. Totais (1+2)</b>	207	Não há

Fonte: SIAPE

##### 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 32 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	127	Não há
1.1. Integral	106	
1.2. Proporcional	21	
<b>2. Em Atividade</b>	0	Não há
<b>3. Total (1+2)</b>	127	Não há

Fonte: SIAPE

#### 6.1.5 *Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos*

Quando de posse e do exercício ao servidor, a Diretoria de Gestão de Pessoas do IFAM tem adotado as seguintes providências:

1. Solicita declaração do pretense servidor se exerce ou não outro cargo, função ou emprego público remunerado ou se percebe proventos de aposentadoria;



2. Em caso positivo, exige-se do mesmo que apresente declaração de cargo e horário, expedida pela outra unidade de exercício;
3. Exige-se do pretense servidor quanto inativo, que apresente documentos que comprovem sua aposentadoria;
4. Examina-se os documentos referidos para verificar a possibilidade da acumulação, em caso de dúvida, consulta-se a Secretaria de Gestão Pública, quando a situação de acumulação não estiver prevista na legislação pertinente ou houver dúvida quanto a legalidade da acumulação;
5. Dar posse ou exercício ao servidor, em regime de acumulação, somente após a análise favorável a possibilidade de acumulação, observadas as demais exigências. Dessa forma, todas as vezes que ocorrer qualquer alteração na situação funcional do servidor em regime de acumulação remunerada, deve-se verificar, novamente, todos os requisitos referentes à regularidade da acumulação.

O controle é feito da forma acima descrita e não há periodicidade de revisão do mesmo. No que se refere à propriedade dos controles implementados, em termos de utilidade e eficiência temos a salientar que tais atitudes visam minimizar os problemas que tem sido enfrentados com relação a servidores com acúmulo ilegal de cargos e aposentadorias.

#### ***6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos***

O IFAM tem atualmente 56 (cinquenta e seis) servidores que apresentaram possível acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, sendo todos notificados. Do resultado das notificações realizadas, a grande maioria apresentou documentos comprovando o seu desligamento, outros pedindo redução de carga horária para se adequar ao Parecer n.º 145 – GQ – TCU.

Até a presente data não foram abertos processos administrativos disciplinares, pois toda a documentação apresentada pelos servidores foi encaminhada à Secretaria de Controle Externo do Amazonas para análise e demais providências.

#### ***6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação***

Neste item serão apresentadas informações sobre as atividades de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União, ou a ele devem ser comunicados.



#### 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO 33 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	149	182	126	178
Concessão de aposentadoria	18	6	15	6
Concessão de pensão civil	15	2	15	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>182</b>	<b>190</b>	<b>156</b>	<b>186</b>

QUADRO 34 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	96	48	94	48
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>96</b>	<b>48</b>	<b>94</b>	<b>48</b>

O quadro a seguir tem como objetivo evidenciar a regularidade, em relação ao prazo estabelecido no art. 7º da IN TCU n.º 55/2007, do cadastramento no SISAC dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU.



QUADRO 35 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	31	37	21	60
Concessão de aposentadoria	0	11	0	04
Concessão de pensão civil	0	13	0	02
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>61</b>	<b>21</b>	<b>66</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	96	48	94	48
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

#### 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

O quadro seguinte tem como objetivo evidenciar a quantidade de atos que devem ser comunicados ao TCU, porém, sem o uso do SISAC.

QUADRO 36 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>



### 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

O quadro abaixo tem por objetivo evidenciar a quantidade de atos com impropriedades identificadas que ensejaram diligências ou reprovação pelo órgão de controle interno.

QUADRO 37 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	124	05	0	0
Concessão de aposentadoria	06	03	0	0
Concessão de pensão civil	04	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>134</b>	<b>08</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Os indicadores de recursos humanos são importantes para a tomada de decisão do gestor no que tange à força de trabalho do Instituto. Neste item serão tratados os indicadores de absenteísmo, acidente de trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade, educação continuada e aposentadoria versus reposição do quadro.

O absenteísmo refere-se a atrasos, faltas e saídas antecipadas no trabalho, de maneira justificada ou não justificada. O índice de absenteísmo é importante porque funciona como termômetro de ausências no trabalho, que também quer dizer redução na carga horária de trabalho e, conseqüentemente, menor produção do ponto de vista das organizações, gerando dificuldade de realização do trabalho previsto e causando prejuízos porventura decorrentes.

Esse fator patológico é determinado por vários fatores: as condições de saúde pessoal ( falta de manutenção da saúde, dificuldade de acesso a médicos e planos de saúde) e as condições sociais que afetam o trabalho, geralmente associados a dois outros determinantes do processo de trabalho: a exploração econômica (ausência de reconhecimento, baixos salários, falta de política salarial, altos níveis de exigência e ausência de planos de carreira) e a denominação ideológica ( formar de gestão do processo de trabalho, rigidez hierárquica).

O absenteísmo pode ser atribuído a causas conhecidas e a causas ignoradas. Dentre as causas conhecidas, estão as amparadas por lei e que são, por isso mesmo, justificadas ao empregador, solicitando-lhe permissão de ausência ( férias, casamentos, nascimentos, óbitos e mudança de domicílio). As causas ignoradas são justificadas geralmente por problemas de saúde do servidor, de seus dependentes ou de fatores aleatórios diversos.

No IFAM esse fenômeno foi detectado pela Diretoria de Gestão de Pessoas através da Coordenação de Benefícios e Qualidade de Vida que tem recebido, mensalmente, um numero elevado de atestados médicos, fato que vem preocupando a administração, uma vez que faltas



frequentes ao trabalho repercutem no quantitativo de recursos humanos, refletindo na produção e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O Governo Federal percebendo a necessidade de traçar um perfil de adoecimento dos servidores público ( licenças médicas, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais) para ter um real dimensionamento das questões relacionadas à saúde do servidor, empreendeu esforços no sentido de construir e implantar, de forma compartilhada, uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS, sustentada por um sistema de informação em saúde do servidor, uma sólida base legal, uma rede de unidade e serviços e a garantia de recursos financeiros específicos para a implementação de ações e projetos.

Como consequência dessa ação, surgiu o SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – que tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional. Assim, considera-se como assistência à saúde: ações que visem à prevenção, a detecção precoce e o tratamento de doenças e, ainda, a reabilitação da saúde do servidor, compreendendo as diversas áreas de atuação relacionadas à atenção a saúde do servidor público civil federal; como perícia oficial: a ação médica ou odontológica com o objetivo de avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais; e, como promoção, prevenção e acompanhamento da saúde: ações com o objetivo de intervir no processo de adoecimento do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho.

Apesar de toda essa preocupação, no decorrer do exercício de 2012, verificamos que dos 1.133 servidores ativos do IFAM, 188 passaram pela Unidade SIASS, o que gerou 64 afastamentos no total de 5.848 dias, ou seja, 17% da força de trabalho apresentou problemas de saúde, o que equivale a uma média de 31 dias de faltas para cada servidor, quando para alguns especialistas a área, o percentual tolerável é de 2%.

Saliente-se que a grande maioria dos servidores afastados são oriundos dos Campi da Expansão II e III, os quais são, na maioria das vezes, de outras regiões. Acreditamos que toda essa problemática se da em virtude de os mesmos terem vindo prover cargos nessas Unidades sem conhecer a realidade dos municípios onde as mesmas estão localizadas, quer dizer, onde os meios de locomoção são por via aérea ou fluvial. A primeira é demasiado caro para o salário que os mesmos ganham e a segunda é demasiado longe e demorado.

No que se refere a Acidentes no Trabalho e Doenças Ocupacionais, o IFAM não possui registros para calcular este indicador.

O termo rotatividade também conhecido como turnover, traduz o percentual de substituição de servidores que uma empresa possui, servindo assim, como indicador da saúde organizacional, ou seja, o giro de entradas e saídas de servidores de uma organização.

No IFAM, no decorrer de 2012, fizemos 100 provimentos e 39 desligamentos, para um total de 1.133 servidores ativos, o que representa 6% de turnover.

Alguns especialistas consideram o percentual de 5% aceitável. Em nosso caso, 6%, ainda estamos dentro da razoabilidade.

No que tange a Educação Continuada ou Educação Formal, o IFAM mantém convênio com as seguintes Universidades: UNI NILTON LINS, UNINORTE e UNISUL, dando oportunidade para todos os servidores de prosseguir com seus estudos tanto no ensino médio, quanto no de graduação e pós-graduação em nível lato e stricto sensu, além de continuar concedendo bolsa de estudo no percentual de até 50% do valor da mensalidade.

Dessa forma, para o exercício de 2012 temos as seguintes informações para servidores docentes e técnicos-administrativos:



QUADRO 38 – RELAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE
ENSINO MÉDIO	01
GRADUAÇÃO	10
APERFEIÇOAMENTO	01
ESPECIALIZAÇÃO	19
MESTRADO	19
MESTRADO EM ANDAMENTO	64
DOUTORADO	10
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>

No que se refere a outros tipos de capacitação temos a salientar que 176 servidores participaram de algum tipo de treinamento relacionado ao seu cargo ou ao seu ambiente organizacional de trabalho.

Segue abaixo o quadro com o quantitativo de capacitações realizadas pelo IFAM em 2012.

QUADRO 39 – CAPACITAÇÕES REALIZADAS

EVENTOS DE TREINAMENTO / DESENVOLVIMENTO	QUANTIDADE
CURTA DURAÇÃO	116
MÉDIA DURAÇÃO	38
TREINAMENTO EM SERVIÇO	22
<b>TOTAL</b>	<b>176</b>

Evidencia-se que mesmo sem um Plano Anual de Capacitação, a superação das metas estabelecidas para esta ação mostrou-se adequada em função do objetivo da Administração em proporcionar capacitação aos servidores docentes e técnico-administrativos, mediante a educação continuada ou através da programação de cursos, minicursos, seminários, oficinas, palestras ou outros instrumentos que possibilitem a consecução das metas traçadas no Plano de Ação 2012, que de 20%, foi superada por 27%.

Quanto ao quesito Aposentadoria versus reposição do quadro, temos a informar que de acordo com o Decreto nº 7.312/10, o IFAM pode prover, de imediato, o cargo vago deixado pelo servidor que se aposentou. Porém, para o provimento imediato do cargo vago, teria que se ter concurso público válido e dentro da área de atuação daquele servidor.

## 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Este item trata da mão de obra empregada e da contratação de estagiários, informando o quantitativo, os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância e a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do Instituto.

No tocante a substituição de terceirizados, informa-se que durante o ano de 2012, não houveram terceirizados substituídos em decorrência de concurso público e nem autorização para realização de concurso público para substituição de terceirizados.





### 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 40 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Agente de limpeza	51	100			
Agente de portaria	5	28			
Artífice	2	6			
Auxiliar de cozinha	2	6			
Auxiliar de serviços gerais		11			
Bombeiro hidráulico	1	2			
Eletricista de baixa tensão	1	2			
Encarregada	3	7			
Inspetor de aluno	9	15			
Jardineiro	1	2			
Líder		1			
Limpador de piscina		1			
Motorista de ônibus		10			
Operário rural		6			
Pedreiro		2			
Pintor de obras		2			
Recepcionista	5	13			
Servente de obras		8			
Técnico de help desk		3			
Técnico de informática	1	0		1	
Vigilante		65			

**Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão**

A maioria dos cargos acima referenciados foram extintos, à exceção do cargo de assistente de alunos para o qual realizados concurso público par ao provimento de nove vagas no decorrer do exercício de 2011. Porém o Governo Federal só liberou os códigos de vaga no final de 2012 através da Portaria MEC nº 1.475, publicada no DOU de 21/12/2012.

Fonte: DGP / PROAD/ IFAM



### 6.2.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene, Vigilância Ostensiva pela UJ

QUADRO 41 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM-REITORIA													
UG/Gestão: 158142							CNPJ: 10.792.928/0001-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	14/2009	07.030.464/0001-90	01/06/2009	30/06/2012			58	58			P
2008	L	O	01/2008	00.984.730/0001-74	01/11/2008	01/11/2012	1	1					P
2006	L	O	09/2006	00.984.730/0001-74	01/01/2006	30/05/2012	44	44					E
<b>Observações: Houve termos aditivos aos contratos</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CCC/PROAD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 41.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM-ZONA LESTE													
UG/Gestão: 158444							CNPJ: 10.792.928/0004-72						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	02/2011	01.877.813/0001-27	01/05/2011	31/05/2012			X	X			E
2012	V	O	12/2012	04.718.633/0001-90	31/05/2012	30/10/2013			5	5			A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CCC/PROAD

QUADRO 41.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM-CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL													
UG/Gestão: 158446							CNPJ: 10.792.928/0006-14						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	03/2012	00.984.730/0001-74	03/07/2012	02/07/2013	17	17					A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CCC/PROAD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 41.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM-ZONA PARINTINS													
UG/Gestão: 158560						CNPJ: 10.792.928/0003-71							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	10/2010	00.984.730/0001-74	01/02/2010	31/01/2013	10	10					P
Observações: Houve termos aditivos aos contratos													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CCC/PROAD

QUADRO 41.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM-COARI													
UG/Gestão: 158142						CNPJ: 10.792.928/0008-86							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	06/2008	04.718.633/0001-90	01/01/2009	01/01/2012			4	4			E
Observações: Houve termos aditivos aos contratos													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CCC/PROAD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 41.5 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAM/Campus Tabatinga													
UG/Gestão: 158561							CNPJ: 10.792.928/0009-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	13/2010	00.984.730/0001-74	31/01/2010	30/01/2014	06	06	-	-	-	-	P
<b>Observações:</b> 1. Sobre o Contrato 13/2010 1.1 Celebrado entre IFAM e RUDARY PRESTADORA DE SERVIÇOS DO AMAZONAS LTDA; 1.2 Na coluna Nível de Escolaridade Exigida dos Trabalhadores Contratados, estão inclusos cargos de Encarregado, Agentes de Limpeza, Auxiliar de Cozinha, Motorista D, Porteiro Noturno e Diurno, Artífice e Operador Rural, todos previstos em contrato.													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CCC/PROAD

QUADRO 41.6 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM-SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA													
UG/Gestão: 158273							CNPJ: 10.792.928/0011-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	02/2007	06.272.413/0006.-16	27/03/2007	26/03/2012			02	02			E
2007	L	O	04/2007	63.690.770/0001-23	20/08/2007	18/08/2012	20	20					E
2012	L	O	03/2012	09.406.386/001-00	27/03/2012	26/03/2013			04	04			A
2012	V	O	05/2012	63.690.770/0001-23	20/08/2012	19/08/2013	08	08					A
<b>Observações: Houve termos aditivos aos contratos</b>													



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

## QUADRO 41.7 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM-CENTRO													
UG/Gestão: 158445							CNPJ: 10.792.928/0005-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2012	L	O	02/2012(CMC)	00.984.730/0001-74	31/05/2012	30/05/2013	44	44					A
<b>Observações: Houve termos aditivos aos contratos</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DAP/CMC

## QUADRO 41.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM- MAUÉS													
UG/Gestão: 158563							CNPJ: 10.792.928/0010-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2010	L	O	08/2010	00.984.730/0001-74	21/01/2010	24/01/2013	06	08		03			P
<b>Observações: Houve termos aditivos aos contratos</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: CCC/PROAD

QUADRO 41.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: IFAM-CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO														
UG/Gestão: 15142							CNPJ: 10.792.928/0007-03							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	09/2010	00984730/0001-74	02/01/10	01/01/2013	06	06						P
<b>Observações: Houve termos aditivos aos contratos</b>														
<b>LEGENDA</b>														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: CCC/ PROAD

QUADRO 41.10 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS.														
UG/Gestão: LÁBREA							CNPJ: 10.792.928/0002-90							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	05/2010	00987300001-74	04/01/2010	02/01/2015	13	14	4	4				A
<b>Observações: houve termos aditivos ao contrato</b>														



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO**  
**AMAZONAS**



**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: CCC/ PROAD

### 6.2.3 Informações sobre a Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 42 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM REITORIA													
UG/Gestão: 158142				CNPJ: 10.792.928/0001-00									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2009	O	7	06/2009	07.783.832/0001-70	2.8.2010	1.8.2012			13	13			P
2009	O	4	06/2009	07.783.832/0001-70	2.8.2010	1.8.2012			4	4			P
2009	O	2	19/2009	05.417.288/0001-18	14.8.2009	13.8.2012			2	2			P
2009	O	10	19/2009	05.417.288/0001-18	14.8.2009	13.8.2012			2	2			P
2009	O	11	19/2009	05.417.288/0001-18	14.8.2009	13.8.2012			2	2			P
2009	O	11	19/2009	05.417.288/0001-18	14.8.2009	13.8.2012			2	2			P
2009	O	14a	19/2009	05.417.288/0001-18	14.8.2009	13.8.2012	8	8					P
2006	O	14b	09/2006	00.984.730/0001-74	--	--			3	3			P
2009	O	14c	07/2009	00.984.730/0001-74	2.2.2009	2.2.2012			12	12			P
2006	O	14c	09/2006	00.984.730/0001-74	--	--			1	1			P
2006	O	14d	09/2006	00.984.730/0001-74	--	--	2	2					P

**Observações:** Houve Termos Aditivos aos contratos

LEGENDA	
<b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações;	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



- 8. Manutenção de bens móveis
- 9. Manutenção de bens imóveis
- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 12. Outras

Fonte: DAP/REITORIA

QUADRO 42.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA													
UG/Gestão: 158273							CNPJ: 10.792.928/0011-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	12	O	04/2007	63.690.770/0001-23	20.08.2007	19.08.2012	08	08					E
2007	12	O	04/2007	63.690.770/0001-23	20.08.2007	19.08.2012	02	02					E
2007	12	O	04/2007	63.690.770/0001-23	20.08.2007	19.08.2012	05	05					E
2011	12	O	03/2011	01.819.905/0001-50	15.07.2011	14.07.2012			01	01			E
2011	12	O	03/2011	01.819.905/0001-50	15.07.2011	14.07.2012			03	03			E
2011	12	O	01/2011	09.444.691/0001-97	07.07.2011	06.07.2013			01	01			P
2011	12	O	01/2011	09.444.691/0001-97	07.07.2011	06.07.2013			03	03			P
2011	12	O	01/2011	09.444.691/0001-97	07.07.2011	06.07.2013			01	01			P
2011	12	O	02/2011	13.353.788/0001-61	11.07.2011	10.07.2013	01	01					P
2011	12	O	02/2011	13.353.788/0001-61	11.07.2011	10.07.2013	01	01					P
2012	1	O	03/2012	09.406.386/0001-00	27.03.2012	26.03.2013			08	08			A
2012	12	O	04/2012	63.690.770/0001-23	20.08.2012	19.08.2013	03	03					A
2012	12	O	05/2012	63.690.770/0001-23	20.08.2012	19.08.2013	08	08					A
2012	12	O	05/2012	63.690.770/0001-23	20.08.2012	19.08.2013	09	09					A
2012	12	O	06/2012	63.690.770/0001-23	23.08.2012	22.08.2013	03	03					A
2012	12	O	06/2012	63.690.770/0001-23	23.08.2012	22.08.2013	01	01					A

**Observações:**  
 Contrato nº 04/2007= 08 Aux. Serviços Gerais, 02 Aux. De Cozinha, 05 Aux. De Limpeza ; Contrato nº 03/2011= 01 Almoxarife, 03 Inspetor de Aluno ; Contrato nº 01/2011= 01 Eletricista, 03 Motorista, 01 Pedreiro ; Contrato nº 02/2011= 01 Servente, 01 Bombeiro hidráulico; Contrato nº 03/2012= 08 Vigilantes; Contrato nº 04/2012= 03 Aux. De Cozinha; Contrato nº 05/2012= 08 Aux. De Serviços Gerais, 09 Aux. De Limpeza; Contrato nº 06/2012= 03 Inspetor de Aluno, 01 Almoxarife. Houve Termos Aditivos aos contratos: 01/2011 e 02/2011.

**LEGENDA**  
 Área:  
 1. Segurança;  
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes  
 12. Outras  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas	<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; © Efetivamente contratada.
<b>FONTE: DAP/CSGC</b>	

QUADRO 42.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
<b>Nome: IFAM CENTRO</b>													
<b>UG/Gestão: 158142</b>						<b>CNPJ: 10.792.928/0005-33</b>							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	5	7	06/2009(Reitoria)	07.783.832/0001-70	01/02/2009	31/01/2013			09	12			P
2009	2	4	06/2009(Reitoria)	07.783.832/0001-70	01/02/2009	31/01/2013			03	02			P
2009	9	2	19/2009(Reitoria)	05.417.228/0001-18	14/08/2009	13/08/2013			01	01			P
2009	9	10	19/2009(Reitoria)	05.417.228/0001-18	14/08/2009	13/08/2013			01	01			P
2009	9	11	19/2009(Reitoria)	05.417.228/0001-18	14/08/2009	13/08/2013			02	04			P
2009	19	14	19/2009(Reitoria)	05.417.228/0001-18	14/08/2009	13/08/2013	06	06					P
2006	12	B	09/2006(Reitoria)	00.984.730/0001-74	01/01/2006	30/05/2012		02					E
2012	12	B	02/2012(CMC)	00.984.730/0001-74	31/05/2012	30/05/2013	02	02					A
2009	12	C	07/2009(Reitoria)	00.984.730/0001-74	03/02/2009	02/02/2013			06	09			P
2006	12	D	09/2006(Reitoria)	00.984.730/0001-74	01/01/2006	30/05/2012		01					E
2012	12	D	02/2012(CMC)	00.984.730/0001-74	31/05/2012	30/05/2013	01	01					A
2011	12	E	08/2011(CMC)	00.984.730/0001-74	01/09/2011	31/08/2013			06	06			P
<b>Observações: Houve Termos Aditivos aos contratos</b>													
<b>LEGENDA</b>					<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
<b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática;													



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO**  
**AMAZONAS**



4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: DAP/REITORIA

**QUADRO 42.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
<b>Nome: IFAM MANAUS CENTRO</b>													
<b>UG/Gestão: 158445</b>					<b>CNPJ: 10.792.928/0005-33</b>								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	O	5	04/2010	05.658.662/0001-77	16.8.2010	15.1.2012					3	3	P
<b>Observações: Houve termos Aditivos aos contratos</b>													
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: DAP/CMC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



QUADRO 42.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: IFAM COARI													
UG/Gestão: 158447							CNPJ: 10.792.928/0008-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	O	3	05/2010	00.984.730/0001-74	2.8.2010	1.8.2012	4	4	4	4			P
2010	O	14 <sup>a</sup>	05/2010	00.984.730/0001-74	2.8.2010	1.8.2012	2	2					P
2010	O	14b	05/2010	00.984.730/0001-74	2.8.2010	1.8.2012			2	2			P
2010	O	4	05/2010	00.984.730/0001-74	2.8.2010	1.8.2012	2	2					P

**Observações:** Houve termos Aditivos aos contratos

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAP/REITORIA



#### 6.2.4 *Composição do Quadro de Estagiários*

O quadro abaixo apresenta a composição do quadro de estagiários do IFAM em 2012, contemplando os quantitativos trimestrais dos contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido.

QUADRO 43 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	05	06	05	03	25.933
1.1 Área Fim	01	02	02	02	9.169
1.2 Área Meio	04	04	03	01	146.764
<b>2. Nível Médio</b>	10	12	09	05	28.243
2.1 Área Fim	07	10	08	05	22.783
2.2 Área Meio	03	02	01	0	5.460
<b>3. Total (1+2)</b>	15	18	14	08	54.176

Fonte: DGP/PROAD/IFAM



## 7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Este capítulo tem como objetivo informar como o Instituto gere sua frota de veículos automotores, bem como os bens imóveis sob sua responsabilidade.

### 7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Abaixo segue o posicionamento da gestão sobre os seguintes pontos:

- Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: A administração da frota veículos está sendo realizada observando os ditames das seguintes legislações: DECRETO 6.403/2008 e INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008
- Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Os veículos da Instituição a média de vida útil dos veículos é relativamente nova, equivalente a 6 anos. Neste aspecto ressalta-se que a frota atual de veículos tem uma importância bastante significativa nas atividades da Instituição.
- Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

QUADRO 44 – CLASSIFICAÇÃO DE VEÍCULOS

Classificação Veículo	Quantidade
Veículo Institucional	1
Veículo Serviços Comuns	84
<b>Total Veículos</b>	<b>85</b>

- Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação:

QUADRO 45 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS

Média Anual de Quilômetros Rodados	Quilômetros
Veículo Institucional	3.960
Veículo Serviços Comuns	6.666

- Idade média da frota, por grupo de veículos;



QUADRO 46 – IDADE MÉDIA DA FROTA DE VEÍCULOS

<b>Idade Média Veículos</b>	<b>Idade</b>
Veículo Institucional	4
Veículo Serviços Comuns	6

- Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

QUADRO 47 – CUSTOS ASSOCIADOS À FROTA

<b>ITEM</b>	<b>VALOR</b>
Manutenção e conservação	119.140,08
Material manutenção	60.506,46
Combustível e lubrificante	537.693,56
TOTAL	717.340,10

- Plano de substituição da frota: No exercício de 2012 não conseguiu-se idealizar o plano de substituição de frota veículos, devido a escassez de recursos humanos qualificados para tal, aliado ao grande número de tarefas desenvolvidas. Outro ponto que inviabilizou o retardamento dos trabalhos se deu por causa da greve dos servidores que afetou consideravelmente o desempenho das atividades do Instituto.

- Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: Por não ter havido o plano de substituição, não chegamos a diagnosticar esta causa.

- Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte: Atualmente a estrutura de controle apresentado decorre da IN. Contudo em 2013 será implantando o módulo no SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública denominado Gestão Frota de Veículos em todos os campi do IFAM que auxiliará na organização dessa demanda.

## 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Este item trata da gestão dos bens imóveis sob responsabilidade do IFAM, está estruturado através de dois quadros, a saber: Distribuição Especial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União e Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ. Informa-se ainda que o Instituto não possui nenhum bem de uso especial locado de terceiros.



### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 48 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	AMAZONAS	11	11
	Manaus	4	4
	São Gabriel da Cachoeira	1	1
	Coari	1	1
	Parintins	1	1
	Tabatinga	1	1
	Presidente Figueiredo	1	1
	Maués	1	1
	Lábrea	1	1
<b>Total</b>		<b>11</b>	<b>Σ</b>

Fonte:PROAD

### 7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

O quadro abaixo está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas em 2012.

QUADRO 49 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158142	-	12	05	1.120.000,00			6.192.655,02	132.927,90
158273	0283.0022.500-8	03	03	13.151.619,81			858.445,77	26.065,00
158444	0255.00750.500-0	21	03	3.950.000,00			851.803,07	374.526,34
158445	0255.00736.500-4	21	03	33.088.774,30			4.650.864,01	97.371,88
158446	0255.00847.500-8	21	02	2.339.209,60			365.364,28	77.148,33
158447	-	12	02	4.500.000,00			1.464.005,55	248.560,00
158560	-	12	01	4.750.000,00			1.271.160,88	7.525,40
158561	-	12	01	5.100.000,00			235.711,57	28.856,00
158562	9841.00022.500-0	12	01	4.700.000,00			1.512.416,92	130.364,91
158563	0261.0016.500-4	12	01	4.700.000,00			1.093.765,28	7.900,00
158564	-	12	01	5.000.000,00			934.714,14	0,00
<b>Total</b>							<b>19.430.906,49</b>	<b>1.131.245,76</b>

Fonte: DAF / PROAD / SIAFI GERENCIAL

O imóveis que se encontram sem o RIP, são referentes aos novos campi que ainda se encontram em processo de cadastramento no sistema.





## 8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Este capítulo tem o objetivo de evidenciar a forma de condução da gestão da tecnologia da informação, principalmente em relação à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos relacionados às atividades de TI.

### 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação TI

O quadro a seguir está organizado de forma a apresentar um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral analisar a estrutura de governança corporativa e de TI do IFAM. Para leitura do quadro, deve-se levar em consideração a seguinte legenda:

- (1) **nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.
- (3) **usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.
- (4) **sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

QUADRO 50 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
1	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
1	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
3	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
4	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
4	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
4	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
4	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
1	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
4	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
4	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
4	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
2	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
4	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
4	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
1	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
2	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
1	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
1	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por</b>	



<b>iniciativa da própria instituição:</b>	
1	Auditoria de governança de TI.
1	Auditoria de sistemas de informação.
1	Auditoria de segurança da informação.
1	Auditoria de contratos de TI.
1	Auditoria de dados.
1	Outra(s). Qual(is)? _____
4	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
4	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
4	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
1	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
4	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
4	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
4	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
1	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
1	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
1	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
4	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
1	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
4	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
4	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
2	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
1	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
1	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
( 2 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 3 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 3 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( 2 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 1 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 1 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
4	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
4	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	



## **8.2 Análise Crítica**

Neste item, encontram-se informações sobre a gestão de tecnologia da informação no IFAM, de acordo com o Planejamento Estratégico que corresponde ao exercício de 2012.

### **8.2.1 Orçamento**

Com relação ao tema Orçamento, o objetivo estratégico definido do Planejamento Estratégico de TI - PETI foi o de aprimorar a gestão orçamentária de TI, através de uma eficiente gestão orçamentária para garantir recursos orçamentários necessários ao cumprimento das metas institucionais. A partir deste objetivo, foram definidas duas ações estratégicas, sendo a primeira que trata da normatização e a segunda tratando do aspecto do planejamento e execução das aquisições e contratações de TI.

A primeira ação é referente à aprovação de Instrução Normativa do IFAM regulamentando aquisições de soluções de TI até 31 de junho de 2013. Esta ação conseguiu ser concretizada ainda no ano de 2012 com a publicação da Portaria IFAM 767/2012 que institucionaliza o uso do Documento de Oficialização de Demanda – DOD, que se encontra em acordo com a IN 04/2010 e deverá estar presente em todos os processos de aquisição e contratação de Tecnologia da Informação.

A segunda ação estratégica diz respeito ao planejamento e contratação de bens e serviços de TI conforme a demanda do IFAM, que seria demonstrada através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. Esta ação foi subdividida como meta na qual deveria ter sido atendido 60% do PDTI em 2012. Contudo, foi elaborado processo para aquisição de materiais e equipamentos em concordância com o PDTI para atender as necessidades da Reitoria e dos campi e encaminhado ao setor administrativo que se encarregaria de realizar cotação de preços e outros procedimentos necessários para a abertura do processo licitatório. Nesta fase, o setor administrativo encontrou inúmeras dificuldades para realizar a cotação, o que inviabilizou durante o exercício de 2012 a abertura de processo licitatório. Desta feita, as aquisições em sua maioria foram realizadas através de adesões a atas de registro de preço.

### **8.2.2 Gestão de Pessoas**

Com o objetivo de aprimorar a gestão de pessoas de TI através da qualificação de servidores e gestores para um melhor desempenho de suas atribuições e de aprimorar as competências para novos desafios profissionais, seja no aspecto técnico ou gerencial, foram definidas três ações estratégicas, a primeira seria promover capacitação permanente dos servidores de TI, a segunda se refere a ampliar e estruturar a equipe de profissionais na proporção do crescimento Institucional, e a terceira e última, trata de promover a integração entre os servidores de TI proporcionando a troca de experiências.

Para balizar a primeira ação estratégica, foi definido que se teria como meta a participação em 100% dos cursos oferecidos pelo Contrato de Gestão e do Plano Anual de Capacitação do Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação financiados pelo MEC em



2012. O que temos a informar é que todas as 24 vagas oferecidas ao IFAM foram preenchidas por nossos servidores, e que ao final de 2012, tivemos o seguinte quadro referente a capacitação:

QUADRO 51 – CAPACITAÇÕES DE TI

Área Temática	Curso	Quantidade de Servidores
Administração de Sistemas	Administração de Sistemas Linux	1
	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança	3
	Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet	8
Segurança	Análise Forense	2
	Segurança em Redes sem Fio	2
Governança de TI	Gerenciamento de Serviços de TI	1
	Gestão de Riscos de TI – NBR 27005	1
	ITIL – Information Technology Infrastructure Library	2
	Planejamento e Gestão Estratégica de TI	1
	Planejamento e Contratação de Serviços de TI	1
Administração e projeto de redes	Interconexão de Redes de Computadores	1
	Roteamento Avançado	1
<b>Total</b>		<b>24</b>

A segunda meta referente à primeira ação, dizia respeito a elaboração de um Plano Interno de Capacitação de TI que deveria ser executado em até 20% no ano de 2012. Contudo, o mesmo não pode ser finalizado e conseqüentemente, posto em prática. Informamos que ele se encontra em processo de elaboração para início de execução no segundo semestre de 2013.

Com relação à segunda e terceira ação, estas não foram executadas em 2012. A segunda ação diz respeito a ampliar e estruturar a equipe de profissionais na proporção do crescimento Institucional, tendo em vista que a equipe de TI do IFAM não possui o pessoal necessário para executar todas as atividades importantes para o funcionamento adequado dos serviços de TI. Comparado a outros Institutos Federais, o quadro de pessoal de TI do IFAM deveria ser readequado, movimentando - se analistas dos campi para a Reitoria, e ampliado em quantidade os analistas e técnicos. Estas ações dependem mais da alta direção que da gestão de TI. Desta forma, o atual quadro de pessoal prejudica a realização de atividades planejadas para o Instituto.

### 8.2.3 Eficiência Operacional

A eficiência operacional é trabalhada pela equipe de TI com vistas a aperfeiçoar a gestão de processos de TI. Pretende-se mapear, priorizar e implantar processos de trabalho relevantes e sensíveis à gestão de TI do IFAM, visando a melhoria constante da área de TI da Reitoria e dos Campi. Assim, definiu-se no PETI que todos os processo de TI serão mapeados até 2013. Não foi estabelecida nenhuma meta para este tema no ano de 2012.



#### 8.2.4 Governança de TI

O aperfeiçoamento da governança de TI é o objetivo da equipe de TI através da implementação de um modelo de governança, com base em modelos já consagrados no mercado, visando alinhar os processos de TI às atividades do IFAM, assim como aperfeiçoar a comunicação, comprometimento e o trabalho conjunto entre a Reitoria e os Campi. As ações estratégicas foram divididas com base nos domínios do *Control Objectives for Information and related Technology – CobiT*. Assim, as ações estratégicas de governança foram todas visando adotar o modelo de gestão baseado no modelo de referência CobiT: domínio planejamento e organização; domínio aquisição e implementação; domínio entrega e suporte; e domínio monitoração e avaliação.

Com relação ao domínio planejamento e organização, estabeleceu-se a meta de realizar 100% dos processos até 2014, não se definindo nenhum percentual para 2012. Contudo, pode se considerar que este foi um dos domínios que mais avançou no ano em questão, pois foram elaborados e aprovados:

- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Política de Uso dos Sistemas de Informação;
- Política de Segurança da Informação; e,
- Portaria regulamentando o uso do DOD.

A elaboração e publicação destas

A implementação das políticas e planos significa a implantação de cerca de 10% dos processos do domínio de Planejamento e Organização.

Já o domínio aquisição e implementação previa uma realização de 20% dos processos. Informamos que durante o ano de 2012, conseguimos dar início a implementação de 42%, no que diz respeito a identificação de soluções automatizadas, adquirir e manter software aplicativos e adquirir e manter infraestrutura tecnológica. Contudo, a implantação destes processos é apenas uma pequena parte do desenvolvimento do domínio. São necessárias ainda diversas ações, não somente da equipe de TI, durante os próximos anos para alcançarmos a maturidade de todos os processos.

Sobre o domínio entrega e suporte foi definida a meta de realização de 5% de processos desse domínio no ano de 2012. No entanto, como os processos de gerenciar serviços terceirizados, gerenciar desempenho e capacidade, garantir a continuidade dos serviços, garantir a continuidade dos sistemas, identificar e alocar custos de TI, educar e treinar usuários, gerenciar dados e gerenciar o ambiente físico já estão de certa forma implementados, podemos dizer que no ano de 2012 alcançamos 60% dos processos do domínio entrega e suporte. Esse valor diz respeito somente a existência do processo, e não ao seu nível de maturidade, pois todos os processos implementados estão em níveis de



maturidade inicial, o que requer que nos próximos anos haja um esforço no sentido de otimizar todos estes processos.

Com relação ao último domínio, que trata da monitoração e avaliação, estimou-se que os processos fossem 100% realizados até 2015, sem nenhuma perspectiva de realização para o ano de 2012. Porém, com a ação de prover a governança de TI, podemos dizer que os processos deste domínio já foram 25% realizados. Mais uma vez ressalta-se a questão da necessidade de amadurecer estes processos para chegar-se a otimização dos mesmos.

### ***8.2.5 Sustentabilidade***

Com o tema sustentabilidade, procurou-se prover o uso eficiente dos recursos de TI de modo a se ampliar a responsabilidade pelos mesmos, atuando para garantir a sua gestão. Para alcançar este objetivo, definiu como ação aderir ao padrão do SISP na aquisição de soluções de Tecnologia da Informação, estabelecendo-se com meta para o ano de 2012, fazer com que 45% das aquisições de soluções de TI estejam alinhadas com as especificações técnicas do SISP. Considerando-se que a Portaria que institucionaliza o DOD foi publicada em julho de 2012, e que a maioria das aquisições foi realizada no segundo semestre, acreditamos que a meta foi alcançada. Contudo, ainda estuda-se um mecanismo de controle interno para que se possa confirmar que o DOD está de fato sendo utilizado nos campi.



## 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A gestão do uso de recursos renováveis e a sustentabilidade ambiental podem ser verificadas através da aquisição de bens e produtos e da contratação de obras e serviços, bem como através de medidas adotadas pelas organizações que estimulem a redução do consumo de papel, energia e água.

Este capítulo está dividido em duas partes para demonstrar a gestão do IFAM a cerca do assunto em pauta.

A primeira parte trata das informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

A segunda parte apresentara as informações sobre as medidas adotadas pelas unidades que compõe o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.

### 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O quadro a seguir esta organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permitem analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental no que diz respeito a licitações sustentáveis. As afirmações estão avaliadas de 1 a 5, onde 1 é uma afirmação totalmente inválida e 5 é uma afirmação totalmente válida.

QUADRO 52 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? - Normas internacionais consagradas. - manuais e recomendações do CBSC ( Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) - declaração da empresa de compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa de procedência legal - emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação da obra publica.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> <li>- práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.</li> <li>- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a capacitação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.</li> </ul>					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> <li>- deverá constar nos projetos de engenharia.</li> </ul>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> <li>- produtos reciclados: papel e material de expediente.</li> </ul>					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> <li>- tais critérios são exigidos nos Editais de Pregão Eletrônico.</li> </ul>					X
	<b>Sim (x)</b>		<b>Não ( )</b>		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> <li>- Nos Editais.</li> </ul>					X
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>			X		





Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O quadro abaixo está organizado de forma a apresentar informações que permitam analisar o consumo de papel, energia elétrica e água do IFAM ao longo dos anos.

QUADRO 53 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$  
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Manutenção Educação Profissional e Tecnológica	-	Ainda não foram implantados os programas de sustentabilidade ambiental				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel – Resma</b>	4.264	3.644	2.489	37.437,92	32.435,56	22.152,10
<b>Água – M<sup>3</sup></b>	28	4.912	5.149	353,16	62.918,12	65.956,66
<b>Energia Elétrica - kWh</b>	4.404.324	5.627.900	3.720.772	2.406.491,58	3.075.045,40	2.033.003,79
			<b>Total</b>	2.444.282,66	3.170.399,08	2.121.112,55

Fonte: PROAD

No exercício em questão não foram adotados pela Reitoria diretrizes para o plano operacional de demandas para redução de gastos no âmbito do IFAM, no entanto para o exercício 2013 aderimos ao Programa Esplanada Sustentável do Governo Federal, onde será trabalhado junto ao Ministério da Educação o percentual mínimo de 10% (dez por cento) na redução de despesas com custeio, inclusive as despesas acima.



## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Este capítulo está destinado a dar conhecimento das providências adotadas pelo IFAM para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU ou às recomendações apresentadas em relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União - CGU. Salienta-se que não houveram recomendações do órgão de controle interno pendentes no final do exercício.

Ainda, nesse capítulo também estarão as informações sobre o cumprimento das obrigações constantes na Lei n.º 8.730/1993 que trata das declarações de bens e rendas, bem como a declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumento congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei e 12.465/2011.

### 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

#### 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Os quadros abaixo contemplam as informações sobre as providências adotadas pelo IFAM para atender às deliberações do TCU, estruturados em duas partes, a primeira identifica a determinação ou recomendação lavrada pelo TCU, em nível de Acórdão, e a segunda apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

QUADRO 54 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM					<b>100910</b>
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1.	Nº. 000.611/2012-3				OFÍCIO Nº. 229/2012- TCU/SECEX-AM
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM					<b>100910</b>
Descrição da Deliberação:					
<p><i>Com fundamento nos termos dos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei nº. 8.443/1992 c/c os arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno/TCU, foi solicitado do Gestor Máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM que, no prazo de 15 dias encaminhasse ao TCU os documentos e informações necessárias ao saneamento dos autos:</i></p> <p><i>1 – promova a convocação dos servidores, constantes da relação anexa (peça 2), a fim de verificar se realmente estão acumulando remunerações/proventos e de obter, em cada um dos casos, os seguintes documentos:</i></p> <p><i>a. Em relação aos que confirmarem a acumulação:</i></p>					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



- Documentos comprovando o nome do cargo/emprego/função exercida, a especialidade (se houver), a data de admissão, a data de inatividade (se houver) e a jornada de trabalho (exemplos de documentos válidos: contracheque, ato de admissão, ato de concessão de aposentadoria, ato de concessão de pensão, declaração do IFAM.

- Documentos emitidos pelas demais fontes pagadoras, comprovando as mesmas informações.

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO IFAM - DGP	<b>100910</b>
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
<p>1. A Auditoria Interna do IFAM, tomou cabo da deliberação do TCU, que por intermédio do MEMO. Nº 053 – AUDIN/IFAM/2012, participou ao Diretor de Gestão de Pessoas acerca das demandas pelo Egrégio Tribunal de Contas da União.</p> <p>2. Em atendimento à solicitação do TCU, a Diretoria de Gestão de Pessoas, através do MEMO. Nº. 282-DGP/PROAD/IFAM/2012 acatou ao pedido encaminhando todas as informações e documentações necessárias para a realização das atividades de auditoria.</p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<p>1. No aguardo das análises e conclusões do TCU.</p>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
<p>Todas as medidas foram tomadas, e não houve obstrução alguma por parte dos Setores requeridos que comprometessem ao atendimento das solicitações de auditoria.</p>	

**QUADRO 54.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM					<b>100910</b>
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1.	Acompanhamento e Fiscalização de Auditoria				OFÍCIO N.º 045/2012- GAB/SECEX-AM OFÍCIO de Requisição nº 418/2012-1 OFÍCIO de Requisição nº 1166/2012-2 OFÍCIO de Requisição nº 1166/2012-5
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM					<b>100910</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<i>Com o objetivo de verificar a acumulação ilegal de cargos pelos servidores do Instituto Federal de</i>					



*Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, foi apresentado ao Gestor Máximo do IFAM, através do Ofício 045/2012-GAB/SECEX-AM, os Auditores Federais de Controle Externo, os senhor (EULES LEONARDO SANTOS LIMA, Matrícula TCU 9443-9) e a senhora (NAZARÉ DO SOCORRO GONÇALVES DO ROSÁRIO ZUARDI, Matrícula TCU 689-0), facultando-lhes livre acesso às instalações do Instituto auditado, e aos documentos, senhas de acesso, sistemas informatizados que lhes provessessem à execução dos trabalhos de auditoria, sob pena de aplicação de multa, nos termos do art. 268, incisos V e VI, do Regimento Interno/TCU e Art. 58, incisos V e VI, da Lei 8.443/92.*

*Além disso, nos Ofícios de Requisições N° (418/2012-1); (1166/2012-2); (1166/2012-5) constavam as solicitações que subsidiariam todo o processo de fiscalização em torno dos assuntos de acumulação indevida de Cargos Públicos e infração ao regime de dedicação exclusiva no IFAM.*

#### **Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO IFAM – DGP	<b>100910</b>

#### **Síntese da providência adotada:**

1. Houve despacho para que fossem cientificados todos os Setores Responsáveis em fornecer as informações e documentações solicitadas.
2. Através do MEMO. N°. 178 – AUDIN/IFAM/2012, os departamentos foram comunicados e em tempo hábil e forneceram todos os documentos, processos e justificativas acerca da temática tratada.
3. Através dos MEMO N°. 282-DGP/PROAD/IFAM/2012; MEMO N°. 417-DGP/PROAD/GR/IFAM/2012; MEMO N°. 128-CGP/CMDI/IFAM; MEMO N°. 425-DGP/PROAD/GR/IFAM/2012; MEMO N°. 427-DGP/PROAD/GR/IFAM/2012; MEMO N°. 440-DGP/PROAD/GR/IFAM/2012.

#### **Síntese dos resultados obtidos**

1. No aguardo das análises e conclusões do TCU.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Todas as medidas foram tomadas, e não houve obstrução alguma por parte dos Setores requeridos que comprometessem ao atendimento das solicitações de auditoria.

### **10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Não há por parte do IFAM nenhuma pendência de resposta aos atendimentos solicitados pelo TCU.

### **10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Os quadros abaixo contém informações sobre as providências adotadas pelo IFAM para atender às recomendações expedidas pela CGU, estando estruturados em duas parte, a primeira que identifica a recomendação expedida pelo órgão de controle interno, e a segunda parte apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.



QUADRO 55 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1.	S.A. 201203345/1 a 31		Ofício n.º 8.893/2012/CGU-Regional/AM/CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<i>1.Solicitação de Auditoria n.º 201203345, de 1 a 31.</i>			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
1.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
1. Foram encaminhados a Controladoria Regional da União no estado do Amazonas os Ofício de números: 012/2012 de 04.04.12;013/2012 de 16.04.12; 016/2012 de 19.04.12; 017/2012 de 20.04.12; 018/2012 de 20.04.12; 019/2012 de 20.04.12; 020/2012 de 25.04.12; 021/2012 de 25.04.12; 022/2012 de 27.04.12; 023/2012 de 04.05.12; 024/2012 de 07.05.12; 025/2012 de 09.05.12 e 026/2012 de 10.05.12, referentes as solicitações da S.A. n.º 201203345, de 1 a 31.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Interação dos setores envolvidos para disponibilizar as respostas dentro do prazo.			

QUADRO 55.1 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1.	S.A. 2012081126/001		Ofício n.º 20.815/2012/CGU-Regional/AM/CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<i>Solicitação de Auditoria de acompanhamento.</i>			
<i>Encaminhar a esta CGU-Regional/AM para análise os processos referentes aos seguintes contratos: Contrato n.º 06/2008 (Pregão n.º 27/2008);</i>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



<i>Contrato n.º 14/2009 (Pregão n.º 02/2009).</i>	
<i>(Item n.º 1)</i>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
1.Memo n.º 135-AUDIN/IFAM/2012, de 24.07.2012, solicitou os contratos Contrato n.º 06/2008 (Pregão n.º 27/2008) e Contrato n.º 14/2009 (Pregão n.º 02/2009) a Pró-Reitoria de Administração do IFAM.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
1. Em 25.07.12 foi encaminhado a esta AUDIN/IFAM, através do Memo n.º 197-PROAD/IFAM/2012 o processo referente ao contrato n.º 14/2009 (Pregão n.º 02/2009), sendo o mesmo encaminhado a Controladoria Regional da União no estado do Amazonas em 26.07.12 através do Ofício n.º 033/AUDIN/IFAM/2012; 2.Em 31.07.12, através do Memo n.º 203-PROAD/IFAM/2012, esta Audin recebeu o processo n.º 23042001119/2008-74, referente ao contrato n.º 06/2008 (Pregão n.º 27/2008), sendo o mesmo encaminhado a Controladoria Regional da União no estado do Amazonas em 01.08.12 através do Ofício n.º 034/AUDIN/IFAM/2012.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
O processo n.º 06/2008 (Pregão n.º 27/2008) encontrava-se fisicamente no Campus Coari/AM, o que dificultou o tempo de resposta a Controladoria Regional da União no estado do Amazonas.	

QUADRO 55.2 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2.	S.A. 2012081126/002		
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<i>1.Encaminhar a CGU-Regional/AM a via original dos seguintes documentos os quais encontram-se apenas por meio de cópia nos autos do Processo n.º 23042001119/2008/74, referente ao Contrato n.º 06/2008 – Serviços de Vigilância na Unidade de Coari/AM:</i> <i>a) 3º Termo Aditivo (Contrato n.º 02/2010), fls. 230;</i> <i>b) 5º Termo Aditivo (Contrato n.º 04/2010), fls. 240.</i> <i>(Item n.º 2)</i>			
<i>2.Encaminhar a esta CGU-Regional/AM a via original dos seguintes documentos os quais não foram localizados nos autos do Processo n.º 23040001119/2008-74, referente ao Contrato n.º 06/2008-Serviços de Vigilância na Unidade de Coari/AM:</i> <i>a) 1º Termo Aditivo (Contrato n.º 01/2009);</i> <i>b) 2º Termo Aditivo (Contrato n.º 01/2010);</i> <i>c) 4º Termo Aditivo (Contrato n.º 03/2010).</i> <i>(Item n.º 3)</i>			
<i>3.Informar se o Termo Aditivo n.º 06/2011 (referente ao Contrato n.º 06/2008-Processo n.º</i>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



<p>23042001119/2008-74), que trata do aumento de 4% nos valores contratados e que se apresenta apenas por meio de minuta nos autos, foi efetivamente firmado. Em caso afirmativo, encaminhar a via original desse documento a esta CGU-Regional/AM informando, ainda, os dados de sua publicação, em extrato, no DOU. (Item n.º 4)</p> <p>4. Encaminhar a esta CGU-Regional/AM a via original do Termo Aditivo que trata da prorrogação da vigência do Contrato n.º 06/2008 (Processo n.º 23042001119/2008-74) para o exercício de 2012 informando, ainda, os dados de sua publicação, em extrato, no DOU. (Item n.º 5)</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	
Síntese da providência adotada:	
1. Foi encaminhado o Memo n.º 155-AUDIN/IFAM/2012, de 21.08.12, a Pró-Reitoria de Administração do IFAM solicitando que fossem disponibilizados os documentos constantes na S.A. 2012081126/002, dando prazo para o cumprimento.	
Síntese dos resultados obtidos	
1. Em relação ao Item n.º 2(a), Item 3(a,b,c), e Item 4, as vias originais dos Termos Aditivos n.º 01/2010, 02/2010, 03/2010 e 06/2010 foram digitalizadas e encaminhadas para esta AUDIN/IFAM, sendo que, com relação ao 06/2010 encontrava-se a época em vias de publicação; 2. Com relação ao Item n.º 5, a minuta encontrava-se em fase de análise na Procuradoria Federal deste IFAM; 3. Em 29.08.12, através do Ofício n.º 040/AUDIN/IFAM, foi encaminhado a Controladoria Regional da União no estado do Amazonas as respostas referente à S.A. 2012081126/002.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Interação dos setores envolvidos para disponibilizar as respostas dentro do prazo.	

QUADRO 55.3 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3.	S.A. 2012081126/003		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Descrição da Recomendação:			
<p>1. Encaminhar a esta CGU-Regional/AM a via original dos seguintes documentos os quais encontram-se apenas por meio de cópia nos autos do Processo n.º 23042000236/2009-00, referente ao contrato n.º 14/2009-Serviços de Vigilância nos campus do IFAM:</p> <p>a) Termo Aditivo n.º 01/2010, fls. 459; b) Termo Aditivo n.º 02/2010, fls. 493; c) Termo Aditivo n.º 03/2010, fls. 502; d) Termo Aditivo n.º 04/2010, fls. 507; e) Termo Aditivo n.º 05/2011, fls. 521; f) Termo Aditivo n.º 06/2011, fls. 544; g) Termo Aditivo n.º 07/2011, fls. 604.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



<i>(Item n.º 6)</i>	
2. Encaminhar a esta CGU-Regional/AM a via original do Termo Aditivo que trata da prorrogação da vigência do contrato n.º 14/2009 (Processo 23042000236/2009-00) a partir de 01.07.12, informando ainda, os fados de sua publicação, em extrato, no DOU.	
<i>(Item n.º 7)</i>	
3. Informar o processo registrado em cada NE relacionada na tabela a seguir refere-se ao contrato n.º 14/2009, resultante do Pregão Eletrônico n.º 02/2009 (processo n.º 23042000236/2009-00). Em caso negativo, informar os dados dos respectivos processos licitatórios e contratos firmados.	
UG GESTÃO NE2012 MOD. VLR. EMP UNID PROCESSO	
158142	26403 800046 Pregão 126.819,84 Reitoria 23042000147/2012-51
158586	26403 800004 Pregão 191.148,72 Parintins 23384000008/2012-56
158562	26403 800007 Pregão 286.723,08 Pres. Fig. 23386000018/2012-71
158563	26403 800006 Pregão 271.787,18 Maués 23387000055/2011-99
158564	26403 800005 Pregão 262.829,49 Lábrea 23388000005/2011-00
<i>(item n.º 8)</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	
Síntese da providência adotada:	
1. Foi encaminhado o Memo n.º 155-AUDIN/IFAM/2012, de 21.08.12, a Pró-Reitoria de Administração do IFAM solicitando que fossem disponibilizados os documentos constantes na S.A. 2012081126/002, dando prazo para o cumprimento.	
Síntese dos resultados obtidos	
1. Em 28.08.12, através do Ofício n.º 038/AUDIN/IFAM/2012, foram encaminhadas as respostas referente à S.A. 2012081126/003 para a CGU-Regional/AM.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Interação dos setores envolvidos para disponibilizar as respostas dentro do prazo.	

QUADRO 55.4 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1.	S.A. 201207586/001		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Descrição da Recomendação:			
1. Verificar se foi instituído no site do IFAM o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) conforme prescreve a Lei de Acesso à Informação. Decreto n.º 7.724, de 16/05/2012. <i>(Item n.º 1)</i>			
2. Verificar se foi implementado no site do IFAM, na página de Transparência Pública:			





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



<i>a) execução de programas/ações de governo geridos pela Unidade;</i> <i>b) licitações e contratos firmados pela Unidade;</i> <i>c) contratos/convênios e outros instrumentos congêneres de responsabilidade da Unidade;</i> <i>d) diárias e passagens pagas a servidores e/ou colaboradores eventuais.</i> (Item n.º 2)	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Encaminhamento das informações ao Serviço de Informação ao Cidadão deste IFAM/AM, através do Memo n.º 148/AUDIN/IFAM, de 02.08.2012, para ser devidamente publicado na página de Transparência Pública.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Item I: O Serviço de Informação ao Cidadão foi instituído no sítio do IFAM, e suas configurações atendem às especificações contidas no artigo 7º do Decreto n.º 7.724/2012, as quais contemplam: I- <i>banner</i> na página inicial, que dá acesso às informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo IFAM, bem como ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC);  II- barra de identidade do Governo Federal, contendo ferramenta de redirecionamento de página para os sítios <a href="http://www.brasil.gov.br">www.brasil.gov.br</a> e <a href="http://www.acessoainformacao.gov.br">www.acessoainformacao.gov.br</a> , cuja disponibilidade está em vias de conclusão, dadas as recentes mudanças na página da Instituição.	
Item II: A página de transparência Pública foi implementada no sítio do IFAM, podendo ser acessada através do <i>banner</i> na página inicial e do endereço <a href="http://www.ifam.edu.br/acessoainformacao">www.ifam.edu.br/acessoainformacao</a> . As informações ali contidas atendem ao rol enumerado pelo artigo 7º, §3º, do Decreto n.º 7.724/2012, compreendendo os seguimentos abaixo: a) Institucional: Estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereços, telefones e horários de funcionamento; b) Auditorias: Informações concernentes ao resultado das auditorias de conformidade e demais atividades de competência da Auditoria Federal de Controle Interno do IFAM; c) Servidores: Remuneração e subsídios recebidos pelos servidores do IFAM; d) Licitações: Informações detalhadas sobre licitações realizadas no IFAM; e) Contratos: Informações detalhadas sobre contratos realizados no IFAM; f) Despesas: Informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira do IFAM, incluindo gastos diretos com programa/ações do governo geridos pelo IFAM e despesas com diárias e passagens; g) Concursos e exames: Editais, inscrições, gabaritos e resultados de processos seletivos realizados pelo IFAM.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Interação dos setores envolvidos para disponibilizar as respostas dentro do prazo.	

QUADRO 55.5 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2.	S.A. 201207586/002		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>																				
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM																						
<b>Descrição da Recomendação:</b>																						
<p>1. Justificar a ausência de publicação no portal COMPRASNET do seguinte contrato firmado em 2012:</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 25%;">EXTRATO DE</td> <td style="width: 25%;">DATA DE</td> <td style="width: 25%;">CONTRATADO</td> <td style="width: 25%;">VALOR</td> <td style="width: 20%;">PÁGINA DO DOU</td> </tr> <tr> <td>CONTRATO</td> <td>ASSINATURA</td> <td>De Nigris Distribuidora</td> <td>348.895,67</td> <td>Edição n.º 83, de 30/04/12</td> </tr> <tr> <td>n.º 2/2012</td> <td>11/04/2012</td> <td>de Veículos Ltda.</td> <td></td> <td>Pag. 38, seção 3.</td> </tr> <tr> <td colspan="5" style="text-align: center;">61.591.459/0001-00</td> </tr> </table> <p>(Item n.º 3)</p> <p>2. Solicitamos a cópia do processo de dispensa de licitação n.º 23042657/2012-28, cujo objeto de licitação foi a contratação de pessoa jurídica para realização do processo seletivo do 2º semestre de 2012.</p> <p>(Item n.º 4)</p>			EXTRATO DE	DATA DE	CONTRATADO	VALOR	PÁGINA DO DOU	CONTRATO	ASSINATURA	De Nigris Distribuidora	348.895,67	Edição n.º 83, de 30/04/12	n.º 2/2012	11/04/2012	de Veículos Ltda.		Pag. 38, seção 3.	61.591.459/0001-00				
EXTRATO DE	DATA DE	CONTRATADO	VALOR	PÁGINA DO DOU																		
CONTRATO	ASSINATURA	De Nigris Distribuidora	348.895,67	Edição n.º 83, de 30/04/12																		
n.º 2/2012	11/04/2012	de Veículos Ltda.		Pag. 38, seção 3.																		
61.591.459/0001-00																						
<b>Providências Adotadas</b>																						
<b>Setor responsável pela implementação</b>		<b>Código SIORG</b>																				
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD																						
<b>Síntese da providência adotada:</b>																						
1. Encaminhamento do Memo n.º 201-AUDIN/IFAM, de 14.12.2012, para a Pró-Reitoria de Administração do IFAM para as devidas providências.																						
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>																						
1. De acordo com o Memo n.º 353/PROAD/IFAM /2012, de 17.12.12, referente ao Item 3, o contrato em análise não foi registrado no COMPRASNET em virtude de, na ocasião de publicá-lo, a ata de registro de preços encontrava-se vencida. No entanto, o contrato já estava celebrado, fato este que não poderia ser ignorado pela Administração sob pena de afronta ao princípio da insegurança jurídica e do “pacta sunt servanda”, Como única alternativa saneadora, foi feita a publicação direta no DOU, de forma a dar cumprimento do art. 61, parágrafo único da 8.666/93;																						
2. Com relação ao item 4, foi encaminhado a cópia do processo 23042000657/2012-28.																						
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>																						
Interação dos setores envolvidos para disponibilizar as respostas dentro do prazo.																						

QUADRO 55.6 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3.	S.A. 201207586/003		
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
1. Solicitou esclarecimentos acerca de restos a pagar não processados, referente a fundamentação de suas			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



<p><i>inscrições, bem como a documentação comprobatória:</i> <b>EMPENHOS:</b> 2011NE800406; 2010NE900757; 2011NE800302; 2011NE800009; 2011NE800013; 2010NE900912; 2010NE900233; 2011NE800397; 2011NE800003; 2011NE800385; 2010NE900417; 2011NE800388; 2011NE800279. (Item 5)</p> <p>2.Solicitou esclarecimentos para a manutenção dos restos a pagar não processados, junto com a documentação comprobatória, informando qual inciso previsto no art. 1º do Decreto n.º 7.468/2011, condicionou a manutenção. <b>EMPENHOS:</b> 2011NE800406; 2011NE800302; 2011NE800013; 2010NE900233; 2011NE800003; 2010NE900417; 2010NE900757; 2011NE800009; 2010NE900912; 2011NE800397; 2011NE800385; 2011NE800388; 2011NE800279. (Item 6)</p> <p>3.Solicita esclarecimentos acerca dos restos a pagar não processados bloqueados não terem sido cancelados: <b>EMPENHOS:</b> 2010NE900683; 2010NE900684; 2010NE900685; 2010NE900690; 2010NE900697; 2010NE900846. (Item 7)</p> <p>4.Solicita que as respostas sejam, também, encaminhadas ao endereço eletrônico do Coordenador desta Equipe de Auditoria: <a href="mailto:Rafael.abreu@cgu.gov.br">Rafael.abreu@cgu.gov.br</a> (Item 8)</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	
Síntese da providência adotada:	
1.Foi enviado o Memo n.º 202-AUDIN/IFAM/2012, de 17.12.12, a Pró-Reitoria de Administração do IFAM para dar cumprimento as solicitações.	
Síntese dos resultados obtidos	
1.De acordo com o DESPACHO/ENCAMINHAMENTO s/ n.º da DAOF, em 19.12.12, a permanência dos restos a pagar referentes aos anos de 2010 e 2011 encontra respaldo legal no Decreto n.º 93.872, pois, em seu artigo 68, § 3.º, inciso II, alínea C, há previsão do não cancelamento de restos a pagar do Ministério da Educação financiadas com Recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, já os empenhos 2010NE900683, 2010NE900684, 2010NE900685, 2010NE900690, 2010NE900697 e 2010NE900846 serão cancelados por processo automático no dia 31.12.2012.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Interação dos setores envolvidos para disponibilizar as respostas dentro do prazo.	

QUADRO 55.7 – RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.	S.A. 201207586/004		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG



Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM	
<b>Descrição da Recomendação:</b>	
<p>1. Demonstrar a correlação da finalidade dos seguintes empenhos com programa-ação no qual foram inscritos: EMPENHOS: 2012NE2800026; 2012NE800154; 2012NE8000158; 2012NE800153; 2012NE8000220; 2012NE800211; 2012NE2800271; 2012NE280254; 2012NE8000250; 2012NE000050; 2012NE8000125; 2012NE800188; 2012NE8000053; 2012NE800255; 2012NE8000049; 2012NE800016; 2012NE8000249; 2012NE8000095; 2012NE8000113; 2012NE800018; 2012NE8000157; 2012NE800232; 2012NE8000256; 2012NE800230. (Item 9)</p> <p>2. Solicitamos que as respostas sejam encaminhadas, também, ao endereço eletrônico do Coordenador desta equipe de Auditoria: <a href="mailto:Rafael.abreu@cgu.gov.br">Rafael.abreu@cgu.gov.br</a> (Item 10)</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
1. Foi encaminhado, o Memo n.º 203-AUDIN/IFAM/2012, de 21.12.12, a Pró-Reitoria de Administração do IFAM as solicitações para as devidas providências.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
1. Foi encaminhado para esta AUDIN/IFAM, o Memo n.º 353-PROAD/IFAM, de 28.12.12, com as respostas das solicitações; 2. O Memo n.º 15-COF/DAOF/PROAD/IFAM/2012, de 28.12.12 demonstra a correlação da finalidade com empenhos listados com o programa-ação.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Interação dos setores envolvidos para disponibilizar as respostas dentro do prazo.	

#### **10.1.4 Recomendação do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Não há por parte do IFAM nenhuma pendência de resposta às recomendação da Controladoria Geral da União.

#### **10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

Este item aborda o assunto de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito o acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

##### **10.2.1 Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ**

Quanto à estrutura, informamos que a Auditoria possui um corpo de 04 (Quatro) Auditores Federais de carreira e 01 (um) servidor de apoio Técnico Administrativo.

Lilian Freire Noronha: Auditora  
Formação: Graduação em Ciências Contábeis



Luiz Henrique Marques Pinheiro: Auditor-Chefe  
Formação: Graduação em Direito

Luíza Vanessa Padilha: Assistente em Administração  
Formação: Ensino Médio Completo

Manoel Queiroz de Alencar: Auditor  
Formação: Graduação em Ciências Econômicas

Samara Santos dos Santos: Auditora-Chefe Substituta  
Formação: Graduação em Ciências Econômicas e Direito

Quanto ao posicionamento da Unidade de Auditoria no organograma da UJ, informamos que a AUDIN está subordinada diretamente ao Conselho Superior, órgão de caráter consultivo e deliberativo, que ocupa a cadeia hierárquica máxima no âmbito institucional do IFAM.

### ***10.2.2 Trabalhos mais relevantes realizados no exercício de 2012 e principais constatações***

Relatório de Auditoria nº1/2012/AUDIN-IFAM - Fatura da Empresa TH Eventos, Passagens e Turismo, correspondente ao ano de 2011.

Constatações:

6.1. – FATURA 476/2011: Valor de R\$ 2.178,00 (Dois mil, cento e setenta e oito reais) com emissão em 10.05.2011. Trecho Manaus (AM)/Lábrea (AM). Descrição do material: 01 veículo utilitário.

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data. Não foi especificado qual modelo, marca, placa do veículo. Não foi especificado o motivo pelo qual foi enviado o veículo para o respectivo município.

6.2. – FATURA 566/2011: Valor de R\$ 1.158,30 (Hum mil, cento e cinquenta e oito Reais e trinta centavos) com emissão em 10.05.2011. Trecho Manaus (AM)/Lábrea (AM). Descrição do material: 01 balança e 01 caixa de livros, não identificando o valor correspondente a cada item, apresentando apenas a soma dos dois no valor de R\$ 735,00 (Setecentos e trinta e cinco Reais); uniforme escolar, totalizando 270 unidades no valor de R\$ 435,00 (Quatrocentos e trinta e cinco Reais), apurados durante a conciliação dos documentos relativos ao processo 23042.000182/2012-70.

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data. Fatura não especifica os itens adequadamente, faz apenas a junção dos valores e cita o número do voucher correspondente: balança e caixa de livros totalizando o valor de R\$ 735,00 (Setecentos e trinta e cinco Reais).

6.3. – FATURA 344/2011: Valor de R\$ 5.945,94 (Cinco mil, novecentos e quarenta e cinco Reais e noventa e quatro centavos) com emissão em 20.04.2011. Trecho Manaus (AM)/Lábrea (AM). Descrição do material: Livros, totalizando 1.298 unidades no valor de R\$ 5.473,50 (Cinco mil, quatrocentos e setenta e três Reais e cinquenta centavos) e 01 balança eletrônica no valor de R\$ 532,50 (Quinhentos e trinta e dois Reais e cinquenta centavos), apurados durante a conciliação dos documentos relativos ao processo 23042.000182/2012-70.

a) Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data. Fatura não especifica a quantidade dos materiais enviados, limitando-se apenas, a descrição do material.



6.4. – FATURA 713/2011: Valor de R\$ 2.178,00 (Dois mil, cento e setenta e oito Reais) com emissão em 10.06.2011. Trecho Manaus (AM)/Lábrea (AM). Descrição do material: 01 Veículo Ranger de Placa NOZ 2548, que se encontrava em Manaus para revisão na concessionária FORD. O veículo foi encaminhado de Manaus (AM) ao município de Humaitá (AM), via fluvial, de onde seguiria viagem, via terrestre, conduzido pela motorista do IFAM até o município de Lábrea (AM).

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data.

6.5. – FATURA 343/2011: Valor de R\$ 3.861,00 (Três mil, oitocentos e sessenta e um Reais) com emissão em 20.04.2012. Trecho Manaus (AM)/Tabatinga (AM). Descrição do material: 01 computador de mesa completo, 01 impressoras HP laserjet, 01 cadeira tipo secretária com base giratória, 01 mesa de reunião redonda, 02 mesas para escritório, 01 balança e 10 nobreak.

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data.

6.6. – FATURA 587/2011: Valor de R\$ 12.162,15 (Doze mil, cento e sessenta e dois Reais e quinze centavos) com emissão em 31.05.2012. Trecho Manaus (AM)/Tabatinga (AM). Descrição do material: 25 apostilas de gerenciamento de resíduos no valor de R\$ 1.065,00 (Hum mil, sessenta e cinco Reais), 01 balança conjuntamente com 01 caixa de livros diversos no valor de R\$ 1.275,00 (Hum mil, duzentos e setenta e cinco Reais), 26 caixas com materiais diversos no valor de R\$ 1.875,00 (Hum mil, oitocentos e setenta e cinco Reais), 12 volumes de materiais gráfico contendo folders, cartazes e banners para a semana de expansão no valor de R\$ 4.275,00 (Quatro mil, duzentos e setenta e cinco Reais), 06 volumes da marca Brasil contendo folders, cartazes e banner no valor de R\$ 3.795,00 (Três mil, setecentos e noventa e cinco Reais).

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data. Há divergência na quantidade de caixas que foram em conjunto com a balança: 01 caixa citada na declaração de entrega de materiais, sem data, assinada pelo Diretor de Ensino do Campus Tabatinga, Wladimir do Nascimento Seabra em relação a Declaração de Romaneio que cita apenas 01 caixa e 01 balança, datada de 07.04.2011. Ausência de parâmetros para envio de mercadorias: 26 caixas no valor de R\$ 1.875,00 (Hum mil, oitocentos e setenta e cinco Reais), 06 caixas no valor de 3.795,00 (Três mil, setecentos e noventa e cinco Reais). Foi detectado, também, que a fatura n.º 587/2011 encontra-se com valor acima do praticado pelo mercado.

6.7. – FATURA 571/2011: Valor de R\$ 1.640,93 (Hum mil, seiscentos e quarenta Reais e noventa e três centavos) com emissão em 20.05.2011. Trecho Manaus (AM)/Parintins (AM). Descrição do material: 08 volumes de equipamento de som em geral no valor de R\$ 1.320,00 (Hum mil, trezentos e vinte Reais) e 06 material de construção no valor de R\$ 337,50 (Trezentos e trinta e sete Reais, cinquenta centavos).

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data. Ausência de especificação de quais são os equipamentos de som e quais são os materiais de construção, bem como também não define o que seja “volume”.

6.8. – FATURA 479/2011: Valor de R\$ 6.400,35 (Seis mil, quatrocentos Reais e trinta e cinco centavos) com emissão em 10.05.2011. Trecho Manaus (AM)/Parintins (AM). Descrição do material: 01 balança conjuntamente com 01 caixa com livros no valor de R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem Reais), 03 caixas com livros no valor de R\$ 930,00 (Novecentos e trinta Reais) e 17 volumes contendo micro computador, monitor, teclado e mouse no valor total de R\$ 4.425,00 (Quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco Reais).

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data. Ausência de especificação do valor individual da balança, ausência do valor individual por caixa, ausência de definição do que seja “volume” e o seu valor respectivo por cada unidade. Definir o motivo



pelo qual foi colocado no *voucher fluvial* de nº. 456/2011, 457/2011 e 458/2011 o nome da empresa A. M. BUTEL TAVARES como beneficiada do pagamento, tendo o respectivo documento rasurado posteriormente com caneta.

6.9. – FATURA 416/2011: Valor de 29.000,00 (Vinte e nove mil Reais) com emissão em 30.04.2011. Trecho Belém (PA)/Manaus (AM)/ São Gabriel da Cachoeira (AM). Descrição do material: transporte de 01 ônibus escolar marca Mercedes Bens, placa OF-1722M.

Considerações: Recibo emitido pela empresa sem a respectiva data. Foi detectado, pelo Diretor do Campus São Gabriel da Cachoeira, uma inconsistência no valor da fatura n.º 416/2011. A mesma encontra-se com elevado valor de mercado, situação descrita, de forma minuciosa, no item “4 – DA EXPOSIÇÃO DOS FATOS” supra.

Recomendações:

7.1. – FATURA 476/2011:

Valor constatado : R\$ 2.178,00 (Dois mil, cento e setenta e oito Reais)

Valor após correção: R\$ 2.178,00 (Dois mil, cento e setenta e oito Reais)

Economia para o erário: R\$ 0

7.2. – FATURA 566/2011:

Valor constatado: R\$ 1.158,30 (Hum mil, cento e cinquenta e oito Reais e trinta centavos)

Valor após correção: R\$ 1.024,65 (Hum mil, vinte e quatro Reais e sessenta e cinco centavos)

Economia para o erário: R\$ 133,65 (Cento e trinta e três Reais e sessenta e cinco centavos)

7.3. – FATURA 344/2011:

Valor constatado: R\$ 5.945,94 (Cinco mil, novecentos e quarenta e cinco Reais e noventa e quatro centavos)

Valor após correção: R\$ 2.487,37 (Dois mil, quatrocentos e oitenta e sete Reais e trinta e sete centavos)

Economia para o erário: R\$ 3.458,57 (Três mil, quatrocentos e cinquenta e oito Reais e cinquenta e sete centavos)

7.4. – FATURA 713/2011:

Valor constatado: R\$ 2.178,00 (Dois mil, cento e setenta e oito Reais)

Valor após correção: R\$ 1.463,22 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e três Reais e vinte e dois centavos)

Economia para o erário: R\$ 714,78 (setecentos e quatorze Reais e setenta e oito centavos)

7.5. – FATURA 343/2011:

Valor constatado: R\$ 3.861,00 (Três mil, oitocentos e sessenta e um Reais)

Valor após correção: R\$ 3.669,04 (Três mil, seiscentos e sessenta e nove Reais e quatro centavos)

Economia para o erário: R\$ 191,96 (Cento e noventa e um Reais e noventa e seis centavos)

7.6. – FATURA 587/2011:

Valor constatado: R\$ 12.162,15 (Doze mil, cento e sessenta e dois Reais e quinze centavos)

Valor após correção: R\$ 7.217,30 (Sete mil, duzentos e dezessete Reais e trinta centavos)



Economia para o erário: R\$ 4.944,85 (Quatro mil, novecentos e quarenta e quatro Reais e oitenta e cinco centavos)

7.7. – FATURA 571/2011:

Valor constatado: R\$ 1.640,93 (Hum mil, seiscentos e quarenta Reais e noventa e três centavos)

Valor após correção: R\$ 1.640,93 (Hum mil, seiscentos e quarenta Reais e noventa e três centavos) Economia para o erário: R\$ 0

7.8. – FATURA 479/2011:

Valor constatado: R\$ 6.400,35 (Seis mil, quatrocentos Reais e trinta e cinco centavos)

Valor após correção: R\$ 5.501,43 (Cinco mil, quinhentos e um Reais e quarenta e três centavos)

Economia para o erário: R\$ 898,92 (Oitocentos e noventa e oito Reais e noventa e dois centavos)

7.9. – FATURA 416/2011:

Valor constatado: R\$ 28.710,00 (Vinte e oito mil, setecentos e dez Reais)

Valor após correção: R\$ 8.910,00 (Oito mil, novecentos e dez Reais)

Economia para o erário: R\$ 19.800,00 (Dezenove mil, oitocentos Reais)

Relatório de Auditoria n° 002/2012/AUDIN-IFAM - Regularidade do Processo de Pagamento referente à Nota Fiscal n° 103, emitida em 22.06.2012 pela Empresa M&T Comércio e Serviços Gráficos LTDA ME.

Constatações:

Constatação 24.1. Formação de Processo Administrativo sem a devida obediência aos termos impostos pela Portaria Normativa SLTI/MPOG N° 05 de 19 de dezembro de 2002.

Constatação 24.2. Adesão à Registro de Preços sem prévia justificativa sobre a adequação do objeto àquele registrado, bem como sobre a vantajosidade da adesão pretendida, mediante consulta aos preços de mercado. Assegurar-se no porvir, “quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser procedida atenda ao interesse da Administração, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme preceitua o art. 3º, § 4º, inciso II, do Decreto n.º 3.931/2001” (Acórdão TCU n.º 555/2007 – 1ª Câmara, subitem 2.3.2).

Constatação 24.3. Elaboração de Termo de Referência sem informações técnicas precisas, consistentes e suficientes para que se entenda o objeto.

Constatação 24.4. Estabelecimento de relação contratual com empresa privada sem o devido Parecer jurídico quanto à legalidade da contratação.

Constatação 24.5. Não há Parecer Técnico quanto à natureza, especificações e qualidade do objeto de compra.

Constatação 24.6. Disponibilização de amostras referentes à execução do contrato com divergência dos itens constantes na Nota Fiscal, (fls.30). Execução do contrato com alterações de objeto previamente licitado/aderido e contratado e não decorrentes de melhor adequação técnica. Nota Fiscal incompatível com a realidade do objeto executado. Não há um representante formal responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

Constatação 24.7. Solicitação antecipada do pagamento total da obrigação antes do objeto ter sido prestado de forma integral.

Constatação 24.8. Procedimento para o recebimento do objeto eivado de vícios: Não há comissão mínima de três pessoas para conferência e recebimento do objeto. Houve atesto de recebimento na Nota Fiscal, sem, contudo haver compatibilidade do objeto EFETIVAMENTE executado.

Recomendações:





Recomendação à Administração - 24.1.1. Atendem os Agentes Públicos responsáveis pela efetivação dos termos da Portaria Normativa SLTI/MPOG N° 05 de 19 de dezembro de 2002., no âmbito da Administração pelo cumprimento das determinações jurídicas ali contidas. Informamos por dever de ofício, que os próximos processos enviados para a nossa análise técnica sem a devida CONFORMIDADE PROCESSUAL relacionada ao atendimento das exigências expressas na norma citada, serão devolvidos em ato contínuo aos respectivos setores demandantes sem a análise solicitada afim de que sejam aplicadas as requisições legais ora vigentes.

Recomendação à Administração - 24.2.1. Atente para o devido PLANEJAMENTO de compras, justificando legalmente suas reais necessidades e a compatibilidade do objeto a ser adquirido com a adesão ao respectivo Registro de Preços.

Recomendação à Administração - 24.2.2. Observar criteriosamente o Art. 8º, caput, do Decreto n° 3.931/01, no que tange a comprovação da vantajosidade nos próximos processos de Adesão. Ou seja, as cotações de preços deverão ser efetuadas antes da Adesão propriamente dita, pois fazer cotação após a Adesão é procedimento irrelevante quanto ao impacto na tomada de decisão, servindo apenas para formalizar o processo, e, ainda, suscita a hipótese de haver colúio entre as empresas e a Administração. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da Legalidade, da Isonomia e Economicidade, dentre outros.

Recomendação à Administração - 24.2.3. A cotação de preços deve ser feita pelo setor competente, ou seja, o Setor de Compras. Observar o Art. 80 da Resolução N° 02 de 28 de março de 2011 – Regimento Geral do IFAM. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da Legalidade, Economicidade e da Isonomia, dentre outros.

Recomendação à Administração - 24.3.1. Atente para o devido PLANEJAMENTO de compras, justificando suas reais necessidades no Termo de Referência, apresentando precisão na descrição do Objeto. Nesse sentido, destacamos decisão exarada pelo TCU:

“Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei no 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto no 3.555/2000.” (O grifo foi nosso) Acórdão 531/2007 Plenário

Recomendação à Administração - 24.3.2. Observar criteriosamente o Art. 9º do Decreto n° 3.931/01 c/c art. 9º, I, § 2º do Decreto n° 5.450/05, no que tange a elaboração adequada do Termo de Referência. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da Legalidade, Economicidade e da Isonomia, dentre outros.

Recomendação à Administração - 24.3.3. Segue modelo de Termo de Referência, anexo, conforme os padrões de formatação do TCU. Além desse modelo, vários outros poderão ser encontrados na publicação “Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU – 4º Edição – Revista, atualizada e ampliada”, disponível no sítio: [portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/.../licitacoes\\_contratos](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/.../licitacoes_contratos). Sobre o Termo de Referência, observar a página 872 do referido documento. É importante que o Gestor busque se capacitar por meio de programas de treinamento e estando em processo contínuo de capacitação, para que não ocorra esse tipo de inadequação administrativa.

Recomendação à Administração - 24.4.1. Observar o Art. 38, VI, Parágrafo Único da Lei n° 8.666/93, no que tange a necessidade de manifestação jurídica sobre a legalidade do contrato e suas especificações. Procedimento esse utilizado como controle prévio de



legalidade que auxilia o gestor na tomada de decisão. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da legalidade, Economicidade e da Isonomia, dentre outros.

Recomendação à Administração - 24.5.1. Observar o Art. 38, VI, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93, no que tange a necessidade de Parecer Técnico nos procedimentos licitatórios. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da legalidade, Economicidade e da Isonomia, dentre outros.

Recomendação à Administração - 24.5.2. Devido à especificidade técnica do material adquirido, necessário se faz que o Gestor e o setor de compras atuem baseados nas orientações do Setor de Comunicação deste IFAM. Por se tratar de material de divulgação de cursos, a competência de análise está inserida no rol de atribuições do art. 47 e 48 da Resolução Nº 02 de 28 de março de 2011 – Regimento Geral do IFAM. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da Eficiência, Economicidade, dentre outros.

Recomendação à Administração - 24.5.3. Que o planejamento e as estratégias de implementação de ações de divulgação dos cursos do IFAM sejam feitos de forma PADRONIZADA pelo Setor de Comunicação, respeitando assim a segregação de funções estabelecida pela Resolução Nº 02 de 28 de março de 2011 – Regimento Geral do IFAM. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da Eficiência, Economicidade, dentre outros.

Recomendação à Administração - 24.5.4. Essa constatação tem relação direta com a constatação 24.3 deste Relatório, visto que a Elaboração do Termo de Referência é consubstanciada em especificações técnicas. Portanto, mais um motivo para que o Gestor e o Setor de Compras atuem conjuntamente com o Setor de Comunicação quando o objeto se tratar de material gráfico/divulgação, pois pressupõe-se que quando se tratar desse tipo de aquisição a competência técnica é de responsabilidade da Comunicação.

Recomendação à Administração - 24.6.1. Executar os próximos contratos, conforme o estabelecido previamente. Atentando para os artigos 66 e seguintes da Lei nº 8.666/93. Orientamos tal procedimento para que o gestor fique isento do risco de ser responsabilizado por ferir o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da Isonomia, dentre outros. Nesse sentido, destacamos o Art. 66 da Lei nº 8.666/93:

Recomendação à Administração - 24.6.2. Efetuar o pagamento à empresa, apenas no que lhe couber, ou seja, consoante à comprovação do material realmente entregue à Administração.

(...) A não comprovação da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, e o descumprimento de cláusulas contratuais podem motivar a rescisão contratual, a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração e a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, mas não a retenção do pagamento.

Não há fundamento legal para que o pagamento dos serviços contratuais fique condicionado à comprovação da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social. A retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna (Superior Tribunal de Justiça, RMS 24953/CE, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, publicação: DJe 17/3/2008).

O contratado deve ser remunerado pelos serviços que efetivamente executou, sob pena de caracterizar enriquecimento sem causa da Administração, vedado pelo ordenamento jurídico (Acórdão 2.197/2009-TCU-Plenário). (Acórdão 964/2012 – Plenário) (grifo nosso).



Recomendação à Administração - 24.6.3. Designar uma Comissão de no mínimo 03 (três) servidores para efetuar o levantamento da quantidade de Apostilas, Pasta Canguru, e Bloco de Rascunho EFETIVAMENTE entregue à Administração do IFAM, gerando através desse trabalho comprovantes de entrega do material EFETIVO. Apenas após esse levantamento é que se deverá proceder com o pagamento devido à empresa. Nesse sentido, preceitua a legislação vigente, Lei nº 4.320/1964:

Recomendação à Administração - 24.6.4. Em paralelo a ação descrita na Recomendação 24.6.2, informar à empresa sobre sua responsabilidade quanto à declaração irregular prestada na Nota Fiscal nº 103 de 22 de junho de 2012, (fls. 30), visto que a empresa declarou em Nota Fiscal o objeto que não executou. Neste caso concreto, não há que se falar em prejuízos financeiros à Administração, pois o pagamento referente à NF 103 ainda não foi efetivado. No entanto, quanto a QUALIDADE das amostras, (fls. 119 e 121) e (fls.131 e 137) dos documentos apensos a este relatório, verificam-se especificações diferentes das contratadas, (fls. 32 e 34) do processo principal, desta forma a empresa deverá adequar seus valores aos preços de mercado, (fls. 126 e 128) dos documentos apensos a este relatório, conforme o material EFETIVAMENTE entregue à Administração. Havendo comprovação de prejuízo à Administração, a Empresa, garantida sua prévia defesa, responderá nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666/93 pelos ilícitos cometidos. Nesse sentido há decisão exarada pelo TCU:

O contratado e responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, nos termos do art. 70 da Lei no 8.666/1993. Acórdão 437/2009 Plenário (Sumário)

Recomendação à Administração - 24.7.1. Atentar para a decisão do TCU.

É vedada antecipação de pagamentos, salvoem caráter excepcional, se vantajosa para a administração e mediante garantias.Acórdão 77/2007 Plenário (Sumário) (grifo nosso)

Recomendação à Administração - 24.8.1. Atentar para as decisões do TCU.

Atente, nas aquisições com valor superior ao estabelecido para a modalidade “convite”, para a obrigação de designar comissão, composta por, no mínimo, três membros, para o recebimento e conferência da quantidade e qualidade dos objetos licitados, consoante disposto no art. 15, § 8º, da Lei no 8.666/1993. Realize o recebimento de equipamentos de grande vulto mediante termo circunstanciado, de acordo com o mandamento do art. 73, § 1º, da Lei no 8.666/1993.Acórdão 1292/2003 Plenário

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao principio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei no 8.666/1993.Acórdão 932/2008 Plenário

Abstenha-se de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao principio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei no 8.666/1993.Acórdão 3894/2009 Primeira Câmara

- Em decorrência das CONSTATAÇÕES consubstancialmente apresentadas no bojo do Relatório Técnico conforme a seguir: Constatação 24.1., Constatação 24.2., Constatação 24.3., Constatação 24.4., Constatação 24.5., Constatação 24.6., e Constatação 24.8., RECOMENDAMOS a instalação de procedimento de sindicância com natureza investigativa em respeito ao Art. 143 da Lei 8.112/90., com a finalidade de que se promova a apuração de RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA.



- Quanto ao pagamento a ser realizado a empresa M & T Comércio e Serviços Gráficos Ltda., no valor de R\$ 171.305,00 (Cento e setenta e um mil trezentos e cinco reais), conforme consta no processo de pagamento as diretrizes a serem adotadas pela Administração são as seguintes:

a) Não restou comprovada a entrega efetiva dos materiais: Folder, Panfletos e Cartazes, não havendo comprovantes consistentes para que se proceda com o pagamento pelos itens mencionados, conforme narrado nos parágrafos 17 e 18, (fls. 08) e, ainda, em observância a Constatação 24.6 (fls. 14), todos deste relatório;

b) A quantia requerida, através da Nota Fiscal N° 103, referente ao Folder, Panfletos e Cartazes, equivale a um total de R\$ 43.800,00 (Quarenta e três mil e oitocentos reais), que deverá ser liquidada se:

i. A empresa comprovar a entrega EFETIVA dos mesmos à Administração. Por meio de referências de produção, tais como: data, período, arte utilizada, lote de envio, quantidade por lote e qualidade do material;

ii. A empresa também deverá adequar seus preços aos praticados pelo mercado, conforme apontam os orçamentos constantes nas (fls. 126 a 128) dos documentos apensos a este relatório.

c) Quanto as Apostilas, Pasta Canguru, e Bloco de Rascunho, há indícios substanciais referentes à entrega dos mesmos à Administração, no entanto não há consistência processual para se afirmar a quantidade exata entregue. Dessa forma, Recomendamos à Administração designar uma Comissão de no mínimo 03 (três) servidores para efetuar o levantamento da quantidade REAL desses itens entregues ao IFAM, gerando através desse trabalho comprovantes de entrega a serem utilizados no procedimento de liquidação do valor a ser pago;

d) Após comprovada a entrega efetiva do objeto, caso a Administração se digne a atender às nossas Recomendações, efetuar o PAGAMENTO imediato à empresa, solicitando fatura com os devidos ajustes aos preços de mercado, conforme apontam os orçamentos constantes nas (fls. 126 a 128) dos documentos apensos a este relatório;

e) Informamos que tais procedimentos estão de acordo com artigos 62 e 63 da Lei 4.320 de 1964, que norteiam o adequado processo de liquidação e pagamento devido à empresa;

f) Havendo comprovação de prejuízo à Administração, a Empresa, garantida sua prévia defesa, responderá nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666/93 pelos ilícitos cometidos.

### ***10.2.3 Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência***

QUADRO 56 – CONTROLE DE RECOMENDAÇÕES

	Recomendações feitas	Recomendações implementadas
Relatório n° 001	09	09
Relatório n° 002	20	00
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>09</b>

Da análise do quadro, informamos que quanto as Recomendações feitas no Relatório n° 002, das 20 (vinte) Recomendações, 18 (dezoito) são de caráter orientativo a serem aplicadas em longo prazo por toda a Administração, como pode ser observado no item “b” deste questionário.



Sendo assim, são duas as Recomendações do Relatório nº 002 que possuem teor prático imediato de aplicação, de modo que ainda não foram executadas pela alta Administração: quais sejam, a apuração de responsabilidade, e a apuração dos serviços efetivamente prestados pela Empresa e conseqüentemente o pagamento a ser realizado.

#### ***10.2.4 Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria federal de controle interno do IFAM***

A Auditoria do IFAM, em suas atividades de assessoramento da alta gestão, emite as suas recomendações por meio de expedientes administrativos denominados Relatórios de Auditoria, Notas Técnicas, Pareceres e Despachos.

O acompanhamento gerencial da implementação dessas recomendações é feito por meio de memorando expedido, pela Unidade de Auditoria de Controle Interno, àqueles agente públicos com competência legal para executar as recomendações provenientes da realização de nossas manifestações técnicas.

Posteriormente, todas as anotações de acompanhamento são tabeladas em uma planilha de monitoramento.

#### ***10.2.5 Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna***

Com relação aos trabalhos de auditoria que resultam em economia ao erário, há sistematicamente a apuração dos valores economizados em cada trabalho realizado, e os mesmos são evidenciados nos próprios relatórios produzidos em decorrência de cada atividade.

Com relação aos trabalhos realizados que resultam em manifestações de natureza quantitativa, informamos que ainda não há mecanismo de controle e acompanhamento, no entanto, estamos pleiteando da Administração à compra ou desenvolvimento de um software de auditoria que suprirá tal deficiência.

#### ***10.2.6 Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações***

Com relação à certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações exaradas pela AUDIN, essa se dá por meio de expedientes internos assinados pelo Agente Público responsável pela ação a ser executada.

Já quanto à aceitação dos riscos por parte da gestão não existem até o momento no âmbito dessa Unidade, ações assumidas pelos gestores da autarquia que contrariem recomendações/orientações do órgão de controle interno do IFAM.

Também está em curso no IFAM um processo de aprimoramento e avaliação contínua do desempenho de cada trabalho desenvolvido pelos setores dessa Unidade de Ensino. De certa forma, a Gestão tem se mostrado sensível quando por meio dos documentos



provenientes dessa Unidade de Controle os mesmos identificam e apresentam as fragilidades do sistema que são constatadas através dos trabalhos de auditoria.

**10.2.7 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre os riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna**

Não existem até o momento no âmbito dessa Unidade, ações assumidas pelos gestores da autarquia que contrariem recomendações/orientações do órgão de controle interno do IFAM. Todas as decisões de grande vulto que atinjam como um todo os destinos da organização, perpassam, por força do próprio estatuto da IFE, por seu Conselho Superior que engloba diversos seguimentos do órgão.

**10.3 Declaração de bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

Este item tem como objetivo apresentar informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento do IFAM referente à entrega da declaração de bens e rendas por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

**10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93**

QUADRO 57 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	295	0	0
	Entregaram a DBR	279	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: CGGP/DGP - 2012



### 10.3.2 *Análise Crítica*

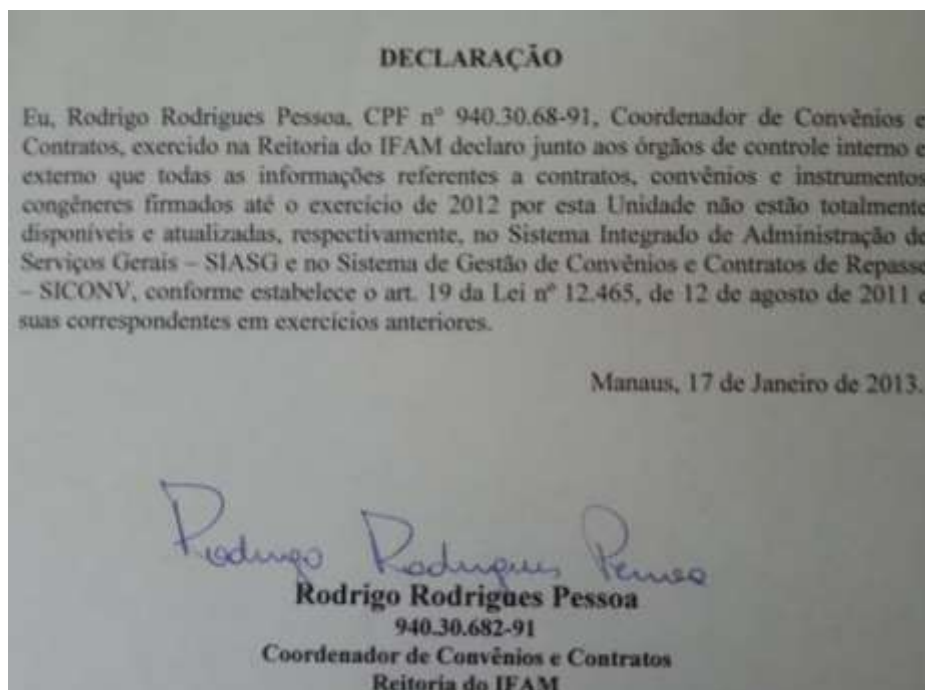
O IFAM adota como procedimento exigir quando do ingresso ou aposentadoria do servidor a apresentação da última Declaração de Bens e Renda na data da posse. Portanto, todos os servidores que foram nomeados no exercício de 2012, entregaram cópia da declaração.

A Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, é o setor responsável pela recepção, guarda e acompanhamento da apresentação ou não das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda, em papel, de todos os servidores não havendo, no entanto, sistema informatizado para esse gerenciamento, nem sistemática de autorização eletrônica.

Não cabe à DGP a realização de análise da Declaração de Bens e Renda apresentada pelos servidores no momento do ingresso ou da aposentadoria, com o intuito de verificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, visto que esta não é uma atribuição regimental. Ainda no que se refere a não apresentação da declaração por parte dos servidores, cabe à DGP exigir dos mesmos a justificativa pela não apresentação.

### 10.4 **Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

Abaixo se encontra declaração de que a totalidade dos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres tem seus dados inseridos e atualizados nos bancos de dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.





## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar informações quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis elaboradas pelo IFAM.

O Instituto informa ter ciência de que a reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão foram instituídas para a Administração direta e indireta a contar de 2012, no entanto ainda não possui sistema paralelo para efetuar os cálculos de reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

### 4.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

#### 4.2.1 Declaração com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UJ	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-IFAM		158142	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a: a) Relatório Mensal da Movimentação do Ativo Circulante; b) Relatório Mensal de Bens Móveis; c) A responsabilidade pela Conformidade Contábil dos campi IFAM CAMPUS TABATINGA, bem como IFAM CAMPUS LÁBREA.  Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Manaus/AM	Data	25 de janeiro de 2013
Contador Responsável	Anderson Carlos Lima Bentes	CRC nº	AM/013722

Anderson Carlos Lima Bentes  
Contador  
CRC-AM nº 013722P-8





## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Neste capítulo estão apresentadas informações sobre as principais ações das Pró-Reitorias ligadas às atividades fim do Instituto: ensino, pesquisa e extensão.

### 12.1 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

#### 12.1.1 Programas de Iniciação Científica- 2012 Financiamento: CNPq, FAPEAM, IFAM

##### QUADRO 58 – PROGRAMAS PPGI

<p><b>1. PIBITI/CNPq - Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação</b> O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;</li><li>• Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País, e</li><li>• Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.</li></ul>
<p><b>2. PIBIC/CNPq – Programa de Bolsas de Iniciação Científica</b> O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de IC é concedida diretamente às instituições, estas são responsáveis pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.</p>
<p><b>3. PIBIC EM/CNPq – Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio</b> O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC- EM) visa o desenvolvimento de projetos de educação científica com estudantes do Ensino Médio, fortalecendo o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos e desenvolvendo atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.</p>
<p><b>4. PAIC/FAPEAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica</b> O programa consiste em apoiar, com recursos financeiros e bolsas institucionais, estudantes de graduação interessados no desenvolvimento de pesquisa em instituições públicas e privadas do Amazonas.</p>
<p><b>5. PIBIC JR/FAPEAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio Técnico</b> O programa consiste em apoiar, com recursos financeiros e bolsas institucionais, estudantes de ensino médio e técnico no desenvolvimento de pesquisa em instituições públicas e privadas do Amazonas.</p>
<p><b>6. PIBIC/IFAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica</b> O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino de Graduação (PAIC-IFAM) visa o desenvolvimento de projetos científicos tecnológicos aprovados pela Diretoria/Coordenação de Pesquisa de seu Campus com estudantes do Ensino de Graduação e não obtiveram bolsas de órgãos de fomento como FAPEAM e CNPq. Assim a instituição fortalece o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos e desenvolve atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes.</p>
<p><b>7. PIBICJR/IFAM – Programa de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio e Técnico</b> O PIBIC-IFAM visa o desenvolvimento de projetos científicos tecnológicos aprovados pela Diretoria/Coordenação de Pesquisa de seu Campus com estudantes do Ensino médio que não obtiveram bolsas de órgãos de fomento como FAPEAM e CNPq.</p>



QUADRO 59 – DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS DOS PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR CAMPUS DO IFAM

CAMPUS	FAPEAM		CNPq			IFAM		TOTAL BOLSAS
	PAIC	PIBIC Jr	PIBIC	PIBIT	PIBIC EM	PAIC	PIBIC Jr	
CMC	18	1	2	1	3	2	3	30
CMZL	8	20			2		10	40
CMDI	8	7					-	15
CC		10			3		4	17
CL		10			7		4	21
CM		5			4		22	31
CP		5	1	1	3		4	14
CPF		5			4		-	9
CSGC		20					-	20
CT		5			4		-	9
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>88</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>47</b>	<b>206</b>

O número de bolsas corresponde o número de projetos de pesquisa, portanto, 206 projetos (um por aluno) e 119 docentes.

### 12.1.2 Programa de Auxílio aos Projetos de Iniciação Científica - Custeio

Auxílio ao custeio de projetos de pesquisa com bolsas para alunos da graduação e médio/técnico concedido pelo CNPq e pelo IFAM, visando o objetivo estratégico definido pela instituição para **Consolidar Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica** e o apoio no sentido de descentralizar recurso financeiro para cada campus é a principal ação a fim de que possamos viabilizar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

Ressaltamos da ação, tendo em vista, que é política institucional, promover educação pública com qualidade e excelência em todos os níveis e modalidade de ensino, como uma das formas de incentivar a fixação do pesquisador docente nos campi, principalmente do interior do Amazonas.

Informamos que os valores especificados por campus na tabela anexa referem-se a:

1. 40% do valor anual de bolsa recebida para cada aluno que executa um projeto do programa PIBIC-Jr IFAM e PIBIC EM (R\$ 480,00 por projeto);
2. 20% do valor anual de bolsa recebida para cada aluno que executa um projeto do PIBIC CNPq, PIBITI CNPq e PAIC IFAM (R\$ 864,00 por projeto).

QUADRO 60 – AUXÍLIO AOS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Item	Programas	Nº	UNIT/projeto - R\$	Total – R\$
01	Projetos PIBIC Jr IFAM	47	480,00	22.560,00
02	Projetos PIBIC EM CNPq	30	480,00	14.400,00
03	Projetos PIBITI CNPq	02	864,00	1.728,00
04	Projetos PIBIC CNPq	03	864,00	2.592,00
05	Projetos PAIC IFAM	02	864,00	1.728,00
<b>TOTAL</b>				<b>43.008,00</b>



QUADOR 61 – AUXÍLIO AOS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 2

CAMPUS	NÚMERO DE BOLSAS	VALOR (R\$)
MANAUS CENTRO	PIBITI CNPq - 01	7.200,00
	PIBIC CNPq - 02	
	PAIC IFAM - 02	
	PIBIC JR IFAM - 03	
	PIBIC EM CNPq - 03	
PARINTINS	PIBITI CNPq - 01	5.088,00
	PIBIC CNPq - 01	
	PIBIC EM CNPq - 03	
	PIBIC JR IFAM - 04	
MAUÉS	PIBIC EM CNPq - 04	12.480,00
	PIBIC JR IFAM - 22	
COARI	PIBIC EM CNPq - 03	3.360,00
	PIBIC JR IFAM - 04	
CMZL	PIBIC EM CNPq - 02	5.760,00
	PIBIC JR IFAM - 10	
LABREA	PIBIC EM CNPq - 07	5.280,00
	PIBIC JR IFAM - 04	
PRESIDENTE FIGUEIREDO	PIBIC EM CNPq - 04	1.920,00
TABATINGA	PIBIC EM CNPq - 04	1.920,00
<b>TOTAL</b>		<b>43.008,00</b>

**12.1.3 Projetos de Pesquisa Desenvolvidos no IFAM 2012/2013 que não estão inclusos nos Programas de Iniciação Científica**

1. Infraestrutura de suporte de informática aos grupos de pesquisa do CEFET-AM. (MCT/FINEP/INFRA-ESTRUTURA - EDITAL 001/2005);

2. Pólo de Pesquisa, Desenvolvimento e Análise em Nanotecnologia de Materiais e Tecnologia de Processos de Soldagem SMT. (MCT/FINEP/INFRA-ESTRUTURA – EDITAL 001/2008);

3. Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Processos para a Bio-Indústria. (MCT/FINEP/INFRA-ESTRUTURA - EDITAL 001/2010);

4. Monitoramento e Pesquisa de Fenômenos Meteorológicos Extremos na Amazônia: segunda fase – REMAM- 2: Meta 4 - Modelagem Numérica de Previsão de Tempo – CENSIPAM/IFAM – Financiamento FINEP;

5. As Plantas Medicinais Utilizadas e Cultivadas na Casa de Apoio a Saúde do Índio de São Gabriel da Cachoeira-AM, financiamento CNPq;

6. Gestão Ambiental de Processos de Produção do IFAM, financiamento IFAM;

7. Gestão de Qualidade para melhoria de Processos Internos do IFAM, financiamento IFAM

8. Inter-relação entre aspectos estruturais e a microbiótica fúngica endofítica nas folhas de plantas utilizadas na medicina popular, financiamento IFAM;



9. Padrões de uso de solo nos anos 2002 e 2012 e sua relação na estruturação das comunidades de peixes de Igarapé de Presidente Figueiredo, financiamento IFAM;

10. Preferência alimentar de pescado na alimentação dos moradores de Presidente Figueiredo, financiamento IFAM;

11. Geoprocessamento aplicado ao diagnóstico do uso e cobertura da Terra no trecho inicial da rodovia Transamazônica (BR-230) no município de Lábrea-Amazonas, financiamento IFAM;

12. Estudo da qualidade da água de Coari-AM através de análise físico-químicas e microbiológicas e correlação com doenças causadas por vias hídricas, financiamento IFAM;

13. Autômato Celular: Um estudo do fluxo dos Rios Amazônicos, financiamento IFAM;

14. Caracterização de ligas semicondutoras nanoestruturadas obtidas por síntese mecânica, financiamento IFAM;

#### ***12.1.4 Lançamento do Edital do Programa de Incentivo à Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica (PI-IPCIT)***

O Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica (PI-IPCIT) do IFAM está focado no apoio aos projetos de pesquisa e aos servidores interessados no desenvolvimento de Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica.

O investimento total do PCIT é de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) financiados pelo IFAM (Rubrica 3.3.3.9.0.20.00), no período de 2012-2013. O recurso visa fomentar projetos de pesquisa, com base nos critérios de seleção estabelecidos neste Edital.

#### ***12.1.5 Apoio, Promoção e Participação em Evento Científico***

- Financiamento dos planos de trabalhos para a realização da 9ª Semana de Ciência e Tecnologia nos campi do IFAM.

Com o tema principal “**Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza**”, a 9ª Semana de Ciência e Tecnologia objetiva principalmente mobilizar a servidores em especial docentes e discentes, em torno de temas e atividades de Ciência e Tecnologia, valorizando criatividade, a atitude científica e a inovação.

No IFAM a 9ª SNCT além de discutir os temas proposto tem como objetivo apresentar trabalhos técnico-científicos desenvolvidos em cada Campus, incentivar a formação de profissionais na área para pesquisa e extensão, promover o intercâmbio técnico-científico-cultural entre profissionais e a população possibilitando o conhecimento e a discussão dos resultados, a relevância e o impacto da aplicação das pesquisas científicas e tecnológicas na região.

- Seminário: Pesquisa aplicada e inovação como processo de desenvolvimento regional



A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão promoveram o Seminário de Pesquisa Aplicada e Inovação Tecnológica com Processo de Desenvolvimento Regional, nos dias 22 e 23.11.2012.

O objetivo do evento foi disseminar a cultura da pesquisa aplicada e da inovação aos pesquisadores, professores e alunos do IFAM, com foco no desenvolvimento de conhecimento específico sobre o tema, que é um desafio para os Institutos Federais, imposto pela a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que os criou.

O evento constou de mostras de trabalhos de pesquisa, exposições, palestras e mesa redonda com a participação de todos os campi do IFAM, empresas do PI e Instituições de Ensino Superior da Cidade de Manaus.

O Financiamento se deu com a descentralização de recurso financeiro para compra de passagens e diárias para alunos pesquisadores, orientadores/pesquisadores e do coordenador de pesquisa dos campi do IFAM localizados no interior do Amazonas para a participação no seminário.

- Participação de Alunos da iniciação científica com trabalho aceito no VII Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica-CONNEPI 2012.

O Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI 2012) é um evento anual promovido pela Rede Norte Nordeste de Educação Profissional e Tecnológica e pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação. Reconhecendo a importância do evento na consolidação da pesquisa e da publicação científica no IFAM, a participação dos docentes e discentes foi programada no Plano de Ação/2012 da PRPPGI.

Ao longo dos anos, o CONNEPI tornou-se um dos mais importantes eventos científicos da rede de educação tecnológica. O CONNEPI tem como público alvo professores, pesquisadores e estudantes da Rede Norte Nordeste de Educação Profissional e Tecnológica e áreas afins que pertençam principalmente as Instituições pertencentes ao Sistema de Educação Profissional e Tecnológica das Regiões Norte e Nordeste. A 7ª edição ocorrerá em Palmas TO no Instituto Federal de Tocantins -TO, no período de 19/10 a 21.10.2012.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM através da Pro-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação vem trabalhando no sentido de estimular a participação de bolsistas e professores orientadores no desenvolvimento de pesquisas, publicação e participação em eventos científicos em todos os *Campi* do IFAM. Ao longo de 4 anos observamos uma crescente participação dos nossos alunos e professores na submissão e aprovação de trabalhos em eventos científicos. Passamos de 12 artigos oriundos de projetos de Iniciação Científica em 2008, para 44 artigos no V CONNEPI em 2010 e 47 em 2011 e 41 artigos em 2012. Todos os trabalhos aceitos no evento são publicados em seus anais, porém, a publicação está condicionada a participação do professor e/ ou do aluno. Razão pela qual esta PRPPGI trabalha como uma das principais metas em seu plano de ação 2012.

- Participação de docentes orientadores da iniciação científica com trabalho aceito no VII Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica-CONNEPI 2012.



QUADRO 62 – LISTA DE DOCENTES

QTD.	TÍTULO DO TRABALHO	APRESENTADOR
1	A qualidade da água nas comunidades rurais de Aninga e Parananema, no município de Parintins	Vera Lúcia da Silva
2	Levantamento dos Principais Fungos Fitopatogênicos Presentes na Cultura de Alface (Lactuca sativa .L) no município de Parintins/Am	Alber Sousa Campos
3	As benzedeadas do Amazonas: a atualidade da cura popular na cidade de Parintins	Deilson do Carmo Trindade
4	Ciência no Brasil: Ontem E Hoje	Ana Cláudia Ribeiro de Souza
5	Uirapuru – Uma Visão Interdisciplinar do Ensino de Ciências na Amazônia	Edson Valente Chaves
6	Sensores de Imagem Digitais CCD e CMOS	Jorge Alexander Sosa Cardoza
7	Projeto Banheiro: Nossa Dança, Nossa Cultura	Rubia Maria Farias Cavalcante

#### 12.1.6 Aprovação junto ao CONSUP dos seguintes Regimentos

- O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPESH do IFAM.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPESH é um colegiado interdisciplinar e independente, com “*múnus público*”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, estabelecidos nas Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa envolvendo Seres Humanos – Resolução n.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde - CNS/MS.

- O Comitê de Ética em Pesquisa Uso de Animais - CEUA do IFAM.

O Comitê de Ética no uso de Animal do IFAM - CEUA/IFAM é um órgão colegiado independente, de natureza técnico-científico-pedagógico, de caráter consultivo, deliberativo e educativo vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PRPPGI, a qual serão submetidos todos os planos de ensino e/ou projetos que utilizem animais em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- Revista Igapó

Publicação da Revista Igapó edições especiais 1 e 2 com artigos que são resultados de trabalhos de pesquisa de iniciação científica realizadas no IFAM por alunos orientados por professores dos campos de Parintins, Lábrea, Maués, Coari, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Manaus Zona leste e Manaus Centro.

Publicação da Revista Igapó edições números 5 e 5.2 com artigos de professores, pesquisadores e alunos do IFAM e de diversas instituições de ensino do País.



## 12.2 Pró-Reitoria de Extensão

As ações de Extensão, de natureza essencialmente plural e coletiva envolvem todas as categorias de servidores deste Instituto Federal e prioritariamente os alunos, os quais, na vivência do conjunto das práticas extensionistas têm a oportunidade valiosa de dialogar com os diversos segmentos sociais em ações étnicas, sociais, culturais e econômicas. A riqueza da vivência destas ações leva a internalização de valores numa troca enriquecedora, onde se exercitam várias capacidades como entre outras as de ouvir, perceber, compreender, aprender, formular, processar ideias e conceitos.

Neste relatório, comparativamente aos anos anteriores, observamos a intensificação das atividades extensionistas do IFAM nos *campi*, com o engajamento, cada vez maior, dos setores de extensão buscando parcerias, executando projetos, levando oportunidades às comunidades.

A Pró-Reitoria de Extensão, responsável pelo planejamento da política de extensão, acompanhamento do desenvolvimento, e avaliação das atividades ligadas à extensão, à integração e ao intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, observou em 2012, o crescimento de um sólido e intenso trabalho de integração do IFAM com as empresas regionais, outras instituições de ensino, órgãos públicos, além das relações internacionais, para que a Instituição possa constituir-se num polo de referência em Educação Profissional e Tecnológica no Estado.

A seguir apresentamos as mais relevantes atividades de extensão realizadas em 2012:

O Programa de Incentivo ao Desenvolvimento de Programas e Projetos de Extensão concedeu 35 (trinta e cinco) bolsas, através de Edital, para estudantes de nível superior e médio, distribuídas entre os dez Campi. Foram inscritos 37 projetos, 29 selecionados pela Comissão de Avaliação de Projetos. Desses, foram selecionados 30 bolsistas, sendo 8 do Ensino Superior e 22 do Ensino Técnico de Nível Médio. Os recursos, do orçamento institucional destinado à PROEX, para custear as bolsas de extensão, foram descentralizados aos Campi, no valor de R\$ 87.360,00 (Oitenta e Sete Mil, Trezentos e Sessenta Reais), assim distribuídos: Bolsas para alunos do Ensino Técnico de Nível Médio R\$ 52.800,00 (Cinquenta e Dois Mil e Oitocentos Reais) e Bolsas para alunos do Ensino Superior, no valor de R\$ 34.560,00 (Trinta e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta Reais) mais R\$11.600,00 (Onze Mil e Seiscentos Reais), referente a Auxílio Financeiro aos Projetos, no valor unitário de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais), totalizando R\$98.960,00. Os resultados do Programa foram 22 projetos concluídos e 24 bolsistas. Os trabalhos foram defendidos durante o Seminário de Extensão, nos dias 22 e 23/11/2012.

O Incentivo à participação discente no II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT), no período de 28/05 a 01/06/12, em Santa Catarina, totalizou o valor de R\$ 152.690,00 (Cento e Cinquenta e Dois Reais, Seiscentos e Noventa Reais) sendo que R\$100.000,00 (Cem Mil) foram objeto de projeto desenvolvido junto à SETEC e o restante foi contrapartida do IFAM/Proex. Participaram do evento, 37 estudantes dos Campi da Capital e Interior, que apresentaram e divulgaram as diversas atividades tais como: Painéis Temáticos, Danças Regionais, Mostras de Entalhes de madeira, Mostra de Vídeos, Mostra de Robô Móvel e Pôsteres. Os estudantes também tiveram a oportunidade de participar da programação e trocar experiências e saberes com outros estudantes, nas diversas áreas do conhecimento, ao apreciarem a produtividade das outras Instituições de Ensino e demais órgãos presentes no II FMEPT.

Além dos alunos, a PROEX também proporcionou a participação de 27 professores-pesquisadores e técnico-administrativos, dos diversos Campi, para acompanhamento dos



trabalhos e dos próprios alunos durante o evento, no valor de R\$ 82.540,00 (Oitenta e Dois Mil, Quinhentos e Quarenta Reais), totalizando R\$ 235.230,60. A delegação do IFAM compôs-se de 54 pessoas.

-Realização do “I Seminário de Pesquisa Aplicada e Inovação Tecnológica como Processo de Desenvolvimento Regional”, nos dias 22 e 23.11.2012, no Campus Manaus Centro, numa parceria da Pró-Reitoria de Extensão com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação. O objetivo do evento foi disseminar a cultura da pesquisa aplicada, da inovação e da extensão tecnológica, aos pesquisadores, professores e alunos do IFAM e comunidade externa. Durante a programação foram realizadas várias atividades/ações, como 2 mesas redondas com os temas:

“Cenário para a Inovação Tecnológica”, contendo 4 Palestras: 1) A Política de Inovação Tecnológica no Estado do Amazonas; 2) O Novo Marco de Ciência e Tecnologia; 3) O Papel dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia frente a Lei da Inovação; e 4) A Extensão Tecnológica e a Pesquisa Aplicada na UTFPR, e “A importância da Propriedade Intelectual e da Inovação no Desenvolvimento Regional e Nacional”, contendo mais 4 Palestras: 1) A importância da Inovação e Propriedade Intelectual no âmbito das ICTs; 2) A Inovação Tecnológica e a Transferência de Tecnologia nas ICTs; 3) A Inovação Tecnológica e a Interação NIT e Incubadoras de Empresas para o Desenvolvimento da Região; e 4) Inovação Tecnológica: Interação Empresa e Academia para Transferência de Tecnologia”. Além das mesas redondas, durante os 02 dias de evento foram realizadas as seguintes ações: - “Mostra de Pôsteres de Projetos de Pesquisa e Extensão”; “Apresentações Oraís e Avaliação dos Projetos de Extensão”; “Encontro Gestores do Programa Mulheres Mil”; “V Encontro Regional do Núcleo de Formação Humana e Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura - NUPA Norte 1”; “Encontro de Gestores da Pesquisa”; “Feira de Integração Estágio e Emprego”; “Exposição de Projetos de Pesquisa e Extensão”; “Encontro de Gestores de Extensão do IFAM”; “Encontro de PESQUISADORES com EMPRESAS: Prospecção de Demandas e Ofertas Tecnológicas”; “Oficina I – Elaboração Projetos Científicos”; “Apresentação do Programa Ciência sem Fronteiras e Ações Internacionais do IFAM”; “Encontro com Grupos de Pesquisa IFAM”; “Oficina II - Perfil Profissional frente à Inovação Tecnológica”; “Oficina III - Elaboração de Plano de Negócio”; “Oficina IV - Redação de Artigos Científicos”; e apresentação cultura: “Coral do Campus Presidente Figueiredo”

Participaram do evento cerca de 620 pessoas, dentre pesquisadores, professores e estudantes dos diversos Câmpus da Capital e do Interior e outras IEs.

A Prática do Empreendedorismo tem se destacado em razão da falta de emprego e estágios nas empresas privadas. Neste sentido, e com vistas ao futuro dos alunos do IFAM, a PROEX conta com a Incubadora de Empresas – AYTY, que objetivando divulgar a cultura empreendedora obteve como resultados: Procura por Incubação: 19; Empresas Parceiras 15; Empresas Graduas 03; Empresas Associadas 02; Projetos 07; Cursos 04; Eventos 17;

A Formação Inicial e Continuada (cursos FIC) concretiza o compromisso do IFAM no desenvolvimento da região amazônica e redução da vulnerabilidade social, através da oferta de cursos de qualificação, requalificação, atualização e treinamento profissional que possibilite à geração de renda, empregabilidade, sustentabilidade familiar, inclusão social e digital. Em 2012, o IFAM realizou 246 Cursos, com um total de 9133 participantes certificados, com destaque para o Campus Manaus Centro e da parceria com a Empresa Petrobrás.

Com relação aos Programas Nacionais: o IFAM certificou 1.681 participantes de Cursos FIC e 1.088 concluintes do 1º Ano dos Cursos Técnicos Concomitantes, que em 2013, darão prosseguimento aos estudos pelo PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao





Ensino Técnico e Emprego), pelo Programa Mulheres Mil, realizado em 5 (cinco) campus, certificou 319 mulheres.

No Programa de Inclusão Digital, o TELECENTRO ministrou o curso de Informática Básica e Internet, com a carga horária de 40 horas para 337 (*Trezentas e Trinta e Sete*) pessoas.

O NUPA Norte 1- (Núcleo de Formação Humana e Pesquisa Aplicada em Pesca e Aqüicultura, Portos e Navegação) do IFAM possui 07 (sete) subnúcleos localizados nos Campi: Coari, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Maués, Tabatinga, Campus Presidente Figueiredo, Lábrea e Manaus Zona Leste. No ano de 2012, através da Pró-Reitoria de Extensão, o NUPA realizou vários eventos: V Encontro Regional NUPA Norte 01 e a I Semana de Pesca e Aqüicultura, no Campus Presidente Figueiredo; o II Seminário de Pesca e Aqüicultura de Parintins; I Semana de Pesca e Aqüicultura de São Gabriel da Cachoeira; o I Encontro de Pesca e Aqüicultura da Maués; Participou de várias ações voltadas para o tema, em especial o IV Encontro Nacional dos NUPAS, realizado em Foz do Iguaçu/RS. Realizou importante parceria com o Ministério da Integração Nacional com o objetivo de capacitação de pescadores captando recursos no montante de R\$1.900.000,00 (Hum milhão, novecentos mil reais), destinados a suprir o Projeto Formação de Recursos Humanos e Aquisição de Infraestrutura para fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca e Aqüicultura na Mesorregião do Alto Solimões, coordenado pelo Campus Tabatinga.

Projetos Realizados: - Caracterização da Piscicultura no Município de Tabatinga; Higiene e Qualidade sanitária na comercialização do pescado no Município de Tabatinga; Acompanhamento do ciclo produtivo de Tambaqui em viveiro escavado no município de Tabatinga; Diversidade e preferencia de pescado por consumidores de Tabatinga; Infraestrutura de apoio a comercialização de pescado em Tabatinga e Benjamim Constant; Formação de Recursos Humanos e Aquisição de Infra-Estrutura para Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca e Aqüicultura na Mesorregião do Alto Solimões; Relação Peso-Comprimento do Jaraqui Escama-Grossa (*Semaprochilodus insignis*) comercializado na Feira Municipal de Maués, Amazonas; Relação Peso-Comprimento do Jaraqui Escama-Fina (*Semaprochilodus taeniurus*) comercializado na Feira Municipal de Maués, Amazonas. Para estes projetos, o NUPA NORTE 1 contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e Pró-Reitoria de Pesquisa do IFAM. Cursos e outras Ações realizadas: - Minicurso de manejo participativo de quelônios (C/H 14 h, 60 pessoas capacitadas); Minicurso de Relações dos saberes dos povos ribeirinhos (C/H 8H, 30 pessoas capacitadas); Minicurso de Estatística básica aplicada a projetos científicos (C/H 14 h, 25 pessoas capacitadas); Oficina de Genética Aplicada (C/H 04, 30 pessoas capacitadas) e a SEMANA DE PESCA E PISCICULTURA DE MAUÉS (Participação de 380 pessoas).

O Programa Nacional de Certificação Profissional (CERTIFIC) foi implantado para atender as comunidades de trabalhadores da área da Pesca e Aqüicultura, que vivem em situação de vulnerabilidade social. Aderiram ao Programa CERTIFIC-PROEJAFIC o Campus Parintins-Am na área de Pesca e Aqüicultura, com o perfil profissional do Pescador Artesanal de Água Doce, visando certificar o total de 60 (sessenta) pescadores, tendo como parceiros a Prefeitura Municipal de Parintins e a Universidade Federal do Amazonas, resultando em 24 entrevistados; e o Campus Manaus Zona Leste, que realizou suas ações juntos aos trabalhadores das Feiras Municipais de Manaus, na mesma área de capacitação, mas com o perfil de Beneficiador de Pescado, num total de 60 (sessenta) feirantes, tendo como parceiros a Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino, com 16 participantes entrevistados. O Programa encontra-se em andamento.



O NAPNE- Núcleo de Atendimento a Pessoas com Deficiência do IFAM : deu continuidade ao Projeto Curupira, visando promover ações de acesso, e permanência de pessoas com deficiência. Em 2012, foram realizadas as seguintes ações: - Divulgação da produção científica através da publicação acadêmica: *Tabuada em Libras e Cartilhas do Direito no Trânsito para PCDs em diversas instituições externas e para a comunidade interna*. Realização de *Oficina de Construção de Materiais Didáticos Adaptados* no IFAM/Campus Manaus Centro para o público externo; - Promoção das relações entre sensação, percepção, motivação e conhecimento através da *Oficina Criativa de Artes* no IFAM/Campus Manaus Centro para o público externo.

Foram realizados ainda 15 (cursos) cursos de qualificação profissional, atendendo a 230 (Duzentas e Trinta) pessoas certificadas, das quais 188 (cento e oitenta e oito) são pessoas com deficiência.

Projetos de Voluntariado – durante o ano de 2012, servidores e alunos se dedicaram às atividades de palestras, oficinas de capacitação, orientação médica e de enfermagem, odontológica, psicológica, jurídica e lúdica em bairros carentes. Em média, temos em cada ação de voluntariado o envolvimento de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas, entre servidores, alunos do IFAM e comunitários voluntários, bem como instituições parceiras. Alguns desses projetos foram: *IFAM vai ao Bairro, CMDI Cidadão, Campanhas de Alimentos e Vestuários, Natal Solidário, realizados em vários campi do IFAM*, perfazendo um total de, aproximadamente, 2.500 pessoas atendidas.

No que tange às Relações do IFAM com o setor produtivo - foram realizados 109 (Cento e Nove) novas cooperações, que, somadas aos acordos que se encontram em vigor totalizam cerca de 450 (quatrocentas e cinquenta) empresas parcerias, para a efetivação de capacitação profissional, estágios, visitas técnicas, projetos de extensão, dentre outros procurando o fortalecimento das relações do IFAM com a sociedade no que concerne a responsabilidade social. O IFAM possui outros projetos em parceria com empresas visando o desenvolvimento regional e a preservação do meio ambiente: *Feira de Produtos Agropecuários e de Apoio a Agricultura Familiar – FEPAGRO; Centro Vocacional Tecnológico - CVT; PROMIMP (Programa de qualificação profissional para a cadeia produtiva de petróleo e gás)*. Com relação ainda ao CVT, em 2012 o IFAM participou de concorrência, via edital, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para a implantação de CVTs nos Campi Lábrea e Parintins, cujos projetos se encontram em andamento naquele Ministério e ocorreu implantação do CVT de São Gabriel da Cachoeira.

O Programa de Estágio Curricular e Visitas Técnicas obteve os seguintes resultados: - Alunos Encaminhados para Estágio: ±1200; Alunos Estagiários: ±1350; Alunos de PCCTs (projeto): ±113; Seminários de Orientação de Estágio (alunos): 10; Encontros com Supervisores e Avaliadores de Estágio: 12; Visitas Técnicas/Participantes: ±112/2850

O Acompanhamento de Egressos é realizado através de encontros, anualmente com os alunos dos cursos regulares e com os alunos dos cursos de qualificação profissional dos Programas de Inclusão do IFAM. O quantitativo de participantes variou de 80 (oitenta) a 300 (trezentos) egressos, por evento.

O objetivo de realização de projeto Observatório do Mundo do Trabalho, será transferido para 2013 por não ter sido possível contratação de empresa especializada para realização da pesquisa pelo IFAM.

Relações Internacionais - o Instituto, por meio da ARINT (Assessoria de Relações e Cooperação Internacional), procede à transferência de conhecimento e estabelece parcerias educacionais com outros países além de promover ainda a interação do IFAM com organismos e instituições de ensino internacionais visando apoiar e implementar acordos de



cooperação técnica, científica e cultural, objetivando o intercâmbio de estudantes e servidores e acolhendo alunos beneficiários desses acordos. No ano de 2012, foram celebrados 05 acordos de cooperação /convênios internacionais com Portugal: (Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Politécnico de Bragança) e com o Conselho Britânico (Inglaterra). Além disso, continuou-se o Programa de Mobilidade/Visitas: Projeto BRASIL-FRANÇA (Toulouse) na Área de Mecânica Automotiva, bem como a cooperação com Universidades Francesas para estágio de alunos franceses, e o Programa Fulbright (EUA) para estudantes e professores.

### **12.3 Pró-Reitoria de Ensino**

#### ***12.3.1 Escola Técnica Aberta do Brasil – e-TEC Brasil***

O Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil), no âmbito da política de expansão da educação profissional do IFAM, se consubstancia como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação da Secretaria de Educação a Distância e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo central do e-TEC Brasil no IFAM é possibilitar o acesso por parte das populações amazônicas aos cursos técnicos deste sistema de ensino, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio com uma formação profissional que os capacite a ingressar no mundo do trabalho. Desta feita, os seguintes Cursos de EaD foram ofertados nos municípios do Amazonas pela Rede e-Tec Brasil/IFAM no 1º semestre de 2012 em Manaus (*Campus Manaus Centro e Campus Manaus Zona Leste*), Iranduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Nhamundá, Parintins, Maués, Tefé, Eirunepé e Tabatinga: Técnico em Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Agropecuária, Técnico em Comércio, Técnico em Eventos, Técnico em Recursos Pesqueiros e Técnico em Redes de Computadores. No tocante ao 2º semestre de 2012 foram atendidos os municípios de Manaus (*Campus Manaus Centro e Secretaria Municipal de Manaus*), Rio Preto da Eva, Tefé e Eirunepé com os cursos: Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Infraestrutura e Técnico em Multimídia Didáticos.

#### ***12.3.2 Universidade Aberta do Brasil – UAB***

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, municípios e do Distrito Federal. O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades



públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades. O IFAM, na qualidade de Instituição Pública de Ensino Superior integrante do Sistema UAB, possui três cursos aprovados pela CAPES para a oferta na modalidade a distância: o Curso de Formação Pedagógica de Docentes, o Curso de Licenciatura em Física e o Curso de Especialização em Gestão Pública. Dentre os cursos citados, o único que está ativo é o de Formação Pedagógica com 104 cursistas. Os demais ainda estão em processo de articulação das ofertas para 2013 junto aos Polos de Apoio Presencial da UAB nos Estados do Amazonas e Roraima.

### ***12.3.3 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA***

Atendendo às diretrizes nacionais do programa, o PROEJA no IFAM pretende contribuir para a superação do atual quadro da educação brasileira, em particular no Amazonas, ao contribuir com oferta de cursos na perspectiva da integração da educação profissional à educação básica a partir de metodologia específica. Em 2012, o IFAM ofertou cursos de Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos *campi* Coari, Lábrea, Maués, Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga.

### ***12.3.4 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PAES)***

A Política de Assistência Estudantil do IFAM constitui-se em um dos pilares que vem atender o processo de consolidação da nova relação entre estrutura organizacional e gestão com bases inclusivas, tendo como um de seus instrumentos legais o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados na Rede Pública Federal de Educação ao dispor sobre a democratização das condições de acesso, permanência e êxito, bem como a redução das taxas de retenção e evasão.

### ***12.3.5 Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica e ao Emprego – PRONATEC***

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pela Lei 12.513/2011, tendo como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público, por meio da Educação Profissional, e ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional. Aos alunos é concedida uma Bolsa-Formação: a “Estudante” e a “Trabalhador”. Na Bolsa-Formação Estudante, os cursos técnicos partir de são destinados aos alunos das redes públicas de ensino médio com carga horária a partir de 800 horas. Já a Bolsa-Formação



Trabalhador oferece cursos de qualificação a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis.

### ***12.3.6 Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO)***

O Profucionário é um programa que visa ofertar a formação continuada de servidores das unidades de ensino de diferentes sistemas, formação esta compatível com a atividade que exerce na escola. No ano de 2012, o IFAM foram ofertou 1.000 vagas à comunidade, abrangendo os Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente na Modalidade de Educação a Distância em Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. As turmas atendidas compreenderam a capital do Amazonas (*Campus Manaus Centro do IFAM e as unidades escolares da Secretaria Municipal de Manaus*) e os municípios do Rio Preto da Eva, Eirunepé e Tefé.

### ***12.3.7 Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND)***

O PROLIND é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, estimulando o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais. O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas. No IFAM, está sendo ofertado no *Campus São Gabriel da Cachoeira* o Curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Rio Negro com Formação em Física para 45 professores indígenas em processo de formação da área. Dentre os grupos étnicos atendidos, estão: Tukano, Baniwa, Kuripako, Baré, Tariano, Dessano, Tuyuka, Yanomami, Werekena, Piratapuia, dentre outros.

### ***12.3.8 Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR)***

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica consiste no resultado da ação conjunta entre o Ministério da Educação, as instituições públicas de educação superior e as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios. No ano de 2012, o IFAM ofertou dez vagas para a primeira Licenciatura em Física, dez vagas para a primeira Licenciatura em Química, dez para a primeira Licenciatura em Matemática, dez para a primeira Licenciatura em Ciências Biológicas, trinta vagas para a segunda Licenciatura em Química e trinta vagas para a segunda Licenciatura em Ciências Biológicas.



### 13. INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. A seguir serão apresentados os indicadores solicitados pelo acórdão e suas respectivas análises.

QUADRO 63 – FÓRMULA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DO ACÓRDÃO TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\text{Relação Candidato / Vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$
	Relação Ingressos/Aluno	$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$
	Relação Concluintes/Aluno	$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes (Manhã, Tarde, Noite, Integral, Total)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\text{Índice} = \frac{\sum \text{N}^\circ \text{ de concluintes}}{\sum \text{N}^\circ \text{ de Ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\text{Índice} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos TOTAIS}} \times 100$
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\text{Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\text{Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)} = \frac{\text{Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos Totais}}$
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	$\frac{\text{Número de Alunos na Faixa}}{\text{Total de Alunos}} \times 100$
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\text{Índice} = \frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$



### 13.1 Relação Candidatos por Vaga

QUADRO 64 – RELAÇÃO CANDIDATOS POR VAGA

Campus	Vagas	Inscritos	Índice
Campus Manaus Centro	1.860	15.723	8,45
Campus Manaus Zona Leste	1.048	1.516	1,45
Campus São Gabriel da Cachoeira	325	1.082	3,33
Campus Lábrea	320	937	2,93
Campus Presidente Figueiredo	566	819	1,45
Campus Coari	242	440	1,82
Campus Manaus Distrito Industrial	210	175	0,83
Campus Tabatinga	590	1.751	2,97
Campus Parintins	0	0	
Campus Maués	380	859	2,26
<b>IFAM</b>	<b>5.541</b>	<b>23.302</b>	<b>4,21</b>

QUADRO 64.1 RELAÇÃO CANDIDATOS  
POR VAGA – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
7,19	4,40	5,27	4,21

No tocante aos índices da relação número de candidatos inscritos por vagas ofertadas para o ano letivo de 2012, observa-se que a demanda por escolarização no *Campus* Manaus Centro se mostra a mais elevada (8,45 candidatos por vaga) em contraposição à demanda numérica do *Campus* Manaus Distrito Industrial, com apenas 0,83 candidatos por vaga oferecida. Estes extremos contrapostos sinalizam a necessidade de redistribuição da disponibilidade de vagas para o ano letivo de 2013.

No tocante ao número geral do IFAM considera-se razoável o índice de 4,21 na relação candidato/vaga; contudo há de se considerar a discrepância de inscrições efetivadas no *Campus* Manaus Centro, a saber, 15.723 (quinze mil, setecentos e vinte e três) em comparação aos nove *campi* deste IF, que totaliza o número de 6.063. Em relação ao ano anterior, houve aumento na discrepância nesse item. Também em relação ao número de vagas disponibilizadas no referido *campus*, o de 1.860 (hum mil, oitocentos e sessenta) vagas contra 3.681 (três mil, seiscentos e oitenta e um) nos outros nove *campi*. Por fim, embora não conste no relatório do SISTEC, o Campus Parintins apresenta o número de 224 vagas e 461 inscritos para o ano de 2012, segundo o Q-Acadêmico (software responsável pelo controle acadêmico do IFAM).



### 13.2 Relação Ingressos x Alunos

QUADRO 65 – RELAÇÃO INGRESSOS X ALUNOS

Campus	Ingressantes	Matriculados	Índice
Campus Manaus Centro	1.761	7.043	25,0%
Campus Manaus Zona Leste	1.083	2.613	41,4%
Campus São Gabriel da Cachoeira	317	1.460	21,7%
Campus Lábrea	338	749	45,1%
Campus Presidente Figueiredo	485	953	50,9%
Campus Coari	262	1.241	21,1%
Campus Manaus Distrito Industrial	661	2.340	28,2%
Campus Tabatinga	571	1.118	51,1%
Campus Parintins	415	1.122	37,0%
Campus Maués	327	921	35,5%
<b>IFAM</b>	<b>6.220</b>	<b>19.560</b>	<b>31,8%</b>

QUADRO 65.1 – RELAÇÃO INGRESSOS X ALUNOS – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
33%	51,84%	29,01%	31,8%

Em 2012, houve um aumento significativo de alunos matriculados, totalizando 19.560 discentes, se contrapondo ao número de matrículas de 2011, com 14.849. Analisando o processo seletivo de 2012, as matrículas efetivadas totalizaram 4.711 discentes a mais, resultando num acréscimo de 24,08%.

### 13.3 Relação Concluintes x Alunos

QUADRO 66 – CONCLUINTES X ALUNOS

Campus	Concluintes e Integralizados	Matriculados	Índice
Campus Manaus Centro	840	7.043	11,9%
Campus Manaus Zona Leste	282	2.613	10,8%
Campus São Gabriel da Cachoeira	172	1.460	11,8%
Campus Lábrea	90	749	12,0%
Campus Presidente Figueiredo	44	953	4,6%
Campus Coari	244	1.241	19,7%
Campus Manaus Distrito Industrial	12	2.340	0,5%
Campus Tabatinga	3	1.118	0,3%
Campus Parintins	0	1.122	
Campus Maués	0	921	
<b>IFAM</b>	<b>1.687</b>	<b>19.560</b>	<b>8,6%</b>





QUADRO 66.1 – CONCLUINTE X ALUNOS – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
13,72%	9,34%	3,52%	8,6%

Baseando-se na premissa para esse cálculo que os “Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador”, não há como esse cálculo ser exato, pois os campi Manaus Centro, Manaus Zona Leste, Manaus Distrito Industrial, Parintins e Presidente Figueiredo (campi com 60% dos discentes matriculados no IFAM) estavam com o semestre em andamento nesse período devido ao movimento grevista de 2012.

Visando estabelecer uma visão mais próxima da realidade do ano de 2012, com dados fornecidos pelo nosso sistema Q-Acadêmico, posteriormente a data de 25/01/2013, apresenta-se o seguinte quadro estatístico:

QUADRO 66.2 – CONCLUINTE X ALUNOS PELO Q - ACADÊMICO

CAMPUS	Concluintes e Integralizados	Matriculados	ÍNDICE
Manaus Centro	840	8.026	10,47%
Manaus Zona Leste	282	2.946	9,57%
São Gabriel da Cachoeira	172	988	17,41%
Lábrea	90	1.383	6,51%
Presidente Figueiredo	44	1.877	2,34%
Coari	244	1.197	20,38%
Manaus Distrito Industrial	182	2.472	7,36%
Tabatinga	129	1.975	6,53%
Parintins	88	1.896	4,64%
Maués	159	1.177	13,51%
<b>TOTAL</b>	<b>2230</b>	<b>23.937</b>	<b>13,51%</b>

Fonte: Q-Acadêmico DGTI/IFAM



### 13.4 Eficiência Acadêmica

QUADRO 67 – EFICIÊNCIA ACADÊMICA

Campus	Concluintes e Integralizados	Matriculados Finalizados	Índice
Campus Manaus Centro	840	1.729	48,6%
Campus Manaus Zona Leste	282	296	95,3%
Campus São Gabriel da Cachoeira	172	340	50,6%
Campus Lábrea	90	181	49,7%
Campus Presidente Figueiredo	44	193	22,8%
Campus Coari	244	370	65,9%
Campus Manaus Distrito Industrial	12	258	4,7%
Campus Tabatinga	3	92	3,3%
Campus Parintins	0	153	
Campus Maués	0	142	
<b>IFAM</b>	<b>1.687</b>	<b>3.754</b>	<b>44,9%</b>

QUADRO 67.1 – EFICIÊNCIA ACADÊMICA – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
13,72%	18%	12,14%	44,9%

Baseando-se na premissa para esse cálculo que os “Matriculados Finalizados: todos os alunos que possuem status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração de status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que de algum modo já estão finalizados (com ou sem sucesso), porém, que estiveram matriculados durante o exercício de 2012” e que “Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador”, não há como esse cálculo ser exato, pois os campi Manaus Centro, Manaus Zona Leste, Manaus Distrito Industrial, Parintins e Presidente Figueiredo (campi com 60% dos discentes matriculados no IFAM) estavam com o semestre em andamento nesse período devido ao movimento grevista de 2012.

Visando estabelecer uma visão mais próxima da realidade do ano de 2012, com dados fornecidos pelo nosso sistema Q-Acadêmico, posteriormente a data de 25/01/2013, apresenta-se o seguinte quadro estatístico:



QUADRO 67 – EFICIÊNCIA ACADÊMICA Q - ACADÊMICO

CAMPUS	Concluintes e Integralizados	Matriculados Finalizados	ÍNDICE
Manaus Centro	840	1.729	48,58%
Manaus Zona Leste	282	296	95,27%
São Gabriel da Cachoeira	172	340	50,59%
Lábrea	90	181	49,72%
Presidente Figueiredo	44	193	22,80%
Coari	244	370	65,95%
Manaus Distrito Industrial	182	258	70,54%
Tabatinga	129	92	140,22%
Parintins	88	153	57,52%
Maués	159	142	111,97%
<b>TOTAL</b>	<b>2230</b>	<b>3754</b>	<b>59,40%</b>

Fonte: Q-Acadêmico DGTI/IFAM

### 13.5 Retenção Escolar

QUADRO 68 - RETENÇÃO ESCOLAR

Campus	Total de Retidos	Matriculados	Índice
Campus Manaus Centro	3.602	7.043	51,1%
Campus Manaus Zona Leste	1.348	2.613	51,6%
Campus São Gabriel da Cachoeira	853	1.460	58,4%
Campus Lábrea	241	749	32,2%
Campus Presidente Figueiredo	244	953	25,6%
Campus Coari	754	1.241	60,8%
Campus Manaus Distrito Industrial	1.360	2.340	58,1%
Campus Tabatinga	310	1.118	27,7%
Campus Parintins	494	1.122	44,0%
Campus Maués	591	921	64,2%
<b>IFAM</b>	<b>9.797</b>	<b>19.560</b>	<b>50,1%</b>

QUADRO 68.1 - RETENÇÃO ESCOLAR – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
29,51%	17,56%	20,83%	50,1%

Baseando-se na premissa para esse cálculo que os “Matriculados em Curso são todos os alunos que possuem status EM CURSO tendo o mês de ocorrência da matrícula até dez/12” e que o “Total Retidos são os alunos retidos em curso + retidos finalizados”, compreendendo que os alunos retidos em curso são “todos os alunos que ainda estão com



status EM CURSO de ciclos que possuem a data prevista para fim até o dia 31/12/2012. Essa fórmula nos apresenta os alunos que ainda estão EM CURSO em ciclos que já deveriam ter terminado”, e também que os alunos retidos finalizados são “todos os alunos que estão com status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração realizada até o dia 25 do mês subsequente à data prevista para o fim do ciclo, contando a partir do dia 25/01/2012 até o limite do dia 26/01/2013. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador”, não há como esse cálculo ser exato, pois os campi Manaus Centro, Manaus Zona Leste, Manaus Distrito Industrial, Parintins e Presidente Figueiredo (campi com 60% dos discentes matriculados no IFAM) estavam com o semestre em andamento nesse período devido ao movimento grevista de 2012.

Visando estabelecer uma visão mais próxima da realidade do ano de 2012, com dados fornecidos pelo nosso sistema Q-Acadêmico, posteriormente a data de 25/01/2013, apresenta-se o seguinte quadro estatístico:

QUADRO 68.2 - RETENÇÃO ESCOLAR – Q ACADÊMICO

CAMPUS	Total de Retidos	Matriculados	ÍNDICE
Manaus Centro	3.602	8026	44,88%
Manaus Zona Leste	1.348	2946	45,76%
São Gabriel da Cachoeira	853	988	86,34%
Lábrea	241	1383	17,43%
Presidente Figueiredo	244	1877	13,00%
Coari	754	1197	62,99%
Manaus Distrito Industrial	1.360	2472	55,02%
Tabatinga	310	1975	15,70%
Parintins	494	1896	26,05%
Maués	591	1177	50,21%
<b>TOTAL</b>	<b>9.797</b>	<b>23937</b>	<b>40,93%</b>

Fonte: Q-Acadêmico DGTI/IFAM

### 13.6 Docentes por Alunos

QUADRO 69 – DOCENTES POR ALUNO

Docentes	Quantidade	Índice	Total
DE	482	1	482
40H	59	1	59
20H	31	0,5	16
<b>IFAM</b>			<b>557</b>
<b>IFAM</b>	<b>Professores</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Índice</b>
Alunos / Professores	557	19.560	35,12



QUADRO 69.1 – DOCENTES POR ALUNO – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
18,32	20,86	28,02	35,12

Ressalta-se o índice geral do IFAM, que foi de 28,02 alunos por professor em 2011, aumentando agora para 35,12. Há um aumento no número de alunos muito maior do que o número de docentes, estando o IFAM com um cálculo nesse item superior a média exigida pelo MEC, que é de 20 alunos por professor em tempo integral. Desta forma, salienta-se a necessidade urgente de contratação de professores, a mesma recomendação já manifestada no Relatório de Gestão de 2011.

Agora, se pegarmos o número de alunos do nosso Q-Acadêmico sobre o número de matriculados (23937), o número de alunos por professor sobe para 42,97%, mais do que o dobro da exigência do MEC.

### 13.7 Titulação do Corpo Docente

QUADRO 70 – TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Docentes	Quantidade	Índice	Titulação
Ensino Médio	1	0	0
Graduação	77	1	77
Aperfeiçoamento	12	2	24
Especialização	239	3	717
Mestrado	182	4	728
Doutorado	61	5	305
<b>IFAM</b>	<b>572</b>	<b>-</b>	<b>1.851</b>
IFAM	Titulação	Quantidade	Índice
Alunos / Professores	1.851	572	3,24

QUADRO 70 – TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
3,04	3,19	3,30	3,24

A pequena redução que houve no percentual de titulação do corpo docente se deu considerando a entrada de novos professores no exercício de 2012. Contudo, o Instituto continua investindo na capacitação destes professores.



### 13. 8. Renda Familiar Per Capita

QUADRO 71 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA

Campus	Total	0 A 0,5 SM	0,5 A 1 SM	1 A 1,5 SM	1,5 A 2,5 SM	2,5 A 3 SM	ACIMA DE 3
Campus Manaus Centro	3396	1948	1237	211	0	0	0
Campus Manaus Distrito Industrial	1300	494	468	223	98	13	4
Campus Manaus Zona Leste	1484	590	471	198	107	71	47
Campus Coari	612	381	166	60	4	0	1
Campus Lábrea	535	421	84	24	6	0	0
Campus Maués	599	420	121	58	0	0	0
Campus Parintins	906	196	438	196	76	0	0
Campus Presidente Figueiredo	787	268	292	167	31	19	10
Campus São Gabriel da Cachoeira	782	527	175	61	12	5	2
Campus Tabatinga	907	797	52	47	11	0	0
<b>IFAM</b>	<b>11308</b>	<b>6042</b>	<b>3504</b>	<b>1245</b>	<b>345</b>	<b>108</b>	<b>64</b>
<b>Indicador</b>	<b>100,00%</b>	<b>53,43%</b>	<b>30,99%</b>	<b>11,01%</b>	<b>3,05%</b>	<b>0,96%</b>	<b>0,57%</b>

QUADRO 71.1 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA – SÉRIE HISTÓRICA

ANO	RFP < 0,5 SM	0,5 < RFP < 1	1 < RFP < 1,5	1,5 < RFP < 2,5	2,5 < RFP < 3	3 < RFP
2010	11,98%	23,21%	22,26%	21,59%	23,20	8,95%
2011	7,42%	13,09%	27,15%	22,66	8,20	21,48%
2012	53,43%	30,99%	11,01%	3,05%	0,96%	0,57%

Os números refletem que houve variação no quadro de avaliação da renda per capita dos alunos no ano letivo 2012 quando tomamos com ponto de referência o exercício 2011. Notamos que, aparentemente houve uma acentuada queda no nível no nível do poder aquisitivo dos discentes. Mas, na realidade não podemos afirmar este declínio, pois até 2011, estes dados eram apresentações somente com base em amostra. Em 2012, estes foram levantados junto a totalidade real dos discentes.

### 13.9 Gastos Correntes por Aluno

QUADRO 72 – GASTOS CORRENTES POR ALUNO

IFAM	Alunos Matriculados	Total de Gastos	Índice
Gastos por Aluno	19.560	129.189.791,77	6.604,80

QUADRO 72.1 – GASTOS CORRENTES POR ALUNO – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
8.583,00	7.408,00	7.467,51	6.604,80



Da análise sobre os Gastos Correntes por Alunos podemos abstrair, partindo do ano 2009, que os anos que se seguem, 2010 e 2011, a instituição apresentou uma queda nesses gastos em média de 13%, enquanto no ano de 2012, em comparação com o resultado de 2009, uma redução mais expressiva na casa dos 23 pontos percentuais. Neste aspecto observa-se que mesmo com os problemas de estruturação causada pela difícil implantação de novos campi a partir de 2009, tanto no Estado do Amazonas como também nos Estados de Rondônia e Acre, o Instituto na contramão do aumento dos gastos com a expansão da rede, vem trabalhando no controle de seus gastos com o intuito reduzir seus custos correntes por aluno, imprimindo desta forma uma política de economia orçamentária na aplicação dos recursos públicos sobre sua tutela.

### 13.10 Percentual de Gastos com Pessoal

QUADRO 73 – PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

IFAM	Pessoal	Gastos Totais	Índice
Percentual de Gastos com Pessoal	98.504.314	177.516.074,28	55,49%

QUADRO 73.1 – PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
62,65%	50,65%	56,40%	55,49%

No decorrer da série histórica houve uma leve redução com gastos de pessoal comparado ao ano base 2009, refletindo desta forma a política salarial do governo e contratações neste período, já que temos autonomia limitada na política salarial e de expansão do quadro de servidores das IFES. A falta de autonomia na política de Recursos Humanos impede, na maioria dos casos que a Instituição possa desenvolver seus projetos educacionais com eficiência e eficácia.

### 13.11 Percentual de Gastos com Outros Custeios

QUADRO 74 – PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS

IFAM	Outros Custeios	Gastos Totais	Índice
Percentual de Gastos com Outros Custeios	42.981.608	177.516.074,28	24,21%

QUADRO 74.1 – PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
17,48%	18,16%	26,50%	24,21%



Da análise percebe-se um ligeiro aumento percentual nos gastos apresentados na série histórica com outros custeios, devido o aumento de novas unidades (campus). Contudo, observa-se uma pequena redução desses gastos no ano de 2012 em relação a 2011. Isso mostra que a Instituição vem atuando de forma eficaz no controle dessas despesas.

### 13.12 Percentual de Gastos com Investimentos

QUADRO 75 – PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS

IFAM	Investimentos	Gastos Totais	Índice
Percentual de Gastos com Investimento	31.162.076	177.516.074,28	17,55%

QUADRO 75.1 – PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS – SÉRIE HISTÓRICA

2009	2010	2011	2012
18,84%	26,42%	19,38%	17,55%

Analisando os dados apresentados com relação a série histórica da despesas de investimentos, verificamos uma pequena redução em relação a 2011, considerando que em 2010 o gasto foi maior em virtude da necessidade de equipar os laboratórios dos Campi da expansão II. A variação dos gastos com investimentos de 2011 para 2012 considerou a não execução das despesas com a aquisição dos imóveis do Campus Parintins e Tabatinga, no montante o IFAM executou os gastos com presteza e eficácia.





#### 14. PROJETOS FAEPI

O quadro abaixo evidencia a relação de projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio ao IFAM.

QUADRO 76 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFAM										CNPJ: 04.623.300/0001-88			
Projeto		Instrumento Contratual						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repass			Início	Fim	Bruto	Repass
X	3	6	Contratação dos serviços de apoio na execução dos serviços de processo seletivo do 2º semestre de 2012 - PROEJA	25/06/2012	04/12/2012	74.430,68	74.430,68						
X	3	9	Execução do plano anual de capacitação continuada – 2012/2013	09/12/2012	09/12/2013	189.909,28	189.909,28						
X	3	10	Implantação do Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFAM	04/15/2012	03/12/2013	90.282,75	90.282,75						
X	3	15	Execução do Processo Seletivo 1º Semestre de 2013	05/12/2012	04/12/2013	308.854,85	308.854,85						
				<b>Total</b>		663.477,56	663.477,56					<b>Total</b>	
Recursos Pertencentes às IFET Envolvidos nos Projetos													
Projeto		Recursos das IFET											
Nº	Tipo	Financeiros		Materiais				Humanos					
		Valor		Tipo		Valor	Quantidade	Valor					
6	3	61.697,11		Computador – 3 unidades		444,00	270	55.697,11					
				Impressora – 3 unidades		3.127,60							
				Material de uso, consumo e expediente		5.000,00							
				Uso compartilhado de ambientes		9.000,00							
				Manutenção de equipamentos		1.000,00							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS



9	3	152.965,00	Computador Servidor – 6 unidades	2.700,00	17	152.965,00
			Computador – 9 unidades	1.800,00		
			Uso compartilhado de ambientes	36.000,00		
			Impressora – 1 unidade	1.200,00		
10	3	379.317,25	Material de uso, consumo e expediente	9.717,25	-	-
			Material permanente ( estruturação, melhorias e equipamentos adequados a acessibilidade física e digital de Portadores de Necessidades Especiais.	369.600,00		
			Uso compartilhado de ambiente	12.000,00		
15	3	308.854,85	Computador – 3 unidades	840,00	1.561 pessoas	393.741,00
			Impressora – 3 unidades	10.650,00	375 diárias	75.000,00
			Passagens ( ida e volta) – 30 unidades	33.000,00		
			Material de uso, consumo e expediente	72.040,55		
			Uso compartilhado de ambientes	9.000,00		
			Publicações Oficiais	1.900,00		

**Tipo:**  
(1) Ensino  
(2) Pesquisa e Extensão  
(3) Desenvolvimento Institucional  
(4) Desenvolvimento Científico  
(5) Desenvolvimento Tecnológico

O Contrato n.º 6, diz respeito a contratação de serviços para o processo seletivo do 2º semestre de 2012 do PROEJA; o Contrato n.º 9 tem como objeto o Plano de Capacitação Continuada – PACC/2012, que tem como finalidade promover a capacitação de profissionais nas categorias de Professores Formadores (pesquisadores e conteudistas), Tutores ( presenciais e / ou a distância), Coordenadores de Polos e de integrantes de Equipe Multidisciplinares em uma perspectiva a curto, médio e longo prazos com vista a internalização e institucionalização da Educação a Distância no IFAM; o Contrato n.º 10 está relacionado a implantação do Núcleo de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal do Amazonas; e o Contrato n.º 15 tem como objeto a execução dos serviços do processo seletivo do 1º semestre de 2013



## RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em 2012, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, elaborou o seu Planejamento Estratégico para o período de 2012 a 2017, definindo a sua missão como “*Promover com excelência educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*”; sendo necessário, antes, entender a lógica da gestão, a partir das etapas iniciadas com o planejamento, organização, administração e controle.

A Gestão do IFAM baseia-se nas premissas básicas da Administração Pública, observando as finalidades e objetivos institucionais e respeitando as normas legais acadêmicas. Buscando desenvolver ações que contemplem um quadro de necessidades quer sejam de implantação e/ou de manutenção da Reitoria ou dos Campi de Manaus e do interior do estado que compõe a expansão fase I e II, com franca expansão com a criação dos Campi nos municípios de Itacoatiara, Tefé, Humaitá e Eirunepé, expansão fase III.

Deu continuidade nas obras dos campi do Instituto Federal de Rondônia – IFRO e do Instituto Federal do Acre – IFAC, com muitas dificuldades.

Em 2013, o desafio continua nas perspectivas de desenvolvimento de pessoas; eficiência gerencial; eficiência acadêmica; responsabilidade socioambiental; melhoria da imagem institucional e; satisfação com o Governo Federal. O foco das nossas ações nessas perspectivas é maximizar os recursos disponíveis ao IFAM visando suprir de forma eficiente e eficaz as necessidades de recursos das atividades-fim (ensino, pesquisa, extensão e inovação), destinados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.